

Tatiana Noronha de Souza (Org.)

LIVRO DE RESUMOS

IV SIPPEDDES

IV SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
DE PESQUISA EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Este livro reúne os resumos dos trabalhos apresentados no IV Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (SIPPEDES), realizado entre os dias 26 e 28 de outubro de 2020, na modalidade a distância. O evento foi organizado pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (PPG-PAPP) e pelo Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (UNESP-Franca), e contou com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros, que investigam diferentes campos das políticas públicas. Os resumos foram distribuídos em 11 eixos de trabalho e avaliados por profissionais acadêmicos e não acadêmicos, tendo em vista a característica profissional do PPG-PAPP. Os trabalhos foram apresentados em 35 sessões. O IV SIPPEDES oportunizou intensa troca de experiências a partir de uma perspectiva interdisciplinar, reafirmando a importância das pesquisas em ciências humanas, sociais, ambientais e da saúde, tão atacadas nos últimos anos, pelos movimentos conservadores e negacionistas. Este encontro é parte de uma estratégia de enfrentamento e resistência política e intelectual, frente ao retrocesso civilizatório que estamos presenciando, e em defesa dos valores democráticos até então conquistados.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
**PLANEJAMENTO E ANÁLISE
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



**VI Seminário Internacional de Pesquisa em
Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – SIPPEDES**

VI Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – SIPPEDES

LIVRO DE RESUMOS

Organizadora
Tatiana Noronha de Souza



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Beatriz Formiga

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SOUZA, Tatiana Noronha de (Org)

VI Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – SIPPEDES [recurso eletrônico] / Tatiana Noronha de Souza (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

270 p.

ISBN - 978-65-5917-106-4

DOI - 10.22350/9786559171064

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Políticas Públicas; 2. Desenvolvimento Social; 3. Pesquisa; 4. Resumos; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética Política 172

Comissão Organizadora

Organização geral

Profa. Dra. Tatiana Noronha de Souza (UNESP/Araraquara)
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP/Franca)
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes (UNESP/Franca)
Profa. Dra. Clauciana Schmidt Bueno de Moraes (UNESP/Rio Claro)
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino (UNESP/Franca)
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca (UNESP/Franca)
Profa. Dra. Hilda Maria G. da Silva (UNESP/Franca)
Profa. Dra. Madalena Gracioli (FE/FFCL – Ituverava)

Discentes

Alex Fernandes de Oliveira
Andressa C. Santos
Beatriz Formiga Silva
Déborah Resende Alves
Giovana Alves Jordão
Katiucia e Silva
Marília Cynttya Alexandre Silva
Rafael de Oliveira Guaranha Garcia
Rosa Carolina Negrini da Costa
Sandra Elisa Fernandes
Sibele G. dos Santos
Tathiane Modolo. M. Guedes
Wagner Martins
Wesley Wander dos Santos Ferrarezi

Imagem da capa: Beatriz Formiga

Realização

Programa de Pós-graduação em Planejamento e
Análise de Políticas Públicas UNESP/Campus de Franca.
Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas
UNESP/Campus de Franca.
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNESP/Franca.

Comissão Científica

Profa. Dra. Alessandra Davi (CUML)	Profa. Dra. Karina de M. Conte (UNAERP)
Profa. Dra. Ana Maria Klein (UNESP/Ibilce)	Profa. Dra. Keila Roberta Torezan (FFCL – Ituverava)
Profa. Dra. Ana Claudia Silva (UNB)	Profa. Dra. Lauren Nozomi Marques Yabuki
Profa. Dra. Andréa Vettorassi (UFG)	Profa. Dra. Lilian R. de Oliveira Rosa (UNESP/PAPP)
Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean (UFU)	Prof. Dr. Luiz Ribas (UNESP/PPG/PAPP)
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP/FCHS)	Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes (UNESP/FCHS)	Profa. Dra. Madalena Gracioli (FE/FFCL)
Profa. Dra. Alessandra David (CUML)	Profa. Dra. Márcia Pereira Cabral (UEMG)
Profa. Dra. Clauciana Schmidt Bueno de Moraes (UNESP)	Profa. Dra. Maria José Bistafa Pereira (UNAERP)
Profa. Dra. Claudia Vanessa dos Santos Corrêa (UNESP)	Profa. Dra. Maria Lucia Vannuchi (UFU)
Prof. Dr. Daniel F. de Andrade (UNIRIO)	Profa. Dra. Marina Simões F. F. Bertagnoli (USP/RP)
Profa. Dra. Daniela Cristina Aparecida Capparol	Prof. Dr. Mauro Ferreira (UNESP/PPG-PAPP)
Prof. Dr. Diogo Silva Roiz (UEMS)	Prof. Dr. Oswaldo Gonçalves Jr.(UNICAMP)
Prof. Dr. Eduardo Meireles (UEMG)	Profa. Dra. Priscila A. Cardoso Gimenes (UFU)
Dr. Elias Antonio Vieira (Consultor Ambiental)	Prof. Dr. Rafael Costa Freiria (UNICAMP)
Prof. Dr. Fábio André Teixeira (UFV)	Profa. Dra. Regina A. Leite de Camargo (UNESP/FCAV)
Profa. Dra. Fátima Coelho Gonini (FE/FFCL)	Profa. Dra. Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes (UFTM)
Profa. Dra. Fátima Denari (UFSCAR)	Profa. Dra. Silvana Beline Tavares (UFG)
Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta (UNESP/FHS)	Profa. Dra. Silvia Sidnéia da Silva (UNAERP)
Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita (UNESP/PAPP)	Profa. Dra. Simone Cristina de Oliveira Gobbo
Profa. Dra. Fernanda Mello Sant-Anna (UNESP/FHS)	Profa. Dra. Stella Ansanelli (UNESP/FCHS)
Fransérgio Follis (UNICEP)	Profa. Dra. Tatiana Noronha de Souza (UNESP/Fclar)
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca (UNESP/FCHS)	Profa. Dra. Tatiana Machiavelli do C. Souza (UFG)
Profa. Dra. Hilda Maria G. da Silva (UNESP/FCHS)	Prof. Dr. Thiago Fidelis (UEMG)
Prof. Dr. Jonas Rafael dos Santos (PPG-PAPP)	Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino (UNESP/FCHS)
Profa. Dra. Lucimary B. Pedrosa de Andrade (FE/FFCL)	Prof. Dr. Victor Hugo de Almeida (UNESP/FCHS)
Profa. Dra. Karina Elizabeth Serrazes (UEMG)	

Sumário

Eixo 1

Políticas públicas e gestão educacional

A educação brasileira no período de pandemia sob a ótica da ONU	24
Abandono e evasão escolar de adolescentes: problema para uma rede (integrada) de proteção?.....	25
O futuro da universidade pública: sínteses de momentos reflexivos.....	26
Ensino médio e juventude: reflexões a partir de recentes estudos	27
O ensino de história e a "quarentena": um olhar sobre o ensino médio da escola pública na cidade de São Paulo	28
Aluno ou soldado? Poder disciplinar e qualidade na educação	29
Qualidade em creches conveniadas: implementação, gestão e acompanhamento	30
Satisfeito? Será que eu consigo como professor? Fatores formadores da satisfação sob a ótica dos docentes da administração pública do Estado de Sergipe	31
Diversidade étnico racial e religiosa na educação infantil: o que os estudos revelam? ..	32
Os desafios da valorização docente em tempos de pandemia	33
A identidade latino-americana e o ensino de história: para uma análise crítica do livro didático	34
A legislação educacional e a comunidade na escola: algumas considerações	35
A atuação do coordenador pedagógico na educação básica	36
Cultura de escola: a percepção idiossincrática dos professores de duas unidades escolares sobre a eficácia das políticas públicas paulista no período de 2009 a 2017	37
Políticas públicas, desafios da educação profissional tecnológica no Brasil: o caso CEFET e IFET	38
Políticas públicas como ferramenta de combate ao racismo institucional no âmbito da educação municipal.....	39
A trajetória da educação infantil de 0 a 3 anos no Brasil na última década: avanços e desafios desta etapa educacional.....	40

Eixo 2

Políticas públicas e avaliação educacional

Política de cotas na UNESP: um estudo com base nos modelos organizadores do pensamento de estudantes ingressantes pretos	42
Evasão de jovens ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no curso de administração da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Passos - MG.....	43
A Lei de aprendizagem e seus reflexos nas produções acadêmicas e científicas	44
Projetos de futuro de jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas	45
Desenvolvimento infantil e aprendizagem na Base Nacional Comum Curricular à luz da psicologia histórico-cultural	46
Desenvolvimento infantil e aprendizagem: um panorama na educação brasileira.....	47
Desafios dos discentes do curso de serviço social da UFU para a produção do conhecimento científico.....	48
Entre o ginásio vocacional e a Base Nacional Comum Curricular: uma possibilidade de diálogo curricular.....	49

Eixo 3

Políticas públicas e formação de professores

A formação de pedagogos escolares no Brasil segundo as diretrizes curriculares nacionais	52
Os programas de formação inicial, PIBID e residência pedagógica, e as disposições da Base Nacional Comum Curricular para formação inicial.....	53
Formação inicial de professores e as concepções de cultura lúdica, ludicidade e o brincar ..	54
O papel das metodologias ativas no processo de ensino das ciências humanas: estudo de caso do instituto de educação e cultura raízes	55
Formação de professores e a educação infantil.....	56
Algumas reflexões sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em tempos de pandemia	57
Ensino superior no Brasil e formação docente: elementos para o debate.....	58
Formação docente: análise das políticas públicas no período de 1990 até os dias atuais	59

Eixo 4
Políticas públicas e educação inclusiva

A escola em tempos de pandemia: proposta de implantação de método itinerante de ensino e aprendizagem na educação básica de São Paulo	62
Educação e cidadania: a importância do direito dentro da escola pública	63
Por uma política nacional de juventude na educação superior	64
Políticas públicas para inclusão escolar de alunos com transtornos do espectro do autismo: acesso e qualidade na escola.	65

Eixo 5
Políticas públicas e relação de trabalho

A precariedade como o duplo da competitividade: políticas de ajuste estrutural e flexibilização da legislação trabalhista em Portugal e no Brasil na década de 2010.....	68
Agenda 2030 e promoção do trabalho decente: análise das políticas públicas de trabalho e emprego destinadas aos jovens no Brasil em 2020	69
O trabalho docente no ensino superior no Brasil e em Portugal: aspectos da precariedade em análise	70
A pessoa com deficiência no mercado de trabalho em três empresas de médio porte no município de São Joaquim da Barra/SP e a atuação da escola na sua formação	71
Políticas de previdência social e financeirização: um estudo sobre a atual contrarreforma - E.C. 103/2019	72
As barreiras impostas pela tecnologia na busca pelo trabalho decente aos entregadores de aplicativo.....	73
Gestão da política de assistência social em tempos de pandemia	74
Licença-parentalidade e gênero: questionamento necessário.....	75
A empatia como instrumento para a humanização na saúde: concepções para a prática profissional	76
A mulher e o mercado de trabalho: o difícil recomeço	77
Plataformização do trabalho, resistência e poder público.....	78
A distopia da reforma trabalhista de 2017: o downgrade das relações de trabalho e a consequente descompensação social.....	79
As indústrias de laticínios e o trabalho da mulher.....	80
O trabalho docente no contexto da fusão e aquisição de instituições de ensino superior privado: revisão bibliográfica	81

O impacto da reforma trabalhista e da pandemia nas relações de trabalho e seus reflexos na atuação da auditoria fiscal do trabalho brasileira no período 2017 a 2021	82
Flexibilização das formas de trabalho	83

Eixo 6
Políticas públicas e saúde

Práticas inovadoras integradas a políticas públicas na proteção social: universo prematuro®	86
Humanização do psicólogo como profissional da saúde atuante dentro do SUS.....	87
A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar	88
Curso de medicina no campus de três lagoas: uma proposta em construção	89
O que os prontuários nos revelam acerca da queixa escolar? Análise à luz da psicologia histórico-cultural.	90
Comunidades terapêuticas e programa recomeço: a modelação dos arranjos institucionais na política.....	91
A atuação do assistente social com mulheres vítimas de violência doméstica: um estudo com profissionais do HC -UFU	92
A saúde com força da palavra em conexões: uma experiência online	93
Mobilização do direito e acesso à justiça para efetivação das políticas públicas de saúde... 94	
Atenção primária à saúde no Brasil e a sua importância para enfrentamento das iniquidades em saúde e Covid 19.....	95
A gestão da saúde: um processo privatizante	96
Humanização da assistência hospitalar por meio do processo de educação continuada e permanente em serviço.....	97
Políticas de mobilidade urbana enquanto formas de enfrentamento à obesidade epidêmica	98
A experiência de matriciamento em um ambulatório médico de especialidades e em um hospital estadual no interior de São Paulo.....	99
A notificação do aborto pelo profissional da saúde	100
Política pública em saúde mental: uma construção histórica da luta antimanicomial ..	101
Políticas públicas e a inovação na gestão da saúde pública sob o cenário da Covid-19...102	
Avaliação da prevalência de sobrepeso e obesidade em adolescentes do Município de Passos-MG.....	103
Formação profissional e a saúde no SUS: dilemas da atualidade.....	104

A judicialização das políticas públicas de saúde: impactos da individualização do direito social à saúde	105
A alteração da legislação como política pública fomentadora da doação de órgãos post mortem	106
Mapeamento da intersetorialidade entre as escolas e os serviços de saúde mental públicos para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista na Cidade de Niterói-Rj..	107
Pluralismo de bem-estar social e pandemia de Covid-19: implicações para a (des) proteção social do velho (a) trabalhador (a).....	108
Serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas em tempos de pandemia (Covid-19): a dimensão saúde em reconstrução.....	109
A transição corporal de uma mulher trans	110
Formação profissional continuada crítica e competente: uma análise a partir da residência multiprofissional em saúde da UFG.....	111
Práticas terapêuticas com plantas medicinais: resgatando o "etno" da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS	112
Criação do aplicativo universo prematuro®: tecnologia, comunicação e estratégias de políticas públicas.....	113
Eficácia de um modelo de capacitação para profissionais da área da atenção básica de saúde sobre os sinais precoces de autismo	114
Atividade educacional emergencial Covid 19 - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) prefeitura de Bauru - SP	115
O questionário na sala de espera como instrumento acolhedor: contribuições para a implantação de um centro integrado de humanização em um hospital de clínicas	116
A política de assistência social e a pandemia Covid-19: reflexões sobre o cenário brasileiro.....	117
Acolhimento humanizado a familiares de pacientes internados na UTI adulto de um hospital escola de Marília: uma proposta no contexto da política nacional de humanização.....	118
As mulheres negras e a violência obstétrica	119
A questão da resiliência no gerenciamento humanizado da enfermagem	120

Eixo 7

Políticas públicas, meio ambiente e sustentabilidade

A gestão dos resíduos sólidos nos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)	122
Contribuições da sociedade civil na implementação das metas dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS)	123

Gestão dos recursos hídricos no Brasil: cenários para formação de coalizões dos usuários	124
Políticas ambientais para a justiça ambiental	125
Uma abordagem sobre o histórico das políticas públicas ambientais brasileiras	126
A descentralização das políticas públicas ambientais brasileiras: uma abordagem histórica até a política nacional de resíduos sólidos	127
Construindo cidades saudáveis e sustentáveis: acessibilidade urbanística como instrumento para a inclusão de pessoas com deficiência	128
Serviço social e questão socioambiental.....	129
Serviço social e educação ambiental.....	130
Políticas públicas na proteção e conservação das matas ciliares urbanas e na preservação da biodiversidade em Franca/SP.....	131
Políticas públicas no vetor de expansão urbana na bacia hidrográfica do Rio Canoas, no Município de Franca, São Paulo, Brasil.....	132
Agenda 21 local de Limeira/SP: princípios norteadores	133
Um estudo sobre a educação ambiental do Município de Guará-SP.....	134
As ferramentas de educação ambiental para as escolas públicas de ensino médio do Estado de Minas Gerais.....	135
As lideranças femininas nas instituições de agricultura familiar de Claraval-MG e a mudança do processo produtivo para a agroecologia	136
Eucalipto transgênico e certificação florestal: implicações para o desenvolvimento sustentável do Brasil	137
Políticas públicas na educação ambiental, através da observação de aves como instrumento pedagógico, Rifaina, São Paulo, Brasil	138
Meio ambiente e resíduos sólidos: a proposta de Pirenópolis para acesso a recursos federais	139
As políticas públicas de sustentabilidade na sociedade de risco	140
Novo marco legal do saneamento: análise das alterações na legislação e políticas com base na economia ecológica.....	141
Solicitação de manutenção de vazamento de água e esgoto nas empresas de saneamento através de vídeos interativos.....	142
Participação social e políticas públicas ambientais: um estudo sobre a elaboração do plano municipal de gestão de resíduos sólidos do município de Araraquara	143
Desafios aos catadores de materiais recicláveis frente a Covid-19 no Estado de São Paulo..	144
Diagnóstico sobre as dificuldades e boas práticas existentes para a implementação e gerenciamento da Lei 12305/10 - política nacional de resíduos sólidos, através da análise de indicadores de sustentabilidade	145
Avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros ...	146

Monitoramento e remoção de metais em biorreatores para o tratamento de efluentes	147
Consórcios intermunicipais e regionalização como instrumento para o gerenciamento de resíduos sólidos.....	148
Tecnologia solar fotovoltaica: desafios para torná-la cada vez mais acessível ao público .	149
Gestão da drenagem urbana: uma análise sob a ótica do novo marco regulatório do saneamento básico	150
Aquisição de terras no Brasil por estrangeiros: perspectiva energética dentro das áreas agrárias	151
Sustentabilidade ou resiliência do capitalismo?	152
Características da coleta seletiva nos municípios da mesorregião de Araraquara-SP ...	153
Desenvolvimento e aplicabilidade de software de gerenciamento de resíduos sólidos baseado na Lei 12305/ 10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da análise de indicadores de sustentabilidade.....	154
Conexões entre a educação ambiental e a política nacional de resíduos sólidos.....	155
O lixo zero na gestão de resíduos sólidos urbanos: uma análise da política nacional de resíduos sólidos.....	156
Desenvolvimento de Baixo Impacto (LID): oportunidade de ações sustentáveis na urbanização de cidades de pequeno porte, estudo de caso de Guararapes/SP.....	157
O novo marco regulatório do saneamento básico e o papel de destaque da Ana.....	158
Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020) e a agenda 2030: desafios e perspectivas para concretização do objetivo de n.º 6	159
Educação ambiental: desafios na escola.....	160
Levantamento da anurofauna em fragmento á margem direita do rio Sapucaí Mirim, São José da Bela Vista, São Paulo, Brasil: indicando políticas públicas para proteção, conservação e preservação dos ambientes	161
O processo histórico de privatização do saneamento básico e a marcha de mercantilização da água	162
Cobrança e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos domiciliares no Município de Araraquara e São Carlos-SP	163
Pagamentos por serviços ambientais como políticas públicas na proteção e conservação da bacia do Rio Canoas, manancial de abastecimento público de Franca -São Paulo, Brasil..	164
Meio ambiente na era Lula: fomento internacional e política doméstica.....	165

Eixo 8

Políticas públicas e direitos humanos

Os desafios da preservação e acesso ao patrimônio arquivístico das universidades Federais Brasileiras	168
O trabalho multiprofissional com adolescentes privados de liberdade e as políticas públicas para a adolescência no Brasil	169
A cor do feminicídio: estudo sobre a interseccionalidade entre raça e gênero no contexto da violência	170
Direitos reprodutivos: políticas públicas de prevenção à gravidez na adolescência	171
A socioeducação em tempos de Bábarie: fragmentos da (des) proteção social e da violação de direitos	172
Pontos de advocacy e implicações para políticas públicas.....	173
Direitos humanos e o ECA: uma perspectiva de proteção aos adolescentes no sistema socioeducativo contra a violência institucional	174
Violência doméstica e familiar na visão de universitárias: um estudo em cursos de graduação de uma instituição de ensino superior em Ribeirão Preto/SP	175
Violência de gênero na internet: aplicação da Lei Maria da Penha por divulgação de imagens íntimas sem consentimento das vítimas.....	176
Acesso à água de qualidade como direito humano fundamental: a garantia do mínimo existencial	177
Crianças e adolescentes pobres: invisíveis e inseguros.....	178
Política de educação e direitos humanos no Brasil	179
A construção da política municipal de atenção à população em situação de rua em Curitiba	180
O serviço família acolhedora no município: a percepção das famílias participantes	181
"Meu nome não é Valdemar": alteração de prenome e gênero no registro civil	182
Gestão democrática e política de assistência social em tempos de pandemia de Covid-19 ...	183
A importância dos atores sociais na elaboração de políticas de memória: uma análise dos seminários "sábados resistentes", do memorial da resistência de São Paulo	184
Participação democrática e defensoria pública: as audiências públicas do "Mães em cárcere"	185
Políticas de primeira infância: um estudo bibliométrico	186
Migrantes transnacionais e cartórios extrajudiciais: breve análise das políticas públicas enviesada nos direitos humanos	187
Os aspectos preventivos da Lei Maria da Penha e suas efetivações mediante a criação de políticas públicas.....	188
Da invisibilidade a sujeitos de direitos: as políticas públicas e a reinserção social de adolescentes em conflito com a Lei	189

Projeto “escola itinerante - circo de todos” do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP.....	190
Projeto base de cidadania - a história Pacheco de Bauru contada pela ótica dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP.....	191
Defensoria pública do Estado de Minas Gerais: mais que direito positivado, garantia de direito implica intersetorialidade	192
Principais norteadores do abandono dos idosos pelos familiares na instituição de longa permanência para idosos, obras sociais Adolfo Bezerra de Menezes no Município de Ituiutaba/MG	193
O direito à capacidade da pessoas com deficiência intelectual e a necessidade de sua garantia pelo Estado	194
De quem são os dados? Barcelona e o direito à cidade digital	195
O sistema nacional de cultura: o processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas para o exercício pleno do direito à cultura.....	196
Perspectivas dos direitos humanos na prática: desafios e caminhos para a efetivação das políticas públicas de acesso à educação em tempos de quarentena no estado de São Paulo	197
Envelhecimento populacional sob a ótica das políticas públicas e sua implantação no Município de Bauru/SP	198
O papel da UNATI na consolidação da Política Nacional do Idoso pelo conselho municipal da pessoa idosa	199
A defensoria pública e a metáfora da circulação de regras e ideias jurídicas.....	200
Vigilância socioassistencial na luta pela concretização dos direitos humanos.....	201

Eixo 9

Políticas públicas e desenvolvimento econômico e social

A tecnologia como meio de monitoramento: uma aplicação para evitar fraudes na Prefeitura Municipal de Franca (SP).....	203
A relação das organizações do terceiro setor e o Estado	204
Paradigmas para desenvolvimento. Por que?	205
A influência do índice de corrupção na inovação dos países	206
Motivações em parcerias entre negócios de impacto social e prefeituras municipais no Brasil.....	207
A política de assistência social e os objetivos do desenvolvimento sustentável	208
Novo marco legal do saneamento básico: normas de referência como ferramenta para o desenvolvimento	209

Análise da implementação dos centros de referência de assistência social como efetivação da proteção social básica na região de Franca-SP	210
Análise da evolução da política de assistência social no âmbito normativo e legislativo ..	211
Aposentadoria e desenvolvimento socioeconômico	212
O impacto da Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS) nas Organizações da Sociedade Civil (OSC) de sacramento	213
Mais ou menos estado? Uma reflexão sobre o impacto da articulação política do capitalismo na promoção da justiça social	214
Políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: quais as dificuldades da associação dos trabalhadores da agricultura de Cravolândia-BA para acessá-las?	215
Avaliação de políticas públicas com foco no orçamento público: uma revisão sistemática da literatura	216
Extensão universitária: serviço social no pontal do Triângulo Mineiro	217
Os entraves para o auxílio emergencial e a burocracia de estado brasileira.....	218
O papel das consultorias legislativas na tomada de decisão pública: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos	219
Correlação entre processo orçamentário e políticas públicas: as contribuições de Aaron Wildavsky.....	220
"Oficinas costura criativa" - projeto de desenvolvimento econômico do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP	221
Análise do acesso às políticas sociais, desenvolvimento e igualdade nas capitais dos estados brasileiros	222
Análise sócio econômica dos municípios baianos no período de 2005 - 2015	223
Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: análise do perfil socioeconômico de municípios que já possuíram empregadores que figuraram na lista suja do trabalho escravo	224
A responsabilidade social como estratégia de gestão e desenvolvimento social	225
A gestão da política de assistência social e os desafios postos frente à pandemia de Covid 19	226

Eixo 10

Políticas públicas, planejamento urbano e ordenamento do território

Pesquisa de pós-ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida em Bauru no residencial São João do Ipiranga	228
O redesenho institucional da gestão territorial decorrentes da pandemia do Sars-Cov-2 (Covid-19) no cenário piauiense.....	229

Produção capitalista do espaço urbano, desigualdades e políticas públicas: uma abordagem marxista	230
Diretrizes para o planejamento e ordenamento urbano sustentável	231
Do modelo administrativo gerencial à nova governança pública: o controle de execução das operações urbanas consorciadas.....	232
Desenvolvimento sustentável: o papel do patrimônio cultural edificado das cidades de Araxá e Franca	233
Alternativas sustentáveis: áreas permeáveis aplicadas na prevenção de enchentes urbanas	234
A luta pela moradia e os direitos violados.....	235
Discussão preliminar sobre a legislação de transporte público coletivo urbano: análise documental e inserção no ciclo de políticas públicas	236
O plano de articulação intersetorial das macroáreas dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Bauru/SP, uma proposta de trabalho social na garantia de direitos	237
Os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) e a governança metropolitana no Rio de Janeiro.....	238
Inventário das barragens de água existentes na microbacia do Ribeirão das Cabras em Campinas/SP como instrumento para o planejamento municipal.....	239

Eixo 11

Políticas públicas voltadas para a igualdade, diversidade, multiculturalismo, interculturalidade

Hacia una universidad intercultural en colombia: el caso de la uaiin-cric.....	242
Desafios para a proteção do parto culturalmente adequado em contextos pluriétnicos.....	243
Tentativas de feminicídios e religião: análises de vivências de mulheres evangélicas .	244
Mulheres negras, maternidade solo e assistência social: reflexões exploratórias e preliminares.....	245
Trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida: as oficinas de histórias em quadrinhos para crianças e adolescentes.....	246
Medicina veterinária humanizada: contribuições para um programa multicultural com animais de companhia	247
Negligência familiar contra o idoso	248
Diálogos emergentes entre políticas culturais, geografia crítica e psicologia ambiental.....	249
Morrer de fome ou de corona: uma análise interseccional da pandemia.....	250

A professora preta nas instituições de ensino universitário no pontal do Triângulo Mineiro.....	251
Inclusão digital e empoderamento feminino	252
As cotas raciais e o impacto no curso de serviço social da Universidade Federal de Uberlândia (MG)	253
Trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida: as oficinas descentralizadas de fotografia	254
Mecanismos de bloqueio na regulamentação da mídia brasileira: a quem interessa essa agenda mal agendada?.....	255
A educação das relações étnico raciais nas diretrizes curriculares do município de Campinas-SP	256
Patrimônio Cultural Brasileiro: uma discussão sobre os efeitos da pandemia na preservação do patrimônio cultural.....	257
Entre-lugares, subalternidade e descontinuidade na teoria pós-colonial	258
Monoparentalidade feminina e políticas públicas: como as políticas públicas podem atenuar os efeitos do fenômeno social do abandono paterno	259
O contexto de influência da política antirracista no Brasil: para além de movimentos sociais.....	260
A importância das mãos que escrevem as políticas públicas na busca por igualdade de gênero no Brasil.....	261
Movimentos sociais e litígio estratégico: mobilização jurídica na luta por políticas públicas para garantia de direitos reprodutivos às mulheres.....	262
Tempo de mudanças, mas não de boas novas: o retrocesso nas políticas públicas para as mulheres no Brasil	263
A colaboração do assistente social na conscientização dos direitos dos idosos do projeto reviver em Ituiutaba	264
Implicações da ação pontos de cultura no município de São Bernardo do Campo: possibilidades e oportunidades para a política pública cultural municipal	265
Avaliação da implementação do ODS de igualdade de gênero nos municípios brasileiros..	266
A paisagem museal e a descolonização dos museus.....	267
A influência da interação humana na formação educacional superior.....	268
Contribuições do psicodrama na supervisão de profissionais do foco socioeducacional	269
Desafios da educação antirracista em sua implementação	270
Gênero e sexualidade: a igualdade e a identidade feminina da dicotomia à fragmentação..	271
Empoderamento das mulheres universitárias: um estudo com as discentes do curso de serviço social	272

Eixo 1

Políticas públicas e gestão educacional

A educação brasileira no período de pandemia sob a ótica da ONU

DIB, A. M. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); SILVA, H. M. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A excepcional adesão ao ensino remoto, pelas instituições de educação presencial, como estratégia para lidar com as medidas de restrição social tem recebido considerável atenção. Desde a sua fundação, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de diretrizes e tratados internacionais, estabelece recomendações para promover a educação como direito humano básico e equidade no acesso ao ensino. Nesse sentido, a organização internacional divulgou documentos para direcionar políticas públicas educacionais frente ao agravamento das desigualdades sociais no período de pandemia. Analisamos os documentos buscando proximidades e distanciamentos com as ações promovidas pela gestão educacional brasileira. Os resultados revelam que há diferenças significativas entre as recomendações de políticas da ONU e a organização da educação do Brasil. Destacam-se a falta de monitoramento e controle dos dados, a carência de suporte aos professores e a escassez de práticas para atenuar a exclusão digital.

Palavras-Chave: Educação Brasileira Pandemia Organização das Nações Unidas Política Educacional

Abandono e evasão escolar de adolescentes: problema para uma rede (integrada) de proteção?

RAMOS, A. C. (FCA/UNICAMP - Faculdade de Ciências Aplicadas de Limeira); GONÇALVES JUNIOR, O. (FCA/UNICAMP - Faculdade de Ciências Aplicadas de Limeira).

Analisa a articulação dos profissionais da rede de proteção infanto-juvenil, adolescentes e familiares frente à situação de abandono e evasão nas escolas estaduais no município de Limeira. Pesquisa qualitativa baseada em entrevistas e análise documental, à luz das categorias teóricas Interdisciplinaridade, Intersetorialidade, Participação Social e Protagonismo Juvenil, busca compreender as motivações do fenômeno e "como" a sociedade e o poder público se mobilizam para seu enfrentamento. Resultados parciais indicam a complexidade do problema com causas relacionadas aos contextos escolar, familiar, socioeconômico e ao próprio adolescente, fatores que assumem diferentes aspectos e narrativas, a depender da visão dos atores. A pesquisa tem como meta ampliar a coleta de informações junto a sujeitos (conselheiros tutelares, técnicos da rede de proteção, adolescentes e familiares) visando um avanço na compreensão deste fenômeno, possibilitando assim melhor subsidiar políticas públicas.

Palavras-Chave: Abandono e evasão escolar; interdisciplinaridade e intersetorialidade; políticas públicas para juventude.

O futuro da universidade pública: sínteses de momentos reflexivos

SILVA, A. P. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

O presente trabalho, fruto de palestra proferida em 2018 na UNESP/Jaboticabal durante a Jornada Anual Biológica da UNESP (JABU), tem o objetivo de refletir o futuro da Universidade pública no Brasil a partir da atual conjuntura reacionária e ultraconservadora neoliberal. Por meio de revisão de literatura e pesquisa documental com base na teoria crítica, foi possível compreender que as universidades públicas, desmerecidas política e socialmente apresentam maiores contribuições científicas em relação às universidades privadas. Todavia, a lógica neoliberal pauta pela transformação do direito à educação em mercadoria e dos estudantes em clientes. Esta realidade é evidente no desmonte orçamentário e das condições de trabalho no âmbito das universidades, exigindo de gestores, docentes, técnicos, demais profissionais e estudantes, a elaboração de estratégias que envolvam a participação social, debates, transparência, proteção estudantil, aproximação horizontal à comunidade, dentre outras medidas.

Palavras-Chave: universidade pública, neoliberalismo, resistência, futuro.

Ensino médio e juventude: reflexões a partir de recentes estudos

SANTOS, A. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); GRACIOLI, M. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este estudo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a temática juventude e educação, tendo como ponto de partida, publicações disponíveis nas bases de dados CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD. Os trabalhos foram localizados utilizando o descritor, ensino médio e juventude, e tendo como recorte temporal o período de 2017, ano de promulgação da Lei 13.415/17, que altera a Lei 9697/96, e promove reformas no Ensino Médio - até agosto de 2020. Cientes de que a referida reforma surgiu num contexto atribulado de enfraquecimento da democracia e perdas dos direitos conquistados, estas publicações e estes dados levantados nos mostram, como resultados iniciais, que há outros interesses por trás desse projeto, não dialogando com as expectativas reais das juventudes para esta etapa de escolarização, possibilitando, ainda, um aumento da desigualdade e, dificultando o acesso ao ensino superior.

Palavras-Chave: Ensino Médio, Juventude, Educação, Políticas Públicas.

O ensino de história e a "quarentena": um olhar sobre o ensino médio da escola pública na cidade de São Paulo

SILVA, B. F. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

Em decorrência da pandemia da COVID-19, o ensino presencial foi suspenso, e os Estados e municípios brasileiros precisaram criar formas de dar continuidade às atividades remotamente. A cidade de São Paulo lançou um material de apoio "Trilhas de Aprendizagem", com o objetivo de possibilitar que até mesmo os estudantes com dificuldade de acesso conseguissem dar prosseguimento às atividades escolares. O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar o caderno destinado ao ensino médio, buscando compreender como esse material trabalha as o ensino de história, tendo como parâmetro para essa análise as demandas curriculares estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular. As análises realizadas até esse momento apontam que o documento em questão não assume um compromisso claro em dar continuidade as propostas da Base e nem com os projetos políticos-pedagógicos das escolas paulistanas, se intitulando como um material "independente", deixando em aberto a real finalidade desse material.

Palavras-Chave: Currículo, BNCC e Ensino de História

Aluno ou soldado? Poder disciplinar e qualidade na educação

SILVA, F. O. (UFPR - Universidade Federal do Paraná); DITTRICH, M. G. (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí).

O objetivo deste artigo é refletir sobre o poder disciplinar ocultado pela sobreposição de duas palavras: educação e qualidade. Analisar como o discurso do poder disciplinar é utilizado como base da qualidade no processo educacional. A disciplina geraria, nos colégios militares, qualidade que só eles conseguiriam estabelecer. Utilizada metodologia bibliográfica e informações da internet. Ao final, fica o convencimento de que a qualidade da Educação Militar é extremamente questionável, ainda mais quando se considera que seu cerne é a propalada disciplina. Assim como conclui-se que a mesma tende a formar muito mais um perfil de soldado do que de aluno. A escola civil não pode cair nesta mesma armadilha? Sim! Todavia, o que propala é a criatividade, o libertar de grilhões. Os resultados de avaliações não demonstram a superioridade dos “soldados” em relação aos alunos, mesmo tendo os colégios militares custo maior para manutenção de suas atividades.

Palavras-Chave: Processo educacional, educação militar, disciplina, discurso.

Qualidade em creches conveniadas: implementação, gestão e acompanhamento

JORDÃO, G. A. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); SOUZA, T. N. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A presente pesquisa objetiva analisar as orientações sobre convênios de uma Secretaria Municipal da Educação de uma cidade do interior do Estado de São Paulo e uma organização social sem fins lucrativos, que atende crianças de 0 a 3 anos. O município possui sete creches, quatro delas conveniadas. Para desenvolver esta pesquisa analisamos os documentos relativos ao convênio fornecidos pela Prefeitura Municipal, setores da educação e pelo instituto responsável pelas unidades em estudo, a pesquisa contou com o levantamento de documentos do Ministério da Educação que estabelecem e indicam padrões de qualidade na Educação Infantil. Verificou-se que as creches passaram a ser geridas pelo instituto por conta da viabilidade financeira, ficando evidente as diferenças salariais entre os profissionais contratados pela organização e os funcionários do município, ausência de avaliação dos termos do convênio com a comunidade escolar, bem como de um plano de trabalho com critérios definidos.

Palavras-Chave: Políticas públicas; gestão escolar; educação infantil; creches conveniadas; qualidade.

Satisfeito? Será que eu consigo como professor? Fatores formadores da satisfação sob a ótica dos docentes da administração pública do Estado de Sergipe

CAMPOS, J. A. (UFS - Universidade Federal de Sergipe); SILVA, R. S. (UFS - Universidade Federal de Sergipe).

O objetivo deste estudo foi examinar a relação entre fatores higiênicos e a satisfação, sob a ótica dos colaboradores docentes da administração pública de Sergipe, extraídos da Teoria bifatorial de Herzberg (1986), e validados por Meliá et al. (1986). Para tanto, desenvolveu-se um estudo descritivo quantitativo, por meio da Análise Fatorial Exploratória, com uma amostra probabilística de 248 professores dos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Os resultados demonstraram que o construto satisfação é formado por 4 fatores: relacionamento com os gestores, relação professor e aluno, plano de carreira e autonomia no trabalho. Estes seriam então os fatores com maior impacto na satisfação laboral, para os colaboradores. Tais resultados são úteis para que os gestores da administração pública canalizem seus esforços para a melhoria dos processos e evidenciem o capital humano, além de fortalecer a base teórica da área de gestão de pessoas nas organizações públicas.

Palavras-Chave: Satisfação no trabalho Gestão de RH na Administração Pública Docentes Satisfeitos

Diversidade étnico racial e religiosa na educação infantil: o que os estudos revelam?

MALTA, L. P. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); SOUZA, T. N. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Objetivamos apresentar uma análise inicial de publicações sobre o tema da qualidade na educação infantil, no campo da diversidade étnico-racial e religiosa. Realizamos o cruzamento de três termos-chave: educação infantil, qualidade e religião, no Google acadêmico e no portal da Capes. Após a leitura de cada artigo foi feita a tabulação das informações em uma planilha. Os resultados revelam um distanciamento do que é preconizado nos documentos do MEC em relação às práticas adotadas nas instituições, o que revela um problema de gestão; (1) adotam símbolos que remetem à cultura americana/europeia e pela transmissão equivocada da história dos negros; (2) verificou-se rotinas baseadas na doutrinação, disciplina e criacionismo; a valorização de uma doutrina religiosa em detrimento da outra, segregando os que não fazem parte de determinada religião.

Palavras-Chave: Diversidade religiosa, Diversidade étnico-racial, Gestão na educação infantil.

Os desafios da valorização docente em tempos de pandemia

BARCELOS, L. C. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Este estudo objetivou compreender os desafios da valorização docente em tempos de pandemia do Covid-19. O objeto desse estudo é tema pertinente no cenário educacional brasileiro, previsto e embasado na Resolução CNE/CEB nº 2, 28/5/2009, na Lei do Piso Salarial, Lei 11.738/2008 e pela Lei 11.494/2007, a Lei do Fundeb. Percebeu-se que desafios já existentes se agravaram em tempos de pandemia. O percurso metodológico, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental pautou-se na análise das políticas públicas vigentes e na dificuldade em executá-las pelos governos de todas as esferas. A fundamentação teórica pautou-se em Jacomini, Pinto, Arroyo e autores de referência. Concluiu-se que a exigência da valorização docente apresentada pelas legislações vigentes e pelos estudiosos da área são insuficientes para garantir a valorização, foram agravadas pela pandemia no contexto na atual política brasileira e o tema continua sendo um grande desafio no cenário da atual conjuntura do país.

Palavras-Chave: Valorização, Plano de carreira, Pandemia

A identidade latino-americana e o ensino de história: para uma análise crítica do livro didático

FARIA, R. E. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); MARTINO, V. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente estudo é uma reflexão sobre a importância de se considerar nos livros didáticos de história a identidade latino-americana - sob o ângulo da teoria da colonialidade - como um viés enriquecedor das experiências de estudantes e professores, demonstrando que tal identidade existe e encontra tradição social e cultural inventadas na própria imagem que esta população faz de si em sua produção política, acadêmica e literária. Como base de dados de nossa análise histórico-culturalista, utilizamos teses, artigos e elementos da história cultural literária e política que mencionam ou resgatam a identidade latino-americana desde sua origem no século XIX aos tempos atuais. Os resultados deste estudo têm indicado que a identidade latino-americana não é uma abstração, mas uma força política que encontra respaldo no tecido histórico cultural e social para além das fronteiras nacionais.

Palavras-Chave: Livro didático América Latina Identidade Comunidades imaginadas Remapeamento imaginário

A legislação educacional e a comunidade na escola: algumas considerações

FERREIRA, L. H. S. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); FONSECA, G. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A partir da Constituição Federal de 1988 estabeleceu-se através de documentos norteadores da educação nacional, uma nova forma de interação entre escola e comunidade que implicou na reorientação dos papéis dos atores envolvidos na promoção do ensino. Algumas formas de interações tornaram-se possíveis através de Projetos Educativos realizados pela própria comunidade e inseridos no ambiente escolar, fomentando a aproximação entre os sujeitos envolvidos diretos e indiretamente no processo educativo. Mediante o exposto, este trabalho tem como objetivo verificar o que é colocado pela Constituição Federal, LDB (1996) e PCN (1999) sobre a participação da comunidade no ambiente escolar. Para este fim, foi realizada análise documental destes documentos oficiais e as discussões que os envolvem. Verificamos preliminarmente que a articulação entre a comunidade e o ambiente escolar é mencionada nos termos dos documentos e abriu precedentes para que a comunidade fomente ações que contribuam para formação do alunado.

Palavras-Chave: Comunidade, Legislação, Projetos educacionais

A atuação do coordenador pedagógico na educação básica

SILVA., M. S. (FFCL - FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA); GRACIOLI, M. M. (FCHS - FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca)

A presente pesquisa, ainda em andamento, tem por objetivo analisar a importância do coordenador pedagógico em unidades escolares de educação básica, bem como compreender a forma de atuar e os desafios cotidianos no desempenho da função. O estudo utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas que serão realizadas com coordenadores pedagógicos que atuam em escolas de educação básica. O referencial teórico utilizado é constituído por autores que dialogam intimamente com o tema proposto, tais como Domingues (2014, 2015), Placco (2010, 2015) e Vasconcelos (2019). Das reflexões realizadas sobre a atuação do coordenador pedagógico infere-se que este possui grande relevância na efetivação de um ensino de qualidade, pois é um pilar para o desenvolvimento coletivo e democrático, pautado no diálogo, acolhimento, liberdade e participação que converge para a reflexão da prática e sobre a prática.

Palavras-Chave: Coordenação pedagógica, ensino, educação, escola.

Cultura de escola: a percepção idiossincrática dos professores de duas unidades escolares sobre a eficácia das políticas públicas paulista no período de 2009 a 2017

MERMEJO, P. R. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); SOUZA, T. N. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Tomando como referência os autores que postulam a cultura de escola como a percepção idiossincrática da cultura escolar, que contribui para a análise de políticas públicas no campo educacional, este trabalho objetiva identificar as percepções dos professores de duas unidades escolares distintas sobre as políticas públicas implementadas no período de 2008 à 2017 no estado de São Paulo. Quatro professores de cada uma das duas unidades escolares foram entrevistados. Os resultados obtidos confirmam a percepção idiossincrática dos dois grupos de professores demonstrando que o engajamento da cultura de escola com o modelo de implementação de políticas determina a percepção e o envolvimento dos professores com tais políticas públicas. O estudo possibilitou ainda, a identificação da fragilidade dos objetivos descritos pelas políticas públicas, já que ambos os grupos dos professores demonstraram dificuldades em identificá-las.

Palavras-Chave: análise de política; cultura de escola; Policy Analysis.

Políticas públicas, desafios da educação profissional tecnológica no Brasil: o caso CEFET e IFET

MOTA, R. C. L. (UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri);

O objetivo é debater a história da Educação Profissional Tecnológica (EPT) no Brasil, sua estruturação na política de educação, enfatizando a nova expansão da EPT -Cefet e Ifet- de 1990 até a atualidade, no contexto do neoliberalismo e, quais as metas exigidas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento para que a EPT favoreça a economia. A metodologia foi revisão teórica, histórico-crítica e, pesquisa documental. Foram consultadas teses, dissertações, artigos científicos, materiais produzidos pelo MEC e documentos elaborados pelo BM e BID. Resultados demonstram que a política de educação no Brasil e, detidamente a EPT (Cefet e Ifet) desenvolve ensino com manutenção da dualidade. Há cursos voltados para formação totalizante, com acesso a conteúdos de ciências, tecnologia e cultura. Essas instituições também ofertam cursos voltados a formação técnica-instrumental para favorecer o mercado de trabalho e economia, atendendo subalternamente aos organismos internacionais.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Brasil, Educação Profissional Tecnológica.

Políticas públicas como ferramenta de combate ao racismo institucional no âmbito da educação municipal

MADEIRA, R. C. (CUML - CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA); SOUZA, T. N. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este trabalho visa discutir o racismo institucional que se inicia dentro das instituições públicas brasileiras, e o necessário combate intersetorial. Assim, inclui reflexões a respeito de um projeto implantado em um município do interior do Estado de São Paulo, Brasil, como instrumento de combate. Por meio do levantamento de dados e informações disponíveis na internet, levantamento de artigos, e conversa estabelecida com a coordenadora do projeto, foi realizada uma reflexão sobre o processo de implantação, e seus resultados. A análise possibilitou a percepção de avanços e também de dificuldades históricas existentes no desenvolvimento de ações de combate ao racismo institucional, que inicia dentro da estrutura pública, tendo em vista o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, e o quanto esta prática imputa prejuízos para a população afrodescendente.

Palavras-Chave: Educação, Racismo Institucional, Políticas Educacionais

A trajetória da educação infantil de 0 a 3 anos no Brasil na última década: avanços e desafios desta etapa educacional

FERNANDES, S. E. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 (LDB), dá início ao processo educacional brasileiro com a entrada das crianças nas creches ou pré-escolas, assegurando os direitos a educação e aos cuidados previstos pela LDB. Porém, mesmo diante de avanços legais que resultaram na expansão significativa das matrículas em creches, há ainda desafios, no que diz respeito ao acesso e permanência dessas crianças nas instituições educacionais brasileiras. A pesquisa em andamento, configurada como descritiva e qualitativa, concerne em um estudo a ser realizado acerca da implementação de políticas públicas para educação de crianças de 0 a 3 anos no Brasil, a partir da década de 2010. O estudo parte de pesquisas bibliográficas, análise documental e através da interpretação dos dados coletados pretende desvelar avanços e desafios na implementação de políticas públicas voltadas para as creches brasileiras a partir da década citada.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Creche, Acesso, Matrícula, Permanência.

Eixo 2

Políticas públicas e avaliação educacional

Política de cotas na UNESP: um estudo com base nos modelos organizadores do pensamento de estudantes ingressantes pretos

RODRIGUES, E. B. (FCL - FCL - UNESP CAMPUS DE ASSIS - SP);
VASCONCELOS, M. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho") (CAPES).

A pesquisa refletiu sobre as representações psicológicas que seis estudantes recém ingressos na Unesp-Bauru pelo sistema de reserva de vagas e que se autodeclararam pretos, construíram sobre o seu processo de adaptação e inclusão na universidade. Utilizamos como referencial teórico-metodológico a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento. Como instrumento metodológico complementar de coleta de dados, empregamos o Questionário de Vivências Acadêmicas - versão resumida (QVA-r). Foram identificados cinco modelos organizadores abstraídos pelos participantes: condições socioeconômicas; realização familiar; representações de si; recepção e acolhimento; e cotas. Concluiu-se que os estudantes participantes da pesquisa estão bem adaptados à vida acadêmica, no entanto, faltam ações institucionais para proporcionar a estes estudantes maior acolhimento, bem como debates institucionais sobre o funcionamento estrutural da instituição para possibilitar uma real democratização do ensino superior.

Palavras-Chave: Ação afirmativa, Modelos Organizadores do Pensamento, Unesp.

Evasão de jovens ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no curso de administração da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Passos - MG

JÚNIOR, I. F. S. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

As políticas públicas de acesso ao ensino superior oferecem aos jovens a oportunidade de ingressarem em uma universidade e se prepararem para a vida profissional. A evasão representa um sério problema a ser enfrentado pelas universidades, resultante de fatores que pesam para o aluno permanecer ou não no curso. Este trabalho é resultado de um estudo sobre a evasão escolar de jovens que ingressaram por meio do SISU, no curso de Administração da UEMG - unidade de Passos MG. Estudos apontam que diversas podem ser as causas que levam os estudantes a abandonar o curso superior. O objetivo geral da pesquisa é conhecer as principais causas que levaram os jovens a abandonar o curso de Administração. Constituiu-se em uma pesquisa de campo, realizada com oito estudantes evadidos do referido curso. Os resultados apontaram fatores de ordem individual do estudante, de ordem interna e externa à universidade e que foram motivadores da evasão.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Evasão Escolar, Jovens, SISU.

A Lei de aprendizagem e seus reflexos nas produções acadêmicas e científicas

MOHERDAUI, I. C. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); GRACIOLI, M. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Lei da Aprendizagem Profissional, 10.097/2000, foi criada com o objetivo de amenizar as dificuldades de inserção do jovem de baixa renda no mercado formal de trabalho. Desse modo, as políticas públicas impõem obrigatoriedade às empresas de médio e grande porte a admitirem jovens por meio de um contrato especial de trabalho. Esse contrato alia estudo e trabalho e possui duração de dois anos. As empresas contratantes, além de formalizar a contratação, precisam matricular os jovens em uma instituição formadora que ofereça o Programa de Aprendizagem, e que disponibiliza diferentes cursos de formação. Devido à relevância desse tema, o objetivo do presente artigo foi mapear as produções científicas sobre a Lei da Aprendizagem Profissional e, para isso, as pesquisas foram realizadas nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online, SCIELO, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, buscando produções científicas publicadas entre 2005 e 2018.

Palavras-Chave: programas de aprendizagem, jovem, mundo do trabalho, políticas públicas.

Projetos de futuro de jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas

GRACIOLI, M. M. (FFCL - FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA);

O presente trabalho é resultado de uma investigação realizada com jovens estudantes do ensino médio de três escolas públicas da cidade de Franca- SP. Teve como objetivos conhecer os projetos de futuro dos jovens estudantes e analisar em que medida o ensino médio contribui para que os jovens possam elaborar com segurança seus projetos de futuro. Foram aplicados 30 questionários em cada escola, sendo respondido por 10 alunos de cada ano do ensino médio, totalizando 90 questionários. Nessa etapa da educação básica os jovens devem estar aptos para formularem seus projetos de futuro, no entanto, os resultados preliminares apontam que muitos jovens se esquivam de pensar no futuro. Possuem projetos e expectativas pouco pretenciosas, alguns alimentam expectativas de ingresso no ensino superior, mas desconhecem os caminhos e obstáculos e, não obstante, não há estratégias de como ter acesso a uma universidade pública ou instituições privadas.

Palavras-Chave: juventude, educação básica, futuro, escola pública.

Desenvolvimento infantil e aprendizagem na Base Nacional Comum Curricular à luz da psicologia histórico-cultural

SANTOS, R. R. D. (UFcat - Universidade Federal de Catalão); SILVA, J. C. (UFcat - Universidade Federal de Catalão).

A finalidade dessa pesquisa de Iniciação Científica foi identificar e analisar as concepções de desenvolvimento infantil e aprendizagem presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da Psicologia Histórico-Cultural, além de compreender as principais correntes teóricas que embasam este documento. Trata-se de uma pesquisa documental que teve como fundamento metodológico e filosófico o materialismo histórico-dialético. Foram encontradas concepções da teoria Histórico-Cultural, mas também concepções neoliberais, biologizantes, como do escolanovismo, pedagogia tecnicista, behaviorismo, teoria piagetiana e aproximações com teorias mecanicistas como o taylorismo. Observamos uma confusão entre as definições de aprendizagem, desenvolvimento e infância. Concluímos que a BNCC além de se apresentar pouco esclarecedora nos conceitos supracitados, se mostra caótica teoricamente e, ao se voltar para o ensino profissional e técnico, perde de vista o desenvolvimento real do indivíduo.

Palavras-Chave: base nacional comum curricular políticas públicas psicologia histórico-cultural

Desenvolvimento infantil e aprendizagem: um panorama na educação brasileira

SANTOS, R. R. D. (UFcat - Universidade Federal de Catalão); SILVA, J. C. (UFcat - Universidade Federal de Catalão).

O intento dessa pesquisa de Iniciação Científica foi analisar os conceitos desenvolvimento infantil e aprendizagem e, compreender o papel da educação na promoção destes no contexto brasileiro. A metodologia se pautou nos fundamentos metodológicos e filosóficos do materialismo histórico-dialético e nos referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural. Fizemos a leitura a partir do psiquismo animal, o que possibilitou a psiquê humana e sua natureza sócio-histórica. Percebemos que a aprendizagem não é desenvolvimento, mas o aprendizado organizado pode produzi-lo. A educação escolar se mostrou crucial para se opor às desigualdades na conquista de um desenvolvimento equânime dos indivíduos. Podemos notar que a educação brasileira foi fundamentada pela falta de comprometimento e associação aos interesses do capital. Foi, portanto, uma educação permeada por diversos conflitos de interesses, resultando na falta de um sistema nacional de educação equitativo e de qualidade.

Palavras-Chave: desenvolvimento infantil aprendizagem psicologia histórico-cultural.

Desafios dos discentes do curso de serviço social da UFU para a produção do conhecimento científico

VENÂNCIO, S. P. L. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal); MARTINIANO, L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal).

A proposta é apresentar algumas dificuldades que os discentes do Curso de Serviço Social da (UFU) encontram para a produção do conhecimento científico. O objetivo foi buscar como as deficiências do ensino afetam a produção do conhecimento científico na Universidade. Partiu-se do pressuposto de que os Ensinos Fundamental e Médio pouco incentivam a leitura e a interpretação de texto. O cenário foi a FACES-UFU. A entrevista foi por meio de questionário semiestruturado. Os participantes da pesquisa foram 6 alunos dos períodos 5º e 8º que cursavam as disciplinas Métodos de Pesquisa em Serviço Social e TCC. Ademais, procuraremos apresentar alguns resultados da pesquisa que apontam dificuldades dos discentes no decorrer de seu curso, principalmente quando se trata de produção de conhecimento científico e normas técnicas, bem como as experiências/ referências escolares anteriores, muitas vezes negativas, que resultaram em dificuldades de adaptação/permanência no Ensino Superior.

Palavras-Chave: Serviço Social Conhecimento Científico Dificuldades

Entre o ginásio vocacional e a Base Nacional Comum Curricular: uma possibilidade de dialogo curricular

FERRAREZI, W. W. D. S. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); MARTINO, V. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Esta pesquisa em desenvolvimento tem como objeto de investigação os Ginásios Vocacionais, instituições educacionais que funcionaram em 6 cidades do Estado de São Paulo. Nosso objetivo central é analisar os "Estudos Sociais" que embasou o currículo destas instituições. Pesquisas têm indicado que a experiência curricular desenvolvida pelos Ginásios foi única. Nossa investigação analisa aspectos do currículo vivenciado nestas instituições e examina em que medida estas experiências, podem ser recuperadas no currículo em funcionamento no ensino fundamental, via a Base Nacional Comum Curricular (2019). Partimos de estudos históricos analítico dos Ginásios, autores da área de teoria do Currículo como Gimeno-Sacristan e Michael Apple embasam nosso estudo. Levamos em conta os documentos oficiais, legais que nortearam a construção da BNCC. Os resultados parciais da pesquisa indicam inúmeras possibilidades de diálogo e entre as habilidades contidas na BNCC e o currículo dos Ginásios.

Palavras-Chave: Currículo. Estudos Sociais. Estudo do Meio. Ginásios Vocacionais

Eixo 3

Políticas públicas e formação de professores

A formação de pedagogos escolares no Brasil segundo as diretrizes curriculares nacionais

COLOMBINI, F. P. S. (SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCA/SP);

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a política nacional de formação de pedagogos no Brasil a partir das Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE n.01/2006), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia e, mais recentemente, a Resolução n.02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. O referencial teórico é formado por Libâneo (1999; 2006); Pimenta; Pinto e Severo (2020); Pinto (2002; 2006); Franco (2007) e Pimenta et al (2017). O estudo é de caráter qualitativo, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental. Para a análise, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo. Como resultado, apontamos que as diretrizes nacionais evidenciam uma supervalorização da docência o que implica em uma precarização na formação inicial do pedagogo que não deseja seguir a carreira docente.

Palavras-Chave: Política educacional Formação pedagogos Diretrizes Curriculares Nacionais

Os programas de formação inicial, PIBID e residência pedagógica, e as disposições da Base Nacional Comum Curricular para formação inicial

TORRES, J. O. (EFLCH - Unifesp - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Unifesp);

Esse trabalho discute o significado dos programas de formação de professores como o, Pibid e o programa Residência Pedagógica, ambos fomentados pela CAPES, na nova BNC-FP (Base Nacional Comum - Formação de Professores). O trabalho foi sistematizado respeitando uma breve contextualização com o cenário político-econômico neoliberal que pairou sobre o Brasil desde a década de 1990, caracterizando o contexto do nascimento dos programas de formação de professores, além de uma análise das principais disposições que competem aos documentos que definem os programas de formação inicial. Esse artigo tem como referencial teórico-metodológico trabalhos dos pesquisadores Dasso Júnior (2006), Dardot e Laval (2016). Tendo em vista as análises, acredita-se que as políticas públicas educacionais e a nova BNC-FP não estão em consonância, de forma que, a BNC-FP apresenta retrocessos ao campo da formação inicial, deixando de lado as contribuições que esses programas tinham garantidos até esse momento.

Palavras-Chave: Formação Inicial, BNC-FP, Pibid, Residência Pedagógica.

Formação inicial de professores e as concepções de cultura lúdica, ludicidade e o brincar

SILVA, K. E. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

ANDRADE, L. B. P. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Objetivamos refletir sobre a formação inicial de professores e a importância de saberes acerca da cultura lúdica, da ludicidade e do brincar para as práticas pedagógicas na educação infantil. Essa formação deve possibilitar conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento de competências para o campo de atuação do futuro professor atendendo aos fundamentos das políticas educacionais. No que se refere as políticas educacionais para educação infantil o brincar é elencado como eixo fundante das propostas pedagógicas nas instituições de educação infantil, sendo necessário garantir aos futuros professores processos formativos que permitam o desenvolvimento de atividades lúdicas em suas práticas pedagógicas. O estudo será realizado por meio da metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica em documentos normativos, legislação e autores como Imbernón, Kishimoto, Freitas e Kramer. Espera-se contribuir para discussão sobre a formação lúdica na formação inicial de professores.

Palavras-Chave: Formação de professores, cultura lúdica, ludicidade, brincar.

O papel das metodologias ativas no processo de ensino das ciências humanas: estudo de caso do instituto de educação e cultura raízes

LEITE, L. M. L. (ECA - Escola de Comunicações e Artes - ECA/USP); LOPES DE PASSOS, B. (IEC RAÍZES - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA RAÍZES).

O período de isolamento social aprofundou o debate sobre a importância das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, que reconheçam o aluno como protagonista, estimulando diversas habilidades e competências. O Instituto de Educação e Cultura Raízes é uma instituição escolar privada, localizada no município de São Sebastião que desenvolve práticas metodológicas ativas nas disciplinas de Ciências Humanas, para os alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A proposta trabalha com o desenvolvimento de projetos e aula invertida. No processo de construção do conhecimento o professor tem um papel de mediador, construindo roteiros de estudos direcionados para produção das atividades com o uso de recursos tecnológicos. O objetivo do trabalho foi empreender um estudo de caso sobre essa metodologia, descrevendo os processos administrativos de gestão escolar e os instrumentos utilizados para a sua execução, visando contribuir para a formação dos professores em metodologias ativas.

Palavras-Chave: Metodologias Ativas; Sala de aula invertida; Ensino Híbrido; Formação de Professores.

Formação de professores e a educação infantil

DONIZETTE, L. C. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

Tendo em vista as mudanças legais e as reformas dos sistemas educacionais no país para a educação infantil, o artigo objetiva discutir a importância de uma formação docente adequada aos pressupostos legais estabelecidos para essa fase especificamente as DCNEIs as quais orientam na organização, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas dessas instituições. Para realização deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e parte dos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, buscando demonstrar os desafios para uma formação de professores que assegure um atendimento de qualidade em creches e pré-escolas. O que se vê ainda é uma formação descontextualizada e cada vez mais a desvalorização do profissional da educação infantil em detrimento dos outros segmentos da educação, especialmente na creche. O artigo revela a importância de se pensar a formação inicial de professores frente aos pressupostos definidos pela legislação educacional.

Palavras-Chave: Formação docente Educação Infantil Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Algumas reflexões sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em tempos de pandemia

MARTINIANO, L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia);

Pretende-se discutir as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em tempos de pandemia, que tiveram que ser reestruturadas, passando a ser totalmente remotas, por ora, denominadas AARE trazendo desta forma, um desgaste físico e emocional aos docentes. Especificamente pretende-se discutir estas condições objetivas e subjetivas para o Estágio Obrigatório dentro do Curso de Serviço da UFU, no curso de Serviço Social da FACES. As aulas foram suspensas em março de 2020, e, iniciadas remotamente em agosto/2020. Já as atividades de Estágio foram autorizadas a partir da aprovação da Resolução nº 08/Jul/2020, no CONGRAD/UFU sendo decidido que cada curso decidiria oferecer o estágio presencial ou remoto, com aval nos Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes. Assim, o curso de Serviço social, foi totalmente desfavorável a oferecer o Estágio Obrigatório, a disciplina Supervisão de Estágio enquanto as condições sanitárias dos equipamentos sociais não fossem seguras para os discentes.

Palavras-Chave: Trabalho docente, condições objetivas e subjetivas, ensino remoto, Pandemia

Ensino superior no Brasil e formação docente: elementos para o debate

SILVA, P. R. (OUTRAS - Outras instituições não elencadas); SILVA, P. R. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Esta pesquisa compreendeu a formação docente no Ensino Superior brasileiro e os desafios da formação didático-pedagógica. Assim, por meio da pesquisa bibliográfica, bem como da documental (como a obra "Docência universitária e os desafios da realidade nacional" de Marília. C. Morosini e o documento LDBN de 1996) através do método materialismo histórico-dialético de Karl Marx, evidenciou-se o reflexo da relação trabalho-educação no sistema neoliberal no viés do Ensino Superior no Brasil e, nesse contexto, na formação docente perante a ausência estratégica, em coerência com o aporte dominante, de uma política efetiva para a formação didática. Portanto, são ensejadas, como forma de resistência a referida lógica, ações no âmbito da Práxis, para tanto, há necessidade da materialização de uma política constitutiva para a formação pedagógica docente na educação superior no Brasil como modo de enfrentamento a acepção de fragmentação oriunda da hegemonia do Capital.

Palavras-Chave: docência ensino superior trabalho

**Formação docente:
análise das políticas públicas no
período de 1990 até os dias atuais**

MEDEIROS, R. M. P. C. (FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); ANDRADE, L. B. P. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O trabalho tem como finalidade analisar as políticas públicas sobre a formação do docente de Educação Básica desde a década de 1990 até os dias atuais. Metodologicamente, este trabalho tem caráter bibliográfico e documental e utiliza a concepção histórico-dialética para a compreensão e análise dos documentos em pauta. O estudo foi feito através da exploração as orientações contidas em documentos oficiais publicados pelos governos brasileiros que se sucederam. O ensaio ampara-se teoricamente em autores como Ball (2006), Dourado (2011), Freitas (2011, 2013), Gatti e Barreto (2009, 2019), Shiroma, Moraes e Evagelista (2004), dentre outros. Como resultado da investigação compreende-se que as muitas ações e normatizações do sistema educacional brasileiro, incluindo a formação dos profissionais da educação tratam de uma continuidade no alinhamento ao projeto neoliberal de construção de um molde genérico e abstrato de Educação para os países periféricos.

Palavras-Chave: Formação Docente, Políticas Públicas, Educação.

Eixo 4

Políticas públicas e educação inclusiva

A escola em tempos de pandemia: proposta de implantação de método itinerante de ensino e aprendizagem na educação básica de São Paulo

TOLLER, F. M. (ESCOLA ESTADUAL DOUTOR PARAÍSO CAVALCANTI);

A pandemia da Covid-19 provocou inúmeras implicações e mudanças nos processos de ensino e aprendizagem até então alicerçados em um modelo tradicional de educação. O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta diferenciada de política pública, com vistas em um "ensino híbrido itinerante" que tenha como foco a inclusão de alunos que não possuem acesso aos meios digitais de ensino. A proposta é a instalação de ambiente de aprendizagem virtual via alocação de um micro-ônibus que possua computadores com acesso à internet, participação de professores e a presença de alunos excluídos do ensino virtual da EE. "Paraíso Cavalcanti"-Bebedouro/SP. Por se tratar de um projeto em fase de elaboração, a metodologia do trabalho incluirá levantamento bibliográfico sobre métodos alternativos de ensino e compilação de dados quantitativos e qualitativos auferidos na UE. Esperam-se resultados efetivos levando em conta que se trata de uma proposta de inclusão e às necessidades da escola pública atual.

Palavras-Chave: Pandemia, ensino, método, itinerante, inclusão

Educação e cidadania: a importância do direito dentro da escola pública

OLIVEIRA, R. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); ALVARENGA, G. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Neste artigo pretende-se discutir a importância do ensino de noções básicas do Direito como um dos pilares dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) adotados como componentes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) dentro das escolas de ensino médio em 2018. Para isso, tem-se como base um vasto suporte teórico dentro das teorias críticas do Direito e da Pedagogia, pensando-se em um método instigador do pensamento autônomo e crítico dos alunos. Até o presente momento, levando em conta que o estudo ainda se encontra em andamento, nota-se cada vez mais uma necessidade de implementação do ensino crítico do Direito nas escolas, ou, em outras palavras, do ensino da cidadania, na medida em que se percebe o sistema educacional voltado, em grande parte, para a formação técnica e profissional dos alunos voltando a estrutura educativa das escolas para formas estratificadas do saber, sem que haja uma formação democrática e de livre pensar dos alunos.

Palavras-Chave: educação, autonomia, Direito, cidadania, democracia.

Por uma política nacional de juventude na educação superior

BARBOSA, R. T. O. (FEIS - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira);
VASCONCELOS, M. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho").

A investigação objetiva analisar a legislação nacional de permanência estudantil enquanto sustentação ao direito à educação superior para a juventude marcada pela pobreza. No estudo teórico trabalhou-se o conceito de vulnerabilidade social de Castel sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a função social da Política de Ação Afirmativa, relacionado a Política Nacional da Juventude. Resultados apontam desarticulação do PNAES com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a Política Nacional da Juventude. Conclui-se que o PNAES preconiza dimensões inclusivas relevantes mas não dispõe dos fundamentos teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político entre os campos intersetoriais para ser política social, o que não enfrenta a vulnerabilidade social juvenil.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social Universidade Permanência

Políticas públicas para inclusão escolar de alunos com transtornos do espectro do autismo: acesso e qualidade na escola.

PRYCHODCO, R. C. (FCM - Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp);
BITTENCOURT, Z. Z. L. C. (FCM - Faculdade de Ciências Médicas da
Unicamp).

Um dos maiores desafios enfrentados pela escola nos dias atuais diz respeito a sua capacidade de incluir todos os alunos, não deixando nenhum para trás, independente de quaisquer situações de vulnerabilidade vivenciadas por estes, que possam criar ou perpetuar barreiras ao acesso e permanência, avançando também para processos com a qualidade necessária. O atual momento torna gritante a necessidade de políticas públicas de inclusão em uma perspectiva intersetorial, integrando ações nos campos da Saúde, da Assistência Social, da Proteção Civil, dentre outras. A presente comunicação pretende refletir sobre a satisfação de responsáveis por alunos com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) com as políticas públicas voltadas para a inclusão escolar. Os dados foram coletados nas três maiores redes sociais sobre TEA no Facebook e os principais resultados informam que as políticas públicas têm contribuído para a melhoria do acesso e da qualidade da inclusão na escola pública.

Palavras-Chave: Inclusão educacional, vulnerabilidade, política pública, acesso, qualidade na escola.

Eixo 5

Políticas públicas e relação de trabalho

A precariedade como o duplo da competitividade: políticas de ajuste estrutural e flexibilização da legislação trabalhista em Portugal e no Brasil na década de 2010

BARBOSA, A. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); BARBOSA, A. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente artigo tem como objetivo discutir a motivação dos processos de flexibilização da legislação trabalhista em contextos de hegemonia neoliberal. Tomando como referenciais para a análise as experiências de Portugal e Brasil na década de 2010, esse estudo procura demonstrar como o afrouxamento da proteção ao trabalho se torna ponto estratégico de políticas que buscam empreender ajustes estruturais e reformas institucionais para atender exigências de organismos multilaterais vinculadas à regulação do comércio e das finanças internacionais. A precarização do trabalho configura, assim, um "ativo estratégico" oferecido a interesses e institucionalidades de natureza supraestatal. A discussão apresentada é resultado da investigação realizada em parte no CES/Universidade de Coimbra, acerca de políticas públicas implementadas e legislação produzidas em ambos os países no período mencionado, e contou com apoio de Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE) da FAPESP (Proc.: 2018/09494-0).

Palavras-Chave: Precarização do trabalho; políticas de ajuste estrutural; legislação trabalhista

Agenda 2030 e promoção do trabalho decente: análise das políticas públicas de trabalho e emprego destinadas aos jovens no Brasil em 2020

SCODRO, C. L. (FDRP USP - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo); FONSECA, M. H. (FDRP USP - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

A Agenda 2030 busca viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir de Objetivos (ODS) e metas que enfrentam desafios socioeconômicos e ambientais. Assim, o ODS 8 visa promover o trabalho decente, de sorte que a meta 8.b propõe, até 2020, "desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]". Ressalte-se, que, na atualidade, a pandemia de COVID-19 intensifica os desafios de fomento ao emprego e de promoção do trabalho decente. À vista disso, valendo-se do método dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfico-documental, a pesquisa se propõe a analisar se, em 2020, houve e, em caso afirmativo, quais foram movimentações relacionadas às políticas públicas de trabalho e emprego destinadas aos jovens no Brasil, ainda que remotamente (online), considerando, sobretudo, a qualificação profissional como determinante para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Agenda 2030. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8. Trabalho decente. Pandemia de COVID-19. Emprego dos jovens.

O trabalho docente no ensino superior no Brasil e em Portugal: aspectos da precariedade em análise

BARBOSA, C. A. P. (UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro);
BARBOSA, C. A. P. (UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro).

Este artigo é resultante das reflexões e apreensões sobre a investigação durante o pós-doutoramento junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-Portugal, em 2019-2020. O objetivo era investigar as condições do trabalho científico docente no ensino superior público no Brasil e Portugal e identificar elementos que configuram precariedade laboral. A metodologia da pesquisa foi de caráter exploratória, fundamentada na abordagem dialética, considerando a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação para análise crítica do referencial teórico. Os resultados apontaram para existência dos aspectos de precariedade no âmbito da docência no ensino superior nos dois países, a partir de condições objetivas, como a falta de contratos trabalhistas e ou excessiva carga horária. Em síntese, é preciso compreender o significado do trabalho docente frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, considerando a ausência de garantias e segurança como aspectos de precariedade.

Palavras-Chave: Trabalho precarização docência

A pessoa com deficiência no mercado de trabalho em três empresas de médio porte no município de São Joaquim da Barra/SP e a atuação da escola na sua formação

RODRIGUES, E. G. C. (PMSJB - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA); MENDES, A. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Esta pesquisa analisou a implementação do artigo 93 da Lei 8.213/91, ou, Lei de Cotas, que traz obrigatoriedade às empresas com cem ou mais funcionários a ocuparem parte de seus cargos com pessoas com deficiência. Foi analisado três empresas de médio porte em São Joaquim da Barra/SP, chamadas A, B e C, a Lei 13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o artigo 34, afirma que esse público tem direito ao trabalho de livre escolha e oportunidades e a Constituição Federal com direitos iguais a todos perante a lei. Foi confirmada a importância dos atendimentos aos alunos com deficiência nas escolas que desenvolvem habilidades, autonomia, analisando a efetivação desta Política Pública. De abordagem qualitativa, usado fonte documental, bibliográfica, questionários e análise de conteúdo. Que este estudo e o plano de intervenção gerem reflexões, respeito às diversidades e que os funcionários das empresas com ensino incompleto possam completá-los.

Palavras-Chave: pessoa com deficiência trabalho educação políticas públicas

Políticas de previdência social e financeirização: um estudo sobre a atual contrarreforma - E.C. 103/2019

SÁ, H. A. (UFPR - Universidade Federal do Paraná);

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas de Previdência Social do Brasil, e sua tendência perante a dominação financeira, no contexto neoliberal. Tem-se com foco a atual contrarreforma - E.C. 103/2019 - que, em linhas gerais, alega a inviabilidade econômica do Regime Geral de Previdência Pública e a inclinação a transição para o Regime de Capitalização como "salvação" do atual Sistema Previdenciário. Em termos metodológicos, o estudo se alicerça na pesquisa bibliográfica e no levantamento e análise de dados secundários de múltiplas fontes, que possibilitaram uma melhor visão do retrato da Previdência Social do Brasil. Os resultados evidenciam o desmonte da Previdência Social, a partir da lógica liberal-individualizante. Assim, atende as necessidades neoliberais de expandir o mercado para o campo social, despreza os direitos garantidos pela C. F. de 1988 e as fontes de recursos direcionadas para Previdência Social, e deixa a mercê do mercado uma enorme parcela da população.

Palavras-Chave: Reforma da Previdência Social, Neoliberalismo, Financeirização, Constituição Federal de 1988.

As barreiras impostas pela tecnologia na busca pelo trabalho decente aos entregadores de aplicativo

VIEIRA, H. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); PIRES, M. P. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca).

Políticas públicas relacionadas ao trabalho têm por finalidade a supressão de desigualdades sociais, aumento do emprego e trabalho decente. Um fenômeno econômico e social contrário vem norteado pela instantaneidade dos meios tecnológicos, nas quais novas formas de trabalho surgem para suprir as demandas de consumo da sociedade. Analisaremos as adversidades e barreiras impostas pela tecnologia e pelo avanço da economia compartilhada ao trabalho decente, de modo que a realidade de uma grande massa de trabalhadores é a falta de regulamentação e a precarização do trabalho. A metodologia busca uma abordagem qualitativa, descritiva e explicativa, pelo método dedutivo, com pesquisa bibliográfica de livros, artigos e textos publicados sobre o tema. Diante disso, busca-se trazer à luz a situação precária dos entregadores de aplicativo, e como o Estado, por meio de políticas públicas envolvendo o trabalho, pode trazer melhorias a estes trabalhadores.

Palavras-Chave: Tecnologia, Política pública, Trabalho, Aplicativo.

Gestão da política de assistência social em tempos de pandemia

CADORIM, K. F. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); LIMA, M. J. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Esse artigo propõe refletir sobre a crise decorrente da pandemia de Covid-19 e a gestão da política de Assistência Social, visando construir subsídios teóricos e práticos na condução de instrumentos de gestão para garantir e ampliar os direitos à proteção social. Esse estudo foi realizado pelas pesquisas bibliográfica e documental, com análises fundamentadas no método do materialismo histórico dialético. A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social teve grandes avanços, todavia, a gestão dessa política ainda tem muitos desafios. A pandemia de Covid-19 escancarou a desigualdade social em nosso país e deixou evidente a situação de vulnerabilidade e risco social, de grande número de famílias e indivíduos. A pesquisa parte do pressuposto que esse tempo de crise sanitária e que aprofunda a crise econômica, social e política consiste em período fértil para buscar novos caminhos para superação da desigualdade social, através de uma gestão democrática e ética.

Palavras-Chave: Gestão, Política de Assistência Social, Pandemia Covid-19.

Licença-parentalidade e gênero: questionamento necessário

GUITARRARA, L. B. (IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capital);

Gênero, enquanto construção cultural, é critério para igualações ou distinções casuísticas. Dentre estas estão licença-maternidade e paternidade, salário maternidade e estabilidade. Objetiva-se compreender como a legislação nacional regulamenta o início da parentalidade no âmbito das relações trabalhista e previdenciária, bem como seu impacto na perpetuação da cultura dos papéis de gênero e sua necessária crítica. Para tanto, inicia-se pelo método descritivo, visando à análise do ordenamento jurídico pertinente; na sequência, o método crítico dialético, para a análise; por fim, método hipotético dedutivo para a propositura de solução ao problema. Até o presente, constata-se que o Direito mantém perfil conservador dos papéis de gênero em relação às consequências do início da parentalidade nas relações trabalhista e previdenciária, resistindo a mudanças. Ao final, pretende-se propor mudança nessa política pública voltada ao início da parentalidade na relação trabalhista e previdenciária.

Palavras-Chave: trabalho, previdência, gênero, parentalidade

A empatia como instrumento para a humanização na saúde: concepções para a prática profissional

SOUZA, L. C.; HOKAMA, N. K. (FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP).

O presente estudo teve como objetivo demonstrar que a empatia pode ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento das diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Humanização, sendo um instrumento primordial para a comunicação, se mostrando eficaz para todos os processos de convívio e trabalho. Para embasamento foi realizado revisão bibliográfica em sites de busca avaliando estudos publicados em meio eletrônico, como o SCIELO, por exemplo, e também através da leitura de livros de autores envolvidos com o assunto tratado. Neste sentido, concluiu-se que a empatia deve estar presente tanto nas relações entre usuários e servidores para a construção de uma prática do cuidado, assim como na gestão, auxiliando na tomada de decisões. A instrumentalização da empatia é, portanto, necessária para a Humanização na Saúde, ao possibilitar a melhor compreensão de interesses, necessidades e experiências interpessoais.

Palavras-Chave: Empatia, Vínculo, Política Nacional de Humanização, Política de Gestão

A mulher e o mercado de trabalho: o difícil recomeço

SILVA, M. C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal); CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

O presente resumo apresenta estudo sobre a volta da mulher ao mercado de trabalho após permanência em casa para cuidados com filhos e/ou idosos e/ou membros adoecidos. O objetivo é identificar como o próprio mercado de trabalho acolhe ou não essas mulheres, ou seja, se há políticas públicas de inclusão. Partiu-se do pressuposto que ao tentar conseguir um emprego (comércio, indústria, outros), um pouco mais velha, encontra dificuldades e preconceitos como se não estivesse capacitada pelo trabalho doméstico exercido anos antes. Pelos estudos iniciais, percebeu-se que estudar é um dos caminhos para qualificação, além de produzir efeito na autoestima. Por isso, elegeu-se como sujeitos participantes da pesquisa mulheres que voltaram à universidade para se capacitarem em um dos 11 cursos da Universidade Federal de Uberlândia, do campus Pontal, localizado no município de Ituiutaba (MG) e que não tenham exercido função remunerada (com ou sem carteira assinada) nos últimos 10 anos.

Palavras-Chave: Mulher Trabalho Recomeço

Plataformização do trabalho, resistência e poder público

MORAES, R. B. S. (UFG - Universidade Federal de Goiás); COSTA, A. A. (UFG - Universidade Federal de Goiás).

As plataformas digitais de trabalho representam um novo modelo de negócio que intensifica a precarização do trabalho. Nesta pesquisa documental com análise de conteúdo, analisaram-se as atuais reivindicações feitas pelos trabalhadores, as respostas do poder público e as decisões judiciais sobre ações trabalhistas contra essas empresas. Os dados secundários foram reportagens publicadas na imprensa, o Projeto de Lei n. 4172/2020 e decisões judiciais dos tribunais trabalhistas. Os resultados mostram a necessidade de melhores condições de trabalho (remuneração mais justa, assistência em caso de acidentes, compensação por horas adicionais trabalhadas e fim de bloqueios injustificados), o reconhecimento de vínculo e a manutenção da saúde dos trabalhadores no período pandêmico. Contudo, o Tribunal Superior do Trabalho tem negado a existência de vínculo empregatício. Conclui-se que há resistência ao novo modelo de negócio mesmo com poucos resultados práticos positivos ao trabalhador.

Palavras-Chave: Plataformização do trabalho, Precarização, Resistência, Poder Público, Justiça do Trabalho.

A distopia da reforma trabalhista de 2017: o downgrade das relações de trabalho e a consequente descompensação social

VELLINHO, R. S. (UCPEL - Universidade Católica de Pelotas);

A reforma trabalhista de 2017, introduziu um novo paradigma de regulação dos direitos trabalhistas na CLT, a partir de um prisma flexível, marcado pela precarização das condições de trabalho. Neste contexto, o Estado deixa de exercer a sua condição de "terceiro garante", capaz de assegurar a harmonia social entre capital e trabalho. De sobremaneira que da articulação entre a regulação dos direitos sociais e trabalhistas, e a regulação do mercado e da economia, estes últimos saem prestigiados. A pesquisa qualitativa e exploratória analisou as falas dos atores sociais presentes nas audiências públicas e seminários promovidos pela Comissão Especial de Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados. Sendo possível identificar um conjunto de categorias recorrentes: ativismo judicial; segurança jurídica; modernização da legislação; flexibilização, empregabilidade e autonomia da vontade. Desta forma, consolida-se um cenário de retrocesso social demarcado pela precariedade.

Palavras-Chave: flexibilidade precarização retrocesso social

As indústrias de laticínios e o trabalho da mulher

PAIVA, S. A. E. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal); CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal).

O presente resumo apresenta pesquisa sobre o trabalho da mulher nas indústrias de laticínios no município de Ituiutaba (MG). No sistema capitalista é sabido que o trabalho da mulher é exigido, mas as condições nem sempre são favoráveis a elas. Na prática, isso significa que, apesar dos avanços, estamos discutindo condições de trabalho igualitárias em pleno século XXI, demonstrando que a ideologia dominante não favorece as mulheres. Nesta pesquisa, estamos buscando identificar as estratégias e os enfrentamentos das trabalhadoras em espaço ocupacional pouco pesquisado e mais voltado aos homens. Elas serão convidadas a responder questionário com perguntas abertas e fechadas que visam entender como se dá o trabalho da mulher neste setor, pois a cidade conta com dois laticínios, sendo um com 400 funcionários e outro com 300, e, de acordo com estudos preliminares, pelo menos 35% da mão de obra é feminina. Conhecer esta realidade é importante para formatação de políticas públicas.

Palavras-Chave: Mulheres, Direitos, Trabalho, Laticínios

O trabalho docente no contexto da fusão e aquisição de instituições de ensino superior privado: revisão bibliográfica

Sugahara, U. T. (IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas);

As pesquisas (2006 a 2016) sobre o trabalho docente no ensino superior privado no âmbito das fusões e aquisição institucionais foi estudado neste trabalho. Em 2004 as IES privadas abrem seu capital no mercado de ações. Em 2010 iniciam-se fusões e aquisições capitaneadas pelos fundos de investimentos, com capital estrangeiro. Expandiu-se e profissionalizou-se empresarialmente. O trabalho docente foi identificado como fonte de obtenção de lucros. Localizamos no Banco de Teses da Capes e na Bdt 2776 pesquisas. Consideramos 11 teses e 15 dissertações (06 trabalhos Ies privado e 20 Ies público). Há 10 trabalhos de Ies federais e 10 Ies estaduais. Na Educação 18 pesquisas, Psicologia Escolar 3; Sociologia do Trabalho 2; Políticas Públicas e Formação Humana 2 e Administração 1. O referencial teórico predominou Mézaros, Anderson e Marx. A reforma neoliberal de 1990 reformou, precarizou e intensificou a categoria docente por práticas flexíveis de contratação no ensino superior privado.

Palavras-Chave: Trabalho docente; Ensino superior privado; Fusão e aquisição

O impacto da reforma trabalhista e da pandemia nas relações de trabalho e seus reflexos na atuação da auditoria fiscal do trabalho brasileira no período 2017 a 2021

FREITAS, V. M. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O presente trabalho aborda a atividade fiscal do trabalho em tempos de pandemia desenvolvida pelo Estado, fundamentada nos princípios da dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho da CF-88 e Convenção 81 OIT, são analisadas as principais medidas de impacto na atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, no período de pandemia COVID-19, sob a perspectiva do futuro do trabalho e alcance da agenda 2030 da OIT, no sentido de verificar se e como as alterações legislativas impactaram a atuação fiscal. Através da pesquisa bibliográfica de legislação (MP-leis, dec. IN), Convenções da OIT, artigos científicos, doutrinas e publicações pertinentes, a partir da análise de premissas gerais do tema busca-se os objetivos e conclusões almejados. A presente pesquisa se justifica devido ao fato de que apesar da importância e reconhecimento mundial da Auditoria Fiscal do Trabalho no combate as relações de trabalho degradante e metas a cumprir, suas garantias nacional e internacional são violadas.

Palavras-Chave: Reforma, Pandemia, Auditoria, Trabalho Digno

Flexibilização das formas de trabalho

MARTINS, W. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

Este trabalho é parte de uma pesquisa em curso que estuda o fenômeno da "Uberização". O objetivo consiste na discussão da relação de emprego frente às atuais mudanças no modelo de acumulação flexível no sistema capitalista brasileiro, tendo como suporte as alterações da legislação trabalhista ocorrida nos últimos três anos, as quais promovem a flexibilização das proteções do trabalhador e pavimentam o caminho para configuração de novos modelos na relação entre o trabalho e capital. O procedimento metodológico compreende a revisão da legislação social contida nas leis 13429/17, 13467/17, 13874/19, lei complementar 128 e normas publicadas em caráter emergencial durante a pandemia do COVID19, propondo-se um corte temporal de três anos. A partir da clarificação das nuances das alterações normativas, os resultados preliminares sinalizam que as políticas públicas, consubstanciada nos instrumentos normativos pesquisados, seguem no sentido de favorecer o capital em detrimento do trabalhador.

Palavras-Chave: Flexibilização, trabalho, acumulação flexível, "pejotização", "terceirização".

Eixo 6

Políticas públicas e saúde

Práticas inovadoras integradas a políticas públicas na proteção social: universo prematuro®

MONTESANTI, A. P. (Unifran - Unifran); BRUNHEROTTI, M. A. A. (UNIFRAN - Universidade de Franca).

O App Universo Prematuro® (Fapesp18/05569-5) busca viabilizar educação em saúde para mães de prematuros ao estímulo precoce de desenvolvimento da linguagem de 0 a 12 meses, pós-alta hospitalar. Método: A coleta do estudo descritivo-qualitativo foi realizada em hospital do interior de São Paulo, CEPE (3445686), somando 32 mães. Resultados: Ainda parciais apontaram idade média das mães (28,1DP±6,3), (65,5%) desejaram a gravidez e (65%) chegaram ao ensino médio. Não foi registrado dificuldades significantes por partes das mães na aplicabilidade dos estímulos. Conclusão: Entende-se que a formação média, a idade e o desejo da maternidade podem ter relação direta com a aceitabilidade e apreensão dos estímulos propostos no App.

Palavras-Chave: participação social. políticas públicas. inovação

Humanização do psicólogo como profissional da saúde atuante dentro do SUS

PREARO, A. Y. (FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP);
GIL, F. (UNESP- Faculdade de Medicina Botucatu).

Objetivamos demonstrar a importância do psicólogo dentro do ambiente hospitalar no processo de humanização, termo que vem sendo usado recentemente devido a necessidade de melhorar o atendimento aos pacientes e seus familiares, no que diz respeito em aproximar todos da equipe multiprofissional as necessidades do paciente. Mudar conceitos e paradigmas com relação ao relacionamento entre equipe médica e pacientes, e enxergar o paciente como um ser humano repleto de sentimentos, precisando de cuidados e atenção. Desenvolvido através de revisão bibliográfica, nas bases Scielo e Google acadêmico, resultando na discussão e aprofundamento da compreensão da Política Nacional de Humanização, do psicólogo como um profissional fundamental para que o processo de humanização dentro dos hospitais progrida mais rapidamente, apesar de se deparar com alguns obstáculos pessoais, profissionais e estruturais. A compreensão da importância da prática colaborativa e trabalho em equipe também deve ser evidenciada.

Palavras-Chave: Psicologia. Humanização. Sistema Único de Saúde

A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar

NUNES, A. C. A. (UFcat - Universidade Federal de Catalão); SILVA, J. C. (UFcat - Universidade Federal de Catalão).

As intervenções médicas na área da educação são cada vez mais frequentes e recorrentes como alternativa para superação do fracasso escolar das crianças. Nesse sentido, o estudo investigou a medicalização do fracasso escola na concepção dos responsáveis de crianças com queixa escolar. Foi realizada pesquisa qualitativa com a participação de cinco responsáveis pelas crianças com queixa escolar atendidas no projeto de extensão intitulado Orientação à Queixa Escolar da Universidade Federal de Catalão. Notou-se posicionamento contrário a medicalização do fracasso escolar por parte dos responsáveis, além disso, eles apontaram a escola como principal lugar de produção da queixa escolar. Ademais, relataram melhoras no comportamento e na superação da queixa escolar das crianças, mediante a participação no projeto de extensão. Dessa forma, foi observado como uma mediação de qualidade pautada em questões sociais, históricas e educacionais, foi eficaz para a superação do fracasso escolar.

Palavras-Chave: medicalização queixa- escolar fracasso escolar psicologia histórico-cultural

Curso de medicina no campus de três lagoas: uma proposta em construção

BALDISSERA, B. H. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); BARRIENTOS-PARRA, J. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este trabalho investiga se as ações propostas pelo Programa Mais Médicos (PMM) foram concretizadas na finalidade de formar médicos para atuar na atenção básica. Esta pesquisa centra-se no curso de Medicina, implantado em 2014, no Campus de Três Lagoas (CPTL/UFMS) destacando as principais dificuldades institucionais, considerando que as inovações propõem a formação médica pautada no conhecimento técnico e científico aliado à construção do perfil humanista já que ambos os conhecimentos necessitam de orientação construída no âmbito acadêmico. Trata-se de uma pesquisa exploratória cujos resultados mostram que a interiorização das escolas médicas é, sem dúvida, um ponto positivo e necessário, contudo, isso só é passível de sucesso com ajustes técnicos, intervenções políticas e preocupação social. A ineficácia da infraestrutura, tanto para o ensino quanto para o treinamento dos estudantes é uma limitação em qualquer curso que não possua hospital escola.

Palavras-Chave: Formação médica. DCNs. Técnica e Humanismo

O que os prontuários nos revelam acerca da queixa escolar? Análise à luz da psicologia histórico-cultural.

ARAÚJO, D. C. (UFCat - Universidade Federal de Catalão); SILVA, J. C. (UFCat - Universidade Federal de Catalão).

Trata-se de um trabalho de Iniciação Científica que teve como objetivo geral realizar um mapeamento das crianças atendidas com queixa escolar no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia- da Universidade Federal de Catalão que frequentam a Rede Municipal de Ensino de Catalão/GO. Como específicos temos: traçar um perfil escolar (idade, série, escola) das crianças atendidas e, discutir o processo de avaliação psicológica das crianças com queixa escolar. A metodologia desta pesquisa é pautada nos fundamentos metodológicos e filosóficos do materialismo histórico-dialético, tendo como base os referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural. Inicialmente foi constatado a prevalência de uma lógica individualizante, como o foco voltado para a culpabilização do aluno. A Queixa Escolar representou 50% dos encaminhamentos infantis, predominantemente em meninos. Destacamos a ausência de dados nos prontuários, o que dificulta uma análise mais aprofundada.

Palavras-Chave: Queixa Escolar, Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia, Histórico-Crítica.

Comunidades terapêuticas e programa recomeço: a modelação dos arranjos institucionais na política

ALMEIDA, D. N. (EACH/USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo);

Objetivo: mapear os arranjos institucionais construídos na parceria entre estado e sociedade civil, tendo como caso empírico as Comunidades Terapêuticas (CTs) vinculadas ao programa do estado de São Paulo: Programa Recomeço. Metodologia: realizou-se entrevistas semiestruturadas com a Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas (COED) e com profissionais que trabalham nas CTs e nos CAPS. Almejou-se identificar os objetivos do programa; os atores envolvidos, direta ou indiretamente; e os processos, mecanismos e espaços que possibilitam essa relação. Conclusões: Percebe-se um redirecionamento em 2019, através da valorização do saber técnico na entrega do serviço. Cria-se pactuações e fomenta-se capacitações para os profissionais das CTs, buscando-se diminuir os tensionamentos presentes na rede de serviços. Portanto, conhecer os arranjos institucionais construídos abre caminhos para pensar modelos e estratégias que respeitem a diversidade local e a característica de cada política.

Palavras-Chave: comunidade terapêutica parceria público-privado políticas públicas uso abusivo de álcool e/ou outras drogas

A atuação do assistente social com mulheres vítimas de violência doméstica: um estudo com profissionais do HC -UFU

SILVA, E. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal);
SILVA, E. (OUTRAS - Outras instituições não elencadas); OLIVEIRA, M.
L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal).

Esse trabalho tem como objetivo buscar maior entendimento sobre a atuação do profissional do Serviço Social frente às demandas que chegam sobre violência doméstica no serviço de atendimento às vítimas de violência (HC-UFU). Espera-se com esse estudo conhecer as políticas públicas voltadas para as mulheres na área da violência doméstica e como o Serviço Social se relaciona com essa política. Ao colocar como tema a atuação do assistente social na área da saúde, no enfrentamento da violência doméstica espera-se dar visibilidade ao trabalho desses profissionais e perceber quais as estratégias e parâmetros são por eles utilizados. Os métodos utilizados serão as pesquisas de campo e exploratórias, para formar uma base teórica em torno do trabalho do profissional frente à violência doméstica.

Palavras-Chave: Mulheres, Serviço Social, Violência. Políticas Públicas.

A saúde com força da palavra em conexões: uma experiência online

PEREIRA, E. S. (FASES - FACULDADE SHALOM DE ENSINO SUPERIOR); CALIXTO, F. A. (UFU - Fundação Universidade Federal de Uberlândia).

A experiência de trabalhos com grupos online: "A força da palavra em conexões", emprega a metodologia das Rodas de Conversa Dialógicas (RCD) (Pereira, 2019). As vivências se deram no período de isolamento social que trouxe no bojo da vida cotidiana sofrimento humano e consequentemente, fragilizou a saúde. Este grupo foi pensado no decorrer da experiência docente em sala de aula virtual com alunos e expandiu para a comunidade a partir de redes sociais. O objetivo é acolher as pessoas possibilitando fazer da palavra uma força como caminho possível para vivenciam e reinventarem o cotidiano em tempos de pandemia, assim como fomentar uma rede de apoio entre os participantes. A experiência com 13 RCD de 120 min uma vez por semana, usando Google meet, com média de 20 pessoas, comprovou um processo de reinvenção individual e coletivo a partir do diálogo como instrumento de descoberta de alternativas para o cotidiano na sociedade complexa.

Palavras-Chave: Rodas de Conversa Dialógicas Grupo online Serviço Social Saúde

Mobilização do direito e acesso à justiça para efetivação das políticas públicas de saúde

NAKAMURA, F. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); BARBOSA, A. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente estudo é parte integrante dos resultados parciais da tese de doutorado em Serviço Social, e tem como objetivo geral a análise da mobilização do direito para a efetivação do acesso à saúde, tomando como parâmetro de investigação a atuação do cidadão no sistema de justiça. Para tanto, foi realizada um levantamento bibliográfico sobre o tema, com a utilização das principais obras acerca da temática do acesso à justiça e os meios de utilização do mecanismo procedimental do Judiciário pelos cidadãos. Como resultados parciais, é possível aferir o acesso à justiça como um direito de primeira necessidade, principalmente no que tange à efetivação de políticas públicas de saúde, essenciais para a manutenção da qualidade de vida da população e fiscalização do Poder Público.

Palavras-Chave: Mobilização do Direito. Saúde. Políticas Públicas. Acesso à justiça

Atenção primária à saúde no Brasil e a sua importância para enfrentamento das iniquidades em saúde e Covid 19

BISCO, G. C. B. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); SARRETA, F. O. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca).

O presente trabalho apresenta resultados sobre a Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da pandemia do Sars-CoV-2 (COVID 19) como estratégia para enfrentamento com enfoque no cuidado integral e considerando os determinantes sociais, econômicos e políticos que envolvem a pandemia no Brasil. O objetivo do trabalho é apresentar quais são as estratégias de enfrentamento realizadas pela APS nos municípios brasileiros e a sua relevância para o enfrentamento das iniquidades em saúde diante do COVID 19 a partir do conhecimento e acúmulo teórico sobre a APS no Brasil por meio de bibliografia, legislações e por meio de diversos seminários, fóruns e pesquisas com diferentes sujeitos e em diferentes regiões do Brasil, realizadas pela Rede de Pesquisa em APS desde abril de 2020. A partir dos resultados da pesquisa, é possível identificar a importância da APS para o enfrentamento do COVID 19 em uma perspectiva integral e que considera as particularidades de cada território brasileiro.

Palavras-Chave: Saúde, Atenção Primária à Saúde, Covid 19

A gestão da saúde: um processo privatizante

OLIVEIRA, G. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); RAVAGNANI, C. L. C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

Muitos são os desafios encontrados pelos usuários do sistema público de saúde para o alcance da saúde como direito, seja no âmbito da atenção básica aos níveis mais complexos de atendimento. Neste sentido, este trabalho trata-se de um estudo de natureza bibliográfica que objetiva apresentar o processo de privatização da saúde por meio dos chamados novos modelos de gestão, inserido no amplo processo de apropriação do fundo público, flexibilização da gestão, precarização do trabalho, contrarreforma do Estado brasileiro no contexto de implementação das medidas de cunho neoliberal e o impacto desse processo na prestação de serviço ao cidadão. O estudo considera que, fundados na lógica mercadológica e privatizante, tais ataques neoliberais, por meio da gestão, atingem os direitos do usuário do SUS enfraquecendo ou extinguindo o controle social, flexibiliza direitos dos trabalhadores da área e desconstroem o SUS público e universal.

Palavras-Chave: Gestão do SUS, Novos Modelos de Gestão, privatização da saúde.

Humanização da assistência hospitalar por meio do processo de educação continuada e permanente em serviço

SILVEIRA, G. C. (FIJ - Faculdades Integradas de Jaú); PREARO, A. Y. (FMB - FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU UNESP).

A Educação Continuada é um conjunto de práticas usuais que objetivam mudanças pontuais nos modelos hegemônicos de formação e atenção à saúde. O estudo buscou conhecer as dificuldades dos profissionais de saúde em participar do processo de Educação Continuada durante o turno de trabalho. O estudo utilizou a metodologia qualitativa que levantou dados por meio de entrevista composta de questões de múltiplas escolhas referente a compreensão da equipe de saúde sobre o que é Educação Continuada em enfermagem e atendimento humanizado. Aplicamos um questionário com dez perguntas referentes aos fatores que interferem na realização de um atendimento humanizado aos pacientes em tratamento no hospital. Conclui-se que apesar da importância significativa que a Educação Continuada representa para o profissional de saúde, é possível entender que, em virtude da demanda dos serviços de saúde, torna-se praticamente impossível a participação dos profissionais no processo de educação em serviço.

Palavras-Chave: Educação continuada Humanização Profissionais de saúde

Políticas de mobilidade urbana enquanto formas de enfrentamento à obesidade epidêmica

RODRIGUES, G. A. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); MARCHETTO, P. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O trabalho analisa os impactos da locomoção urbana sobre a obesidade, indicando opções viáveis à utilização de políticas públicas de transporte e infraestrutura para a prevenção da obesidade. A abordagem leva à discussão dos impactos causados pelas restrições de mobilidade sustentável e políticas de locomoção pautadas em meios motorizados, indicando tais fatores como essenciais para a formação de ambientes obesogênicos por meio do estímulo ao sedentarismo. A título de resultados preliminares, apresenta-se hipóteses de políticas de enfrentamento da obesidade, propondo formas paliativas e preventivas de combate ao sedentarismo por meio de alterações nas dinâmicas e fluxos de circulação urbana. Adota-se metodologia hipotético-dedutiva, lançando bases gerais acerca dos impactos causados pelo desenho urbano e sua mobilidade urbana sobre a obesidade para, por meio de um juízo hipotético, sugerir medidas capazes de aumentar a resiliência urbana frente ao fenômeno de obesidade epidêmica.

Palavras-Chave: Obesidade Mobilidade Urbana Sedentarismo Locomoção

A experiência de matriciamento em um ambulatório médico de especialidades e em um hospital estadual no interior de São Paulo

CANELADA, H. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); BARRIENTOS-PARRA, J. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Política Nacional de Humanização estabelece dispositivos e estratégias que auxiliam na garantia de um atendimento de qualidade aos usuários, valorização dos profissionais da saúde numa perspectiva de mobilização e participação de todos os envolvidos, bem como uma mudança na cultura organizacional dos serviços. Este trabalho possui como objetivo, relatar a experiência do "Projeto Integra Rede: quebrando barreiras e aproximando serviços" no Hospital Estadual e AME Américo Brasiliense. Trata-se de um relato de experiência, com a exposição do método utilizado em cada vertente de atuação, cujo período de análise foi de agosto/ 2017 a agosto/ 2018. O grande potencial deste projeto reside na abertura de diálogo pactuado com a rede, podendo atuar a partir do princípio de dimensão, ou seja, validando até mesmo as pequenas intervenções realizadas, reconhecendo as diferenças que os deslocamentos produzidos por estas provocam na lógica de produção de saúde.

Palavras-Chave: Rede de Atenção a Saúde; Matriciamento; Humanização; Equipe Multiprofissional; Cuidado Integrado.

A notificação do aborto pelo profissional da saúde

TAVARES, I. H. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

A Portaria nº 2.282 de 2020 prevê a obrigação do profissional de saúde em notificar casos de aborto decorrentes de abuso sexual. O Superior Tribunal de Justiça entende que o estupro de vulnerável é concebido com o ato libidinoso ou a conjunção carnal com menores de 14 anos, sendo irrelevante o consentimento, a experiência sexual ou a existência de relacionamento. Apesar da configuração do crime, o Sistema de Informações Hospitalares revela que ocorrem em torno de 26 mil partos/ano em crianças de 10 e 14 anos. O objetivo do artigo é apurar as implicações cotidianas da Portaria em relação ao acesso ao aborto. Trata-se de uma abordagem teórica baseada na necropolítica e estudos de Débora Diniz. O resultado está na produção de reflexões que sustentem a inconstitucionalidade da Portaria.

Palavras-Chave: Aborto, estupro de vulneráveis, notificação.

Política pública em saúde mental: uma construção histórica da luta antimanicomial

ALVES, I. S. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal);
CIRIACO, D. C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

A pesquisa tem como objetivo refletir a luta antimanicomial e o projeto da Reforma Psiquiátrica como pontos principais para a elaboração da política pública em saúde mental, e dessa forma, a metodologia utilizada foi bibliográfica. A pesquisa revela como os processos históricos foram fundamentais para pensar a política pública em saúde mental, que é de extrema importância na composição de uma sociedade sem manicômios, que pensa as expressões da loucura como um direito inerente ao ser humano. A política pública de saúde mental foi construída após anos de lutas e resistências que vieram junto à Reforma Psiquiátrica Brasileira, e transformaram-se em serviços substitutivos em saúde mental, com caráter mais humanizado e que oferecem, atualmente, modelos de tratamentos que pensam a saúde mental com uma concepção ampliada do sujeito. O tratamento em saúde mental, historicamente esteve associado ao isolamento, sendo a loucura interpretada como um risco à convivência em sociedade.

Palavras-Chave: Reforma Psiquiátrica, luta antimanicomial, política pública, saúde mental.

Políticas públicas e a inovação na gestão da saúde pública sob o cenário da Covid-19

GUIMARÃES, J. C. (UFPI - Universidade Federal do Piauí);

O Corona Vírus Disease (COVID-19) se disseminou rapidamente, provocando impactos na saúde, no campo social e na economia mundial, expondo fragilidades dos sistemas de saúde em várias nações. Quanto às estratégias de combate e prevenção da doença, houve evidências do despreparo de gestores públicos. Restou evidenciado que a adoção de Políticas Públicas voltadas à adequação da estrutura de saúde pública visando a atender as demandas relacionadas à COVID-19 apresentou descompassos. No aspecto financeiro, viu-se que os recursos da União para os Estados não foram suficientes para suprir as necessidades, em parte face à incorreta alocação dos recursos ou em decorrência da corrupção. O estudo pretende investigar de que forma o fundo público destinado a equacionar as questões relacionadas à COVID-19 foi utilizado e quais gestores estaduais inovaram na solução dos problemas. A pesquisa tem abordagem quantitativa, de natureza descritiva-exploratória, com uso da técnica do Estudo de Caso.

Palavras-Chave: COVID-19, Fundo Público, Planejamento, Aplicação, Inovação.

Avaliação da prevalência de sobrepeso e obesidade em adolescentes do Município de Passos-MG

ROSA, J. L. (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais); CARVALHO, R. C. R. (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais).

O objetivo do estudo foi avaliar a prevalência de sobrepeso e obesidade em adolescentes do município de Passos, Minas Gerais. Os dados foram obtidos por intermédio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Em 2019, dos 1.020 adolescentes, 13 estavam em magreza acentuada (1,27%), 29 em magreza (2,84%), 640 em eutrofia (62,75%), 186 em sobrepeso (18,24%), 118 em obesidade (11,57%) e 34 em obesidade grave (3,33%). Os dados evidenciam que existe uma grande proporção de adolescentes acima do peso 338 (33,14%). Proporcionalmente, o município se encontra acima das médias mineira (28,26%) e brasileira (27,87%). Nesse sentido, a prática regular de atividade física é um importante aliado para a redução da gordura corporal, contribuindo inclusive na construção da autoimagem e autoestima do adolescente. É necessária a implantação de campanhas inovadoras, eficazes direcionadas às crianças e adolescentes para um desenvolvimento tecnológico em saúde pública no município.

Palavras-Chave: excesso de peso, comportamento sedentário, políticas públicas, saúde pública, atividade física.

Formação profissional e a saúde no SUS: dilemas da atualidade

ARAÚJO, L. J. C. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); JOAZEIRO, E. M. G. J. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

A crise capitalista e o subfinanciamento do SUS marca de modo inelutável a trama da realidade social, levando à perda dos direitos sociais. A pandemia da COVID-19 amplia os efeitos nefastos sobre a formação. Trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado ora em curso, assim, buscamos discutir a formação do Serviço Social nas interfaces entre o processo formativo da e na universidade e nos serviços de Saúde na Saúde Mental, a partir da metodologia qualitativa numa perspectiva analítico conceitual, com base no arcabouço legal e em literatura especializada. Apreendeu-se que na formação tem sido requerido do profissional ser capaz de transitar da dimensão do "imediate para o emergente" compreendendo as "múltiplas [re]convocações de saberes que têm lugar nesse espaço de assistência e formação" o que requer um acompanhamento sistemático do discente, centrado no rigor com a dimensão conceitual e ética visando estabelecer relações mútuas que se coadunem com a defesa da vida e da cidadania (CAPES, 001).

Palavras-Chave: Serviço Social Saúde Pública Política Pública Formação

A judicialização das políticas públicas de saúde: impactos da individualização do direito social à saúde

PEREIRA, L. R. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Constituição de 1988, ao introduzir em seu art. 5º, inciso XXXV, que nenhuma lesão ou ameaça de direito será excluída da apreciação do Judiciário, viabilizou a efetivação de direitos pelas vias judiciais. A partir disso, o direito fundamental social à saúde vem sendo judicializado cada vez mais, precipuamente na forma de ações individuais. Assim, o fim deste trabalho é analisar o fenômeno da judicialização das políticas públicas de saúde, tratando dos limites da atuação do Judiciário nessa seara e os impactos da individualização de um direito social. Para isso, optou-se pelo método dedutivo, através da pesquisa bibliográfica, além do levantamento jurisprudencial e da legislação existente acerca da temática. Por fim, tem-se como resultado um fenômeno de individualização do direito social à saúde que traz drásticas consequências ao Estado e a sociedade, razão pela qual defende-se um modelo de judicialização da saúde através de ações coletivas.

Palavras-Chave: direito social à saúde, políticas públicas de saúde, judicialização, individualização do direito à saúde.

A alteração da legislação como política pública fomentadora da doação de órgãos post mortem

PEREIRA, L. R. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); TALIBERTI, J. D. (FDF - FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA).

O Brasil que ocupa a 27^a posição no ranking de doadores post mortem de órgãos, possui cerca de 37 mil pessoas ativas na fila de espera para transplante. A atual legislação brasileira dispõe que a remoção de órgãos depende do consentimento expresso da família, independente da vontade manifestada pelo de cujus em vida. Assim, percebe-se que a atual legislação desestimula a doação de órgãos através da mitigação da vontade de doar. Desse modo, o presente trabalho objetiva demonstrar como a mudança na legislação pode atuar como uma política pública que ocasionaria o aumento das doações post mortem. Para tanto, optou-se pelo método dedutivo, por meio da análise quantitativa sobre os dados de transplantes brasileiros comparando-os com os de outros países, bem como a respectiva legislação; o que permitiu realizar um exame qualitativo das normas brasileiras referentes ao tema. Logo, tem-se como resultado que a atual norma não é eficaz, razão pela qual pretende-se apresentar alternativas.

Palavras-Chave: Doação de órgãos, post mortem, transplante, políticas públicas, legislação.

Mapeamento da intersetorialidade entre as escolas e os serviços de saúde mental públicos para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista na Cidade de Niterói-Rj

SIQUEIRA, L. P. C. (Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie);
TEIXEIRA, M. C. T. V. (Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie).

O estudo teve como objetivo identificar ações de intersetorialidade entre as escolas e os serviços públicos de saúde mental na atenção de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O desenho do estudo foi do tipo transversal com amostra formada por 382 participantes: a) 256 pais ou responsáveis de crianças e adolescentes com TEA; b) 98 professores do Atendimento Educacional Especializado; c) 28 profissionais da saúde mental. Foram utilizados questionários para avaliar as ações de intersetorialidade, a versão brasileira do Inventário de Problemas Comportamentais e o Formulário de Classificação Socioeconômica Familiar. Os resultados preliminares mostraram que 100% dos professores oferecem orientações aos pais sobre como manejar as necessidades especiais dos seus filhos e 70,9% fornecem essas orientações mais de 4 vezes por ano. Houve elevado percentual de concordância neste ponto entre os professores e os pais/responsáveis.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro do Autismo, Intersetorialidade, Serviços de Saúde Mental, Educação Inclusiva.

Pluralismo de bem-estar social e pandemia de Covid-19: implicações para a (des) proteção social do velho (a) trabalhador (a)

MIRANDA, L. M. B. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); TEIXEIRA, S. M. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

O objetivo deste artigo é analisar as implicações do modelo de Estado plural ou misto de bem-estar social no Brasil, atualizado pelo neoliberalismo, sobre a (des) proteção social para o velho trabalhador e velha trabalhadora no contexto de pandemia de COVID - 19. É um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado numa perspectiva histórica e dialética, no qual problematiza-se o envelhecimento sob ótica da totalidade social, e dividido em cinco partes, entre elas introdução e conclusão. O estudo aponta que a pandemia, associada ao pluralismo de bem-estar social, têm exacerbado as desigualdades sociais e afetado as condições de vida do velho (a) trabalhador (a), evidenciando a incompatibilidade desse modelo de Estado com políticas públicas com primazia do Estado, de caráter universal e de qualidade.

Palavras-Chave: Envelhecimento, pandemia, pluralismo de bem-estar, políticas públicas.

Serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas em tempos de pandemia (Covid-19): a dimensão saúde em reconstrução

SOUZA, L. C. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP);

Objetiva-se refletir os impactos na saúde da população idosa institucionalizada, provocados pela pandemia do covid-19. O objeto de estudo foi um Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas da cidade de Franca-SP. Esses serviços reorganizaram suas rotinas de atendimento, para direcionar ampliação de barreiras ao contágio do vírus, orientadas pela política pública de saúde - suspensão total de visitas, de atividades externas aos serviços, isolamento de casos suspeitos e confirmados, dentre outros. Como resultado observou-se: redução de quadros de adoecimento de acolhidos e funcionários, melhora significativa da imunidade dos acolhidos, redução de situações que exijam internações, dentre outros. Por outro lado, a dimensão emocional dos acolhidos sofreu significativas alterações. Situações de agitação, alteração de comportamento, irritabilidade e outros, contribuíram para que o serviço refletisse no desequilíbrio da qualidade de vida da população idosa em sua totalidade.

Palavras-Chave: População idosa, institucionalização, covid-19, saúde.

A transição corporal de uma mulher trans

BORGES, L. C. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP); DE SOUZA BERETTA, R. C. (Unifran - Unifran).

Objetivo foi conhecer a história de vida, vulnerabilidades e os fenômenos sociais vividos por uma mulher trans que utilizou o Silicone Líquido Industrial (SLI) para feminilizar o corpo. Trata-se de um estudo qualitativo com observação participante, entrevista semiestruturada. Foram encontradas três categorias de análise: Trajetória de vida; Feminilização do corpo; Danos físicos e psicológicos. Os resultados desvelaram a pobreza, a desproteção social, bullying, evasão escolar. A feminilização do corpo pode tornar-se essencial na vida das pessoas trans, para adequação ao gênero, porém a ausência do Estado, abre margem para a execução de procedimentos clandestinos. A aplicação do SLI, desencadeou consequências psicológicas (inseguranças, traumas e medos) e físicas (amputação das mamas, infecção generalizada, risco de morte). Conclui-se que a população LGBT está exposta a diversos agravos em saúde, pelo despreparo de profissionais, insuficiência das políticas públicas e omissão do Estado.

Palavras-Chave: Feminilização, Mulher Trans, Silicone industrial, Vulnerabilidades

Formação profissional continuada crítica e competente: uma análise a partir da residência multiprofissional em saúde da UFG

WALHERS, M. L. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); GONÇALVES, C. A. (UFG - Universidade Federal de Goiás).

As transformações contemporâneas têm reconfigurado as relações entre o Estado e a sociedade. Na saúde pública, esse cenário tem se consolidado de forma perversa com ataques ao SUS, dentre eles: a valorização do privado em detrimento do público, o corte e o congelamento de verbas, as alterações nas formas de gestão dos hospitais universitários. A partir dessas considerações apresentamos o resultado da análise das contribuições para a formação continuada, na particularidade do Serviço Social, frente à residência multiprofissional em saúde do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás na perspectivas das residentes; onde foi possível identificar a relação desta formação com o projeto profissional construído pela categoria de Assistentes Sociais - um projeto crítico que tem como pressuposto a formação profissional qualificada como fio condutor na construção de uma intervenção competente e que elucide o diálogo com outras áreas do conhecimento na garantia dos direitos sociais.

Palavras-Chave: Projeto ético-político, Formação Profissional Continuada, Residência Profissional, Serviço Social.

Práticas terapêuticas com plantas medicinais: resgatando o "etno" da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS

PUIG, M. M. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); PUTTINI, R. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

As práticas de curas com plantas medicinais são hoje reconhecidas na legislação promulgada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e praticada no Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, as fronteiras com o campo religioso deixam brechas para as práticas de cura populares que utilizam plantas (benzedoiras, rezadeiras, parteiras). Objetivo: compreender o fenômeno das práticas de curas populares religiosas pelo olhar antropológico. Metodologia: trata-se de um ensaio reflexivo, que parte das experiências médicas do autor, considerando a transdisciplinaridade no campo da saúde. Resultados: ao compreender a natureza etnológica das práticas de curas populares, defendemos a tese do pertencimento dessas práticas no campo religioso ao patrimônio cultural imaterial da humanidade. Nesse contexto, as práticas populares de cura ampliam a formação médica no sentido de, ao incluir a visão antropológica da saúde, permite humanizar as práticas médicas no SUS.

Palavras-Chave: medicinais tradicionais, plantas medicinais; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, Política Nacional de Humanização.

Criação do aplicativo universo prematuro®: tecnologia, comunicação e estratégias de políticas públicas

SERRA, M. V. G. B. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP);
BRUNHEROTTI, M. A. A. (UNIFRAN - Universidade de Franca).

Em 2018, a Organização Mundial de Saúde emitiu um relatório que destaca a importância em garantir investimento para o direito ao cuidado em saúde em todas as populações, com ênfase aos recém-nascidos. Em 2015, foi criada a portaria no 1.130 que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ações para garantir e oferecer subsídios as famílias no cuidado às crianças como fator de proteção. Garantir o acesso e a qualidade da saúde, bem como promover o bem-estar, faz parte do compromisso dos países em participar da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isto posto, o aplicativo Universo Prematuro®(FAPESP no018/05569-5), foi criado para monitorar regularmente de forma digital o desenvolvimento e crescimento infantil, que proporciona informações educativas aos cuidadores à saúde, garantindo a saúde da criança nascida prematura de forma integral, buscando equidade.

Palavras-Chave: Prematuro, Política Pública, Saúde da criança, Tecnologia

Eficácia de um modelo de capacitação para profissionais da área da atenção básica de saúde sobre os sinais precoces de autismo

RANALLI, N. M. G. (Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie);
TEIXEIRA, M. C. T. V. (Mackenzie - Universidade Presbiteriana Mackenzie).

O estudo objetivou identificar mudanças em conhecimento, atitudes e práticas de profissionais da Atenção Básica de Saúde sobre os marcos de desenvolvimento e os sinais precoces de Autismo em crianças de 18 a 24 meses após a capacitação. A partir do método experimental exploratório, com 55 profissionais de Unidades Básicas de Saúde da Atenção Primária de Itatiba- SP. Foi dividido em quatro fases: avaliação pré-capacitação, curso de capacitação, avaliação pós-capacitação e acompanhamento de encaminhamentos de crianças com suspeita de TEA. Resultados: para a dimensão de "conhecimentos", a amostra apresentou alto índice de precisão; dimensão de "atitudes" o índice foi "pobre"; dimensão de práticas, a diferença foi praticamente inexistente. Os cálculos mostram que o tamanho da amostra é mais que adequado para apurar potenciais diferenças na dimensão de "conhecimentos", e consideravelmente frágil para apurar diferenças nas demais dimensões.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro do Autismo Atenção Básica de Saúde Serviços de Saúde Mental Capacitação

Atividade educacional emergencial Covid 19 - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) prefeitura de Bauru - SP

FREITAS, R. L. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU);
SAQUETO, T. R. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

O estudo trata da Campanha Educativa frente à Pandemia COVID-19 junto aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - faixa 1. Tem por objetivo distribuir kits limpeza para prevenção do vírus através da higienização das mãos, objetos, utensílios e vestuários, minimizando os impactos no sistema de Saúde. A equipe elaborou instrumental de coleta de dados e panfletos com informações dos cuidados e foram feitas visitas domiciliares pela equipe do PMCMV equipados com máscaras e álcool para entrega dos 5526 kits contendo os panfletos, nos 19 residenciais do Programa. A ação contou com ampla divulgação nas redes sociais como forma de sensibilizar a população sobre essa causa, os quais obtivemos significativa adesão e compartilhamento das informações entre os moradores e comunidade. Ao todo atendemos 3607 famílias. Podemos afirmar que destas famílias, a campanha alcançou um número significativo de 10.878 pessoas os quais auxiliará na redução da incidência do vírus no município.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa, Minha Vida, Pandemia do Covid19, Campanha Socioeducativa.

O questionário na sala de espera como instrumento acolhedor: contribuições para a implantação de um centro integrado de humanização em um hospital de clínicas

PUTTINI, R. F. (FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP); PREARO, A. Y. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este estudo qualitativo teve por objetivo - com a equipe do serviço de saúde do ambulatório médico de um Hospital de Clínicas - planejar e aplicar questionário de modo a instrumentalizar uma ação humanizadora na sala de espera do serviço de saúde. Metodologia: utilizamos a estratégia da pesquisa-ação e seguimos estas etapas: 1) formulamos um questionário com base nas diretrizes da Política Estadual de Humanização; 2) aplicamos a 10 usuários na sala de espera; 3) avaliamos os resultados e refletimos as potencialidades de transformá-lo em instrumento de acolhimento. Resultados: as respostas dos entrevistados registraram o alto valor de acolhimento do próprio questionário no ato da entrevista. A humanização da assistência se inicia na sala de espera e guarda grande potência para a formação de um Centro Integrado de Humanização - diretriz da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para garantir a prática de humanização no âmbito regional hospitalar.

Palavras-Chave: Política Estadual de Humanização Centro Integrado de Humanização sala de espera pesquisa-ação acolhimento

A política de assistência social e a pandemia Covid-19: reflexões sobre o cenário brasileiro

AMORIM, T. A. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); TEIXEIRA, S. M. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

As políticas sociais brasileiras, em especial a Política de Assistência Social (PAS), foram construídas em um terreno fragilizado marcado por disputas de projetos antagônicos, assim em uma conjuntura de crise do capital, desmonte dos direitos sociais e retração estatal a eclosão de uma pandemia acarreta impactos ainda mais severos no país. O presente artigo, de cunho bibliográfico, objetiva realizar uma reflexão acerca da Política de Assistência Social (PAS) brasileira no contexto da pandemia da Covid-19. Para tanto, fez-se uso de revisão de literatura e documental que possibilitaram a construção de uma análise crítica sobre as ações dessa Política e seus rebatimentos diante dos impactos ocasionados pelo cenário pandêmico. Infere-se que a PAS brasileira no contexto de pandemia reforça elementos de refilantropização e tendências moralizantes, promovendo ações desarticuladas com características paliativas sustentadas por um discurso estatal marcado pelo neoconservadorismo.

Palavras-Chave: Política de Assistência Social pandemia Covid-19 Estado capitalismo.

Acolhimento humanizado a familiares de pacientes internados na UTI adulto de um hospital escola de Marília: uma proposta no contexto da política nacional de humanização

CALIXTO, T. R. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); FRANCO PUTTINI, R. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Na Unidade de Terapia Intensiva, o paciente necessita de alta tecnologia e tratamentos invasivos. O paciente em estado crítico, entre a vida e a morte e isolado de seus familiares, passa por sofrimentos e estresses. Esse cenário desafia profissionais de saúde para as ações coordenadas de humanização. O objetivo deste estudo foi verificar bibliografia que indicasse o estreitamento entre ações de humanização e a aplicação à realidade diária das UTIs. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa. Resultados: Foram encontrados 72 artigos sendo selecionados 27 para análise, que mostraram que o paciente necessita de cuidados individualizados. Entretanto, uma proposta de assistência de saúde humanizada considera o acolhimento humanizado quando se estende aos vínculos familiares os mesmos cuidados humanizadores, que auxiliam inclusive no processo terapêutico de recuperação do paciente.

Palavras-Chave: Unidade de Terapia Intensiva, humanização, acolhimento, família.

As mulheres negras e a violência obstétrica

SILVA, T. S. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal);
CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

O presente resumo apresenta estudo sobre a mulher negra e a violência obstétrica. Termo identificado a partir das denúncias das mulheres e da qualificação em estudos científicos. O objetivo é estudar o único tipo de violência que atinge exclusivamente as mulheres. Esta violência se caracteriza por atos de desumanização, negligências, discriminação, condutas desnecessárias ou excessivas como lavagem intestinal, restrição de dieta, ausência de anestesia, ficar amarrada (ou algemada no caso das presidiárias), episiotomia (corte vaginal), entre outros. Partiu-se do pressuposto que as mulheres negras, assim como as brancas, sofrem violência obstétrica por desconhecimento dos seus direitos, porém, as negras podem sofrer mais, tendo em vista que há uma ideia, oriunda da escravidão, que elas são mais fortes, não sentem dor. Os estudos iniciais corroboram com o pressuposto, por isso elegeram-se como participantes da pesquisa mulheres que tenham tido dois filhos ou mais.

Palavras-Chave: Violência obstétrica, mulheres, saúde

A questão da resiliência no gerenciamento humanizado da enfermagem

MICHELAN, V. C. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); PUTTINI, R. F. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura em enfermagem que sintetize as produções científica sobre tema Resiliência como estratégia para gestão e competência profissional. A pesquisa bibliográfica incluiu categorias de busca de artigos com textos completos disponíveis para análise no âmbito nacional e internacional. Resultados: Foram encontrados 42 artigos, 11 atenderam os critérios de inclusão e constituíram a amostra. Após análise bibliométrica extraímos três categorias: 1) Aplicabilidade da Resiliência no processo de trabalho da enfermagem, 2) Estratégias de enfrentamento para apoiar o trabalhador da enfermagem e 3) Desafios para aplicabilidade da resiliência no processo de trabalho da enfermagem. Discussão e conclusão: para a qualidade de vida do trabalhador em enfermagem a resiliência é um conceito que se torna imprescindível utilizar para seguir as diretrizes da política nacional da humanização como parâmetro para o gerenciamento humanizado da prática da enfermagem.

Palavras-Chave: Resiliência, enfermagem, gerenciamento, humanização

Eixo 7

Políticas públicas, meio ambiente e sustentabilidade

A gestão dos resíduos sólidos nos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)

SILVA JUNIOR, A. D. da. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca);

A questão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) reclama urgência na resolução face as consequências danosas ao meio ambiente e a saúde pública. Objetiva a pesquisa analisar a gestão dos RSU nos municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), a luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Trata-se de pesquisa qualitativa quanto a abordagem, descritiva quanto aos objetivos, documental e bibliográfica quanto aos procedimentos. No tratamento dos dados utilizou-se a análise do conteúdo. Constatou-se que a realidade vivenciada na RMRP está longe de atender a legislação correlata no que se refere a geração, redução, reutilização, reciclagem, coleta e disposição dos RSU, pois a maioria dos municípios da RMRP não dispõe de aterro sanitário. O gerenciamento e a gestão compartilhada, através de consórcio público, seriam a solução para a redução de custos, a sustentabilidade ambiental, a saúde pública, além da consolidação de uma política social geradora de empregos.

Palavras-Chave: Meio ambiente Política Nacional de Resíduos Sólidos Região Metropolitana de Ribeirão Preto Resíduos Sólidos Urbanos

Contribuições da sociedade civil na implementação das metas dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS)

AMARAL, A. C. (UFRuralRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO);

A participação cidadã em políticas para desenvolvimento socioambiental é imprescindível na construção de uma sociedade mais justa. Este trabalho aborda como a sociedade civil auxilia no acompanhamento implementação da Agenda 2030, com ênfase nos ODS socioambientais. Para tanto, foram analisados relatórios entre 2017 a 2020 produzidos pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030, composto por representantes das áreas tratadas nos 17 ODS as políticas desenvolvidas no período. Após análise dos relatórios das 61 metas distribuídas entre os 7 ODS analisados, considerando as políticas e ações para o alcance das metas, 18 apresentaram retrocessos, 15 estão ameaçadas, 6 estão estagnadas, 6 apresentam ações insuficientes, 12 não apresentam dados e apenas 4 possuem ações satisfatórias. A participação da sociedade civil torna-se primordial para o acompanhamento da implementação das metas, principalmente quando há poucas informações disponíveis pelo Estado sobre o tema.

Palavras-Chave: desenvolvimento sustentável participação social agenda 2030

Gestão dos recursos hídricos no Brasil: cenários para formação de coalizões dos usuários

SILVA, A. E. (EAUFPA - Escola de Aplicação da Universidade Federal do Para); SILVA, A. E. (UFPR - Universidade Federal do Paraná); CARVALHO JÚNIOR, M. R. (UFPR - Universidade Federal do Paraná).

O Advocacy Coalition Framework compreende a formulação das políticas públicas, tendo por base a observação de atores com capacidade de influência grupos, no sentido de atender aos seus interesses influenciando a agenda pública. Diante o exposto, o objetivo é estudar a estrutura institucional a qual possibilita a formação de Coalizões de Defesa no interior da Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. O método de investigação será pesquisa bibliográfica, a qual consistirá em embasar teoricamente o referido estudo. No que concerne ao objetivo da pesquisa, será do tipo exploratória, sendo delineado por um escopo descritivo de relações entre fatores do fenômeno. Com a discussão evidenciou-se que a inserção de um problema na agenda, passa pelo caminho dos interesses entre os grupos que identifica o anseio social, formula proposta, busca de apoio político, implementa e avalia a política. Nesse construto, cabe a advocacy ser evocada à formação e intervenção no âmbito das políticas.

Palavras-Chave: Coalizões de Defesa, democracia, políticas públicas

Políticas ambientais para a justiça ambiental

SILVA, A. E. (EAUFPA - Escola de Aplicação da Universidade Federal do Para);

Percebe-se que novas posturas têm sido adotadas no que tange à gestão do meio ambiente, despertando atenção no cenário internacional em decorrência das discontinuidades das políticas à temática meio ambiente no Brasil e a emergência das problemáticas ambientais que assolam o país. Em consonância de uma abordagem histórica, este estudo visa refletir sobre as políticas públicas ambientais. A pesquisa é exploratória à luz da bibliografia o que caracteriza como um estudo teórico, focalizada no contexto das políticas públicas a respeito das questões ambientais. Assim, dado o cenário ambiental da arena política, é de suma relevância um olhar profundo no que concerne o desenvolvimento alicerçado a sustentabilidade, mas para que isso se concretize é necessário que políticas sejam discutidas, elaboradas e implementadas com a participação de diversos atores da sociedade, em resposta ao modelo democrático e participativo para a promoção da justiça ambiental.

Palavras-Chave: Políticas Ambientais, sustentabilidade, desmonte.

Uma abordagem sobre o histórico das políticas públicas ambientais brasileiras

MAROTTI, A. C. B. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos); SANTIAGO, C. D; PUGLIESI, E. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos).

As políticas públicas ambientais são fundamentais ao estabelecer critérios para a vivência humana que sejam compatíveis com a capacidade suporte do ambiente (PHILIPPI JR; BRUNA, 2004). O presente trabalho objetivou apresentar um histórico das políticas públicas ambientais brasileiras e seus contextos. Utilizando-se de pesquisas bibliográfica e documental (GIL, 2008), foi possível subdividir a historicidade das políticas ambientais em seis blocos temporais que advém desde 1500, apresentando o Brasil colônia e suas normativas exploratórias, até as décadas de 1980 e os dias atuais, com o fortalecimento das políticas ambientais e a publicação de marcos relevantes como a Política Nacional de Meio Ambiente. Conclui-se que a política ambiental brasileira se desenvolveu de forma tardia em relação às demais políticas setoriais do país, e, atualmente, cumpre um papel fundamental condicionando os processos de desenvolvimento ao cumprimento normativo da conservação ambiental.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Ambientais Histórico Leis Ambientais

A descentralização das políticas públicas ambientais brasileiras: uma abordagem histórica até a política nacional de resíduos sólidos

MAROTTI, A. C. B. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos); PUGLIESI, E; SANTIAGO, C. D. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos).

No Brasil, a descentralização máxima é dada em nível municipal, como a responsabilidade municipal pela gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos (MAROTTI et al, 2016). O presente estudo vislumbra apresentar a historicidade do processo de descentralização das políticas públicas ambientais brasileiras até o marco da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a partir de pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008). Analisando o histórico do federalismo brasileiro observa-se que o país perpassou por diversos períodos de centralização e descentralização. Um grande marco para o processo descentralizatório na área ambiental foi a publicação da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6.938/1981, instituindo um sistema de gestão ambiental descentralizado por meio da instituição de órgãos consultivos, respaldada pela Constituição Federal de 1988. Tal fato proveu fomento à publicação em 2010 da PNRS, atribuindo maiores responsabilidades as esferas de governo locais e à sociedade civil.

Palavras-Chave: Descentralização Políticas Públicas Constituição Federal Política Nacional do Meio Ambiente

Construindo cidades saudáveis e sustentáveis: acessibilidade urbanística como instrumento para a inclusão de pessoas com deficiência

SPINIELI, A. L. P. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); SOUZA, L. P. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

As assimetrias que atingem as pessoas com deficiência estão concentradas nas cidades, que, construídas de forma desigual, deixam de atender às demandas da inclusão de grupos vulneráveis, afirmadas majoritariamente pelas inacessibilidades a espaços e serviços urbanos. Surge a necessidade de implementar a acessibilidade urbanística como instrumento para a inclusão de pessoas com deficiência em cidades que se remodelam segundo a lógica do urbanismo saudável e sustentável. Objetiva-se analisar criticamente o direito à acessibilidade urbana para o grupo em questão, como mecanismo para sua inclusão. Utilizam-se estudos que relacionam direitos humanos e urbanismo, tendo como recorte a ideia de acessibilidade como elemento útil ao modelo de cidade saudável e sustentável. Dentre os resultados, afirma-se que a garantia da acessibilidade urbana possibilita o usufruto da cidade em sua completude pelas pessoas com deficiência, já que viabiliza a inclusão social e a efetivação dos direitos humanos.

Palavras-Chave: pessoas com deficiência, acessibilidade urbanística, cidades saudáveis e sustentáveis.

Serviço social e questão socioambiental

SILVA, A. I. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); LIMA, M. J. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O trabalho é resultado da pesquisa da dissertação de mestrado em Serviço Social consumada em 2018. Buscou-se conhecer o trabalho do/a profissional assistente social em ações socioambientais na cidade de Barretos, interior do estado de São Paulo. A pesquisa teve abordagem qualitativa e o método empregado para sua interpretação foi o materialismo histórico dialético. Durante a pesquisa foram identificadas duas profissionais que desenvolvem ações na área socioambiental. A primeira trabalha em uma ONG. A segunda, na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial. A questão socioambiental está presente na atualidade através da poluição, falta de acesso a condições dignas a serviços como saúde, tratamento de esgoto e acesso a água potável. Os profissionais de Serviço Social têm competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para reconhecer essas questões no cotidiano da população e elaborar respostas a esta problemática.

Gestão Serviço Social Questão Socioambiental

Serviço social e educação ambiental

SILVA, A. I. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); LIMA, M. J. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente trabalho contempla elementos da dissertação de mestrado em Serviço Social concluída em 2018. Buscou-se conhecer o trabalho do/a profissional assistente social que em ações socioambientais na cidade de Barretos, interior do estado de São Paulo e que desenvolvessem em seu cotidiano de trabalho ações de educação ambiental. A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, o método utilizado para sua interpretação foi o materialismo histórico dialético. Foram identificadas duas profissionais que entendem a educação ambiental como componentes integrantes de seu trabalho e que esta educação executa por profissionais de Serviço Social que possuem competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa pode contribuir qualitativamente para atender a população usuária de seus serviços.

Palavras-Chave: Serviço Social Trabalho Profissional Educação Ambiental

Políticas públicas na proteção e conservação das matas ciliares urbanas e na preservação da biodiversidade em Franca/SP

BERTELLI, C. (FAFRAM - Faculdade Doutor Francisco Maeda); PONTCHERELLO LOPES D, M. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP).

O presente artigo teve como objetivo fazer uma análise das Políticas Públicas na proteção e conservação das matas ciliares urbana e na preservação da biodiversidade, com recorte na área urbana de Franca, nordeste do Estado de São Paulo, Brasil. A metodologia empregada para tal foi qualitativa. A Lei Federal Nº 6.938/81 e legislações a nível Estadual e Municipal contemplam diretrizes para a proteção destas áreas. Este trabalho está pautado nos princípios do fluxo gênico, dos corredores ecológicos, e no da biodiversidade. Segundo Bertelli e Franceschi (2011), os corredores ecológicos podem ser classificados em quatro níveis: micro, pequenos, médios e mega/continentais, sendo os três primeiros conectados as áreas urbanas. O resultado deste trabalho, demonstra a necessidade eminente execução de políticas públicas estruturais, tanto do Poder Público, como da coletividade, uma vez que as matas ciliares e áreas verdes desempenham papel fundamental dentro do ambiente urbano.

Palavras-Chave: Corredor Ecológico; Ambiente Urbano; Rio Canoas Franca/SP; Fluxo Gênico; Sustentabilidade;

Políticas públicas no vetor de expansão urbana na bacia hidrográfica do Rio Canoas, no Município de Franca, São Paulo, Brasil

BERTELLI, C. (FAFRAM - Faculdade Doutor Francisco Maeda);
BACHUR, P. K. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP).

Este artigo teve como objetivo propor Políticas Públicas no vetor de expansão urbana na bacia do rio Canoas, em Franca/SP, visando ocupação sustentável. A metodologia empregada para construção desta pesquisa foi qualitativa e quantitativa, segundo Gil (2005). As diretrizes legais para gerenciamento da bacia estão contempladas na Lei Federal N^a 6.938/81 e nas leis Municipais N^o4.240 de 11/12/1992 e N^o4.420 de 07/04/1994, que tratam de proteção do manancial do ribeirão Canoas, que possui uma área de 184,11 km². Este trabalho resultou em uma carta temática com os zoneamentos de ocupação urbanística sustentável, com restrições em: declividade, tipos de solo, cobertura vegetal, escoamento das águas pluviais, capacidade de uso terra e vetores de áreas urbanas já consolidadas. Sendo assim, essas cartas temáticas, se tornam instrumentos indicadores de Políticas Públicas no uso e ocupação do solo, preconizado nos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU (2015).

Palavras-Chave: Uso e ocupação; Cartas temáticas; Vegetação nativa; Desenvolvimento sustentável.

Agenda 21 local de Limeira/SP: princípios norteadores

CAPPAROL, D. C. A. (GOV - Governo do Estado de São Paulo); MORAES, C. S. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); PITTON, S. E. C.

Esta investigação teve como objetivo principal a apresentação de princípios norteadores para a construção da Agenda 21 Local na cidade de Limeira/SP. Primeiramente ocorreu a observação das problemáticas socioambientais existentes na cidade, apesar do cumprimento de programas e projetos públicos nas diversas áreas. Posteriormente foi elaborado e aplicado um questionário sobre os projetos e programas implementados de 2005 a 2012 junto às Secretarias Municipais, após uma administração de dois mandatos subsequentes. Com essas informações, outro instrumento de coleta foi construído e aplicado junto à população para averiguar a eficiência dos projetos municipais. Tendo como fundamento tais análises, foram apresentadas propostas para a construção da Agenda 21 Local na localidade em questão, como apoio às ações e políticas públicas municipais, além da elaboração de um guia para sustentabilidade como base de educação ambiental formal e não formal no que se refere à Agenda 21 Local.

Palavras-Chave: Agenda 21 Local Sustentabilidade Limeira/SP Programas e Políticas Públicas

Um estudo sobre a educação ambiental do Município de Guará-SP

COSTA, F. G. (PMGRA - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ);
RAMOS, G. E. (UNIFRAN - Universidade de Franca).

O objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento da educação ambiental (EA) no município de Guará-SP, após a promulgação da lei municipal nº 1518/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de educação ambiental na rede municipal de ensino, ao verificar sua evolução como uma política pública, assim como outras ações desenvolvidas, dentre elas a responsabilidade socioambiental de empresas. A pesquisa realizada foi do tipo descritiva e etnográfica e, considera-se que a EA tem evoluído progressivamente, pois após a lei, outras surgiram e novos convênios foram realizados. Destaca-se que ela acontece mais frequente na educação infantil e ensino fundamental I, de forma interdisciplinar e; no ensino fundamental II, de forma pontual, com projetos de empresas. O desenvolvimento dela é significativo; porém, há necessidade de formação continuada aos professores; a construção de um Centro de EA; ampliar os projetos interdisciplinares e; mais envolvimento de empresas.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, educação, gestão ambiental municipal, responsabilidade socioambiental.

As ferramentas de educação ambiental para as escolas públicas de ensino médio do Estado de Minas Gerais

COSTA, F. A. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); CAMARGO, R. A. L. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem desenvolvido diversas ferramentas com o propósito de promover a educação ambiental nas escolas públicas estaduais e executar a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Esse estudo é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento que têm por objetivo verificar quais são as ferramentas disponibilizadas para as escolas estaduais de nível médio e conhecer o alcance das políticas públicas educacionais destinadas à promoção da educação ambiental no estado. Trata-se de um estudo qualitativo dos mecanismos (sites, cursos EAD, etc) proporcionados pela SEE-MG, realizado a partir da análise das leis e decretos que regem a Educação Ambiental no estado e complementado por pesquisa bibliográfica e documental. Resultados preliminares indicam que o aparelhamento de alunos e professores com tais dispositivos, tem sido insuficiente para que a educação ambiental ocorra de maneira efetiva nas escolas.

Palavras-Chave: Educação ambiental. Escolas públicas. Ensino médio. Secretaria de Estado de Educação - MG . Políticas públicas. Sustentabilidade.

As lideranças femininas nas instituições de agricultura familiar de Claraval-MG e a mudança do processo produtivo para a agroecologia

PRAZERES, F. S. D. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP);
FARIA, R. B. de.

O município de Claraval-MG se localiza na divisa da região sul de Minas Gerais com a região nordeste do estado de São Paulo. Na área agrícola, o município possui uma característica muito peculiar em relação à maior parte dos municípios brasileiros, que é a predominância da pequena propriedade familiar, seja em relação à área agrícola total, seja em relação à quantidade de propriedades em relação total, além de ser o maior tomador de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF. Ademais, o município passa desde o ano de 2013 por um processo crescente de associativismo e cooperativismo. Nota-se que nas cooperativas e associações há predominância da ocupação de cargos de tomada de decisão por mulheres. Este estudo busca evidenciar se a presença feminina em cargos de liderança nas instituições de agricultura familiar do município, influenciaram e foram determinantes na formação do perfil agrícola no município.

Palavras-Chave: LIDERANÇA FEMININA, AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA.

Eucalipto transgênico e certificação florestal: implicações para o desenvolvimento sustentável do Brasil

SANTOS, F. A. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); RIBAS, L. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente vinculado a todo um rol de políticas públicas que, por seu turno, pautam-se em instrumentos de comando e controle, econômicos, de mercado e voluntários, preponderantemente, Com respeito ao setor florestal, enquanto um importante segmento econômico da economia brasileira, destaca-se, em especial, a certificação de produtos florestais oriunda da principal certificadora de florestas do mundo, a Forest Stewardship Council (FSC). Neste trabalho analisou-se, pautando-se para tanto, numa pesquisa exploratória com abordagem dedutiva, as implicações em termos da sustentabilidade, do fato do FSC não permitir o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) em operações florestais. É necessário, para fins do processo de desenvolvimento sustentável, em seu sentido amplo, que as certificadoras apresentem critérios atuais e contundentes para avaliação e monitoramento do eucalipto transgênico.

Palavras-Chave: Eucalipto Geneticamente Modificados, certificação florestal, Sustentabilidade, Desenvolvimento econômico sustentável

Políticas públicas na educação ambiental, através da observação de aves como instrumento pedagógico, Rifaina, São Paulo, Brasil

BARALDI, F. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP);
BERTELLI, C. (FAFRAM - Faculdade Doutor Francisco Maeda).

Este trabalho demonstra como objetivo, ações de políticas públicas através da educação ambiental usando como instrumento pedagógico a observação de aves. A metodologia aplicada é qualitativa e também exploratória com atividades educacionais. O município de Rifaina possui políticas públicas para observação de aves, instituídas através da Lei N°1823/2018. O programa de educação ambiental através da observação de aves iniciou-se com palestras em salas de aula, que foram sucedidas por atividades de campo, sendo realizadas observações em diferentes localidades, dentro do perímetro urbano e remanescentes florestais em suas proximidades. O resultado deste trabalho demonstra que, políticas públicas executadas com princípio do desenvolvimento sustentável e sistematicamente aplicadas na formação de jovens, vem demonstrando novas perspectivas de conhecimento ambiental, através da pedagogia do ver e fazer, e desenvolvendo a conscientização de proteção e conservação da biodiversidade.

Palavras-Chave: Biodiversidade; Educação Ambiental; Pedagogia; Avifauna.

Meio ambiente e resíduos sólidos: a proposta de Pirenópolis para acesso a recursos federais

FARIA, F. M. R. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O Ministério do Meio Ambiente, no segundo semestre de 2019, lançou o Edital "Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos", o qual visava transferir recursos financeiros com a finalidade de melhores práticas dos mesmos. Este trabalho, portanto, tem como objetivo apresentar a proposta do único município goiano selecionado, a cidade de Pirenópolis, que teve R\$ 1.513.066,32 no valor global do repasse. A metodologia realizada está na observação dos dados organizados na Plataforma Brasil e do Termo de Convênio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV). Esses disponibilizam todas as ações planejadas para o desenvolvimento da proposta aprovada, que vigorará entre 2019 - 2022. Por fim, o resultado apresenta a importância local para a gestão das políticas públicas, através de instrumentos federativos de articulação, desse modo, o município em questão obteve êxito ao obedecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos e ser beneficiada na captação do recurso.

Palavras-Chave: meio ambiente sustentabilidade federalismo resíduos sólidos gestão pública.

As políticas públicas de sustentabilidade na sociedade de risco

FONSECA, G. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Em seus questionamentos sobre a socialização dos riscos na "modernidade tardia" Ulrich Beck se refere à desvinculação entre o poder e o capital dos aspectos da territorialidade e nacionalismo em favor do establishment. Neste trabalho pretende-se discutir os aspectos das políticas públicas que minimizam os riscos dos impactos de um desenvolvimentismo imediatista em detrimento da preservação ambiental e da sustentabilidade. Analisaremos algumas diretrizes governamentais que propositalmente ignoram e desprezam os riscos em suas agendas ambientais. Sabe-se que nos últimos anos têm-se flexibilizado vários pontos importantes da legislação ambiental brasileira para se legitimar explorações a exploração em áreas até então protegidas. A visão minimizadora destes riscos poderá trazer graves e imprevisíveis consequências para toda cadeia socioambiental.

Palavras-Chave: sustentabilidade, meio ambiente, sociedade de risco

Novo marco legal do saneamento: análise das alterações na legislação e políticas com base na economia ecológica

SILVA, G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); RIBEIRO, L. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Recentemente foi aprovado o Marco Legal sobre o Saneamento, que pretende orientar políticas públicas na área para os próximos anos, considerada vital pela necessidade de levar saneamento básico a uma parcela maior da população e pelas possibilidades econômicas de reestruturação ampla no setor, dominado atualmente pela iniciativa pública. O objetivo do trabalho é analisar as mudanças de acordo com a Economia Ecológica de Herman Daly, pautada sob o princípio da precaução e a possibilidade de desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente. A metodologia consiste em selecionar pontos chave que passaram por alteração na lei e confrontá-los com a literatura de Economia Ecológica, destacando as sincronias e diferenças entre aspectos teóricos e das políticas ambientais e econômicas derivadas. Como principal resultado é observado que a nova legislação foi construída visando atender a demanda do setor privado, nem sempre ligada a melhores indicadores ambientais ou eficiência financeira.

Palavras-Chave: Marco Legal do Saneamento, gestão de recursos hídricos, políticas ambientais

Solicitação de manutenção de vazamento de água e esgoto nas empresas de saneamento através de vídeos interativos

ANTICO, H. A. (FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP Bauru); RIBEIRO, R. A. S. (FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP Bauru).

Os vídeos interativos são utilizados em aplicações nas áreas acadêmicas, de entretenimento, publicitárias, engenharias entre outras e podem modificar e inovar a forma de registrar os dados, a partir das interações. Assim esse artigo propõe o desenvolvimento de um vídeo interativo, como ferramenta web para registrar em banco de dados, as solicitações de manutenção de vazamento de água e esgoto, podendo ser acessada pelo consumidor. A ferramenta busca esclarecer dúvidas do solicitante, quanto à realidade do vazamento, já que a estética midiática contextualizada nos vídeos ilustra particularidades dos vazamentos, norteando o consumidor ao registro correto dos dados. Assim, o processo de manutenção do vazamento pode se tornar mais eficiente, consequentemente as empresas de saneamento podem reduzir custos com manutenções e contribuir com o meio ambiente através da redução de perdas de água.

Palavras-Chave: Vídeos Interativos Interação Banco de Dados Saneamento

Participação social e políticas públicas ambientais: um estudo sobre a elaboração do plano municipal de gestão de resíduos sólidos do município de Araraquara

MATTOS, I. (FClar - Faculdade de ciências e Letras de Araraquara);

A Lei 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos salientou a importância da elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos como condicionante ao acesso a recursos da União relacionados à limpeza urbana e ao manejo dos resíduos. Em razão desta perspectiva, o município de Araraquara, assim como outros, elaborou e formulou diretrizes para o plano de gestão. Ademais, a Constituição Federal de 1988 garante a participação da sociedade no processo decisório das políticas públicas e de programas governamentais. Portanto, o objetivo do presente projeto será analisar as vertentes participativas diante da fase da elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, do município de Araraquara, instituído no ano de 2013. O método pretendido será a de pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. As considerações finais e os resultados serão inferidos após coleta e organização qualitativa dos dados.

Palavras-Chave: Gestão de Resíduos Sólidos Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Políticas Públicas Ambientais Sustentabilidade Participação Social.

Desafios aos catadores de materiais recicláveis frente a Covid-19 no Estado de São Paulo

MARCUCCI, J. C. (IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP - Câmpus de Rio Claro); BORGES, A. C. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Os resíduos sólidos urbanos se caracterizam como desafio aos municípios brasileiros em diversos âmbitos. Assim, o objetivo deste artigo é trazer algumas reflexões acerca do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com catadores de materiais recicláveis, indicativo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com destaque ao momento de pandemia (Covid-19). Fez-se levantamento bibliográfico e utilização de dados secundários abertos, dispostos nos sítios DataGEO e Portal GeoSeade, para organização de mapa temático de municípios paulistas que possuem entidades de catadores relacionadas ao SIGOR - Módulo Reciclagem, distribuídos segundo as Regiões Geográficas Intermediárias. Frente a legislação, deve-se considerar o apoio do poder público às cooperativas de catadores, para que ocorra o fortalecimento das iniciativas de coleta seletiva. Para tal, faz-se relevante o planejamento de políticas públicas para a integração dos catadores no gerenciamento e a manutenção destes em momento de pandemia.

Palavras-Chave: resíduos sólidos, coleta seletiva, gerenciamento, SIGOR

Diagnóstico sobre as dificuldades e boas práticas existentes para a implementação e gerenciamento da Lei 12305/10 - política nacional de resíduos sólidos, através da análise de indicadores de sustentabilidade

CAMOLEZI, J. Z. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MORAES, C. S. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O trabalho visa auxiliar no diagnóstico e reflexão sobre as dificuldades e boas práticas existentes em alguns municípios para facilitar a implementação e gerenciamento dos resíduos sólidos e a prática real do cumprimento da Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), na qual existem diversas dificuldades para efetiva aplicação, seja por instituições públicas/ privadas, municípios e pela própria comunidade. A metodologia consiste no diagnóstico, análise dos dados e na elaboração de uma matriz comparativa com os indicadores de sustentabilidade de alguns municípios selecionados. Espera-se apresentar um panorama sobre as principais dificuldades e boas práticas existentes nesses municípios que possam auxiliar na reflexão e elaboração de políticas públicas e ações que sejam facilitadoras e multiplicadoras como exemplo para outros municípios, auxiliando na aplicação da PNRS na prática, demais legislações correlatas aplicáveis e no gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.

Palavras-Chave: Resíduos sólidos Política Nacional de Resíduos Sólidos Gerenciamento Sustentabilidade.

Avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros

CUSTÓDIO, K. B. (UFABC - Universidade Federal do ABC); ANICETO, D.

O presente projeto tem por objetivo avaliar o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas localidades brasileiras, por meio da aplicação de um questionário a um grupo de onze municípios, espalhados nas cinco regiões brasileiras. Este questionário utiliza-se como parâmetro nove eixos temáticos, no entanto, em virtude da proposta do evento, busca-se aqui dar destaque exclusivamente para a dimensão "implementação dos ODS - meio-ambiente". De uma forma geral, com a análise do questionário observou-se uma atuação heterogênea das municipalidades brasileiras: essas diferenças concebem-se seja em termos legais, institucionais, estrutura de governança, accountability, meios de implementação, etc. Assim, ainda que alguns dos municípios analisados sejam exemplos de boas-práticas nessa dimensão, a temática "meio ambiente", a qual é transversal à Agenda 2030, não necessariamente encontra o destaque necessário em todas as cidades analisadas.

Palavras-Chave: Agenda 2030, Meio Ambiente, Políticas Públicas, Governo Locais.

Monitoramento e remoção de metais em biorreatores para o tratamento de efluentes

YABUKI, L. N. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); LOUREIRO GARCIA, M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Neste trabalho, a concentração total dos metais Co, Cu, Fe, Mn, Ni e Zn foi monitorada em 4 biorreatores, alimentados com diferentes tipos de águas residuárias: amostras reais de melaço e vinhaça de cana-de-açúcar e amostras sintéticas de esgoto sanitário e drenagem ácida de mina (DAM), a fim de investigar a remoção dos metais citados após tratamento anaeróbio. Para as amostras de subprodutos da cana-de-açúcar, as eficiências de remoção de metais foram maiores no reator sob tratamento da vinhaça. Para as amostras de DAM, foram obtidas eficiências de remoção de todos os metais, superiores a 60 %. O reator tratando esgoto sanitário apresentou as maiores eficiências de remoção para Fe, Zn e Cu (93, 67 e 60 %, respectivamente). O conhecimento sobre a ocorrência e remoção de metais na digestão anaeróbia pode ser essencial para um bom gerenciamento de águas residuárias e resíduos sólidos (FAPESP/CNPq).

Palavras-Chave: Remoção metal, Biodigestão anaeróbia, Melaço, Vinhaça, Drenagem ácida de mina, Esgoto sanitário.

Consórcios intermunicipais e regionalização como instrumento para o gerenciamento de resíduos sólidos

BENEDETI, L. L. (IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP - Câmpus de Rio Claro); MORAES, C. S. B. (IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP - Câmpus de Rio Claro).

Uma solução encontrada para o enfrentamento das dificuldades no âmbito da gestão dos resíduos municipais, é a implementação de Consórcios Intermunicipais, assim a realização de serviços públicos passa a ser compartilhada. Nesse contexto, o presente trabalho visa diagnosticar e analisar os Consórcios Intermunicipais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, Brasil, verificando as oportunidades e dificuldades deste tipo de gestão e qual a sua contribuição para a implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários aos órgãos municipais. Como resultado, será elaborada uma matriz comparativa com as boas práticas e seus respectivos indicadores, identificadas nestes consórcios e a relação com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Espera-se com o trabalho, contribuir para a tomada de decisão dos gestores municipais quanto à implementação de Consórcios Intermunicipais.

Palavras-Chave: Resíduos Sólidos Gerenciamento Consórcios Intermunicipais

Tecnologia solar fotovoltaica: desafios para torná-la cada vez mais acessível ao público

BARROSO, L. M. (UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará); ALVES RABELO VALENTE, T. (UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará).

Diversos países do mundo buscam utilizar fontes de energias alternativas e renováveis para substituir geradoras tradicionais, reduzindo os impactos ambientais decorrentes da geração de energia. O objetivo do artigo é analisar os impactos socioambientais resultantes do uso de energia solar fotovoltaica em residências e empresas públicas e privadas do município de Rondon do Pará, situado às margens da BR 222, a 538 km de Belém, Amazônia Oriental. A metodologia utilizada tem natureza qualitativa, baseada em entrevistas junto às famílias e empresas para auferir a quantidade de energia produzida e os impactos decorrentes, dialogando com a literatura sobre o tema. Os resultados indicam que mesmo considerando a potência do uso de energia solar fotovoltaica, dadas às condições climáticas da região, trata-se ainda de uma tecnologia acessada apenas pelas classes A e B e empresas, como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Palavras-Chave: Amazônia; Energia Solar; Impactos Ambientais

Gestão da drenagem urbana: uma análise sob a ótica do novo marco regulatório do saneamento básico

BARBOSA, L. F. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); RIBAS, L. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

A drenagem das águas urbanas é um dos temas do novo marco regulatório do saneamento básico. Disposições desta legislação e normativas correlatas de cunho urbanístico e ambiental apontam a necessidade de considerar, na gestão da drenagem urbana, tanto as águas pluviais quanto as fluviais. Este trabalho analisou a drenagem urbana dentro do escopo dos instrumentos de gestão sustentável preconizados pela Lei 14.026/20. Conduziu-se uma pesquisa exploratória com abordagem dedutiva e pautada, à priori, no marco legal do saneamento básico. Evidenciou-se a importância de uma visão mais ampla sobre a dinâmica das águas e verificou-se que muitos mecanismos empregados em áreas de preservação no âmbito rural, também podem ser aplicados em áreas urbanas. Por fim, concluiu-se que a gestão sustentável da drenagem urbana deve focar prismas integrados (funções ambientais de áreas protegidas, funções sociais da cidade, serviços ambientais, águas pluviais e fluviais, dentre outros).

Palavras-Chave: Gestão Ambiental, Ordenamento Territorial, Municípios, Águas pluviais, Águas fluviais.

Aquisição de terras no Brasil por estrangeiros: perspectiva energética dentro das áreas agrárias

RIBAS, L. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Mudanças climáticas, dentro do escopo energético brasileiro, devem considerar, dentro da agropecuária, a economia circular, a economia de baixo carbono, os objetivos do desenvolvimento sustentável, o plano ABC, a proteção ambiental, os resíduos agrossilvo pastoris e o uso da terra. Na relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento estes aspectos resvalam na soberania da questão fundiária. Este trabalho analisou a aquisição de propriedades rurais brasileiras via investimentos estrangeiros visando a modulação de soluções energéticas integradas. Desenvolveu-se pesquisa exploratória e qualitativa de dados secundários, pautada na abordagem dedutiva. Um dos elementos mais importantes é a conformidade legal da dominialidade das terras brasileiras frente à Lei n. 5.709/71 e ao Decreto n. 74.965/74. Investimentos estrangeiros visando a modulação de solução energéticas integradas em propriedades rurais brasileiras devem ser analisados, segundo o conjunto normativo estudado, caso a caso.

Palavras-Chave: Soluções energéticas integradas; propriedades rurais brasileiras; questão fundiária; setor agropecuário; biomassa vegetal

Sustentabilidade ou resiliência do capitalismo?

BRITTO, M. (FCAVJ/UNESP - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP- Câmpus de Jaboticabal); OLIVEIRA, C. M. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos).

O objeto do estudo é o paradigma da sustentabilidade, desde sua gênese, adoção quase universal e, sobretudo, as polêmicas subjacentes a sua polissemia no campo acadêmico e político jurídico. Para rediscutir a apropriação conceitual como justificativa do modo de produção hegemônico, pesquisa qualitativa de base bibliográfica seleciona sentidos e disputas importantes na concepção teórico metodológica sobre sustentabilidade. Como resultados preliminares o fato de que, a despeito de avanços, o modelo econômico conserva sua relação de determinação sobre o arranjo social e, portanto, no contexto histórico, dentre inúmeras mediações, a sustentabilidade escamoteia o conflito inerente à economia de mercado e promove não a emancipação, mas a continuidade da exploração, destruição e exclusão em prol do capitalismo.

Palavras-Chave: sustentabilidade superestrutura modo de produção ambiente

Características da coleta seletiva nos municípios da mesorregião de Araraquara-SP

SANTOS, M. C. D. (FCAVJ/UNESP - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP- Câmpus de Jaboticabal); BORGES, A. C. G. (FCAV - CAMPUS DE JABOTICABAL).

Um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a Coleta Seletiva, que propicia o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, além de incluir os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, viabilizando trabalho e renda. Tem-se como objetivo identificar as características da coleta seletiva nos municípios (maiores de 20 mil habitantes) da mesorregião de Araraquara-SP. Fez-se análise documental nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico e coleta de dados no Sistema Nacional de Informação de Saneamento. Notou-se que, dos oito municípios, apenas três possuem coleta seletiva formalizada, apesar de todos os municípios indicarem a presença de catadores dispersos que contribuem informalmente à coleta segregada. Considera-se que grande parte dos municípios estudados não apresentam coleta seletiva, bem como não apresentam ações efetivas para incorporar os catadores dispersos no fluxo de gerenciamento de resíduos sólidos municipal.

Palavras-Chave: Coleta Seletiva Catadores Política Nacional de Resíduos Sólidos

Desenvolvimento e aplicabilidade de software de gerenciamento de resíduos sólidos baseado na Lei 12305/ 10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da análise de indicadores de sustentabilidade

BARBOSA, M. C. D. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MORAES, C. S. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A questão do gerenciamento adequado dos resíduos sólidos é essencial para organizações e localidades que se preocupam com os impactos ambientais das suas atividades. O trabalho visa o desenvolvimento do Software Integrado para o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (SIGRES), baseado na Lei 12.305/ 10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), incluindo o uso de instrumentos administrativos, legais e tecnológicos, e sua aplicabilidade como facilitador na implantação e gerenciamento dos resíduos sólidos. O software será baseado no método PDCA (planejar, desenvolver, checar e agir), etapas da PNRS, uso de indicadores, métodos administrativos, legislações e tecnologias aplicáveis. Como resultado esperado será gerado um software de gerenciamento de resíduos sólidos de baixo custo que se caracteriza pela estrutura lógica e simplicidade de operação, e por ser adaptável a cada situação e as necessidades e expectativas organizacionais ou locais, e no cumprimento da PNRS e itens aplicáveis.

Palavras-Chave: Resíduos sólidos, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Gerenciamento, Sustentabilidade, Software.

Conexões entre a educação ambiental e a política nacional de resíduos sólidos

MARTINS, N. V. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); FONSECA, G. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este estudo explorou as conexões entre a Educação Ambiental e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A temática é urgente, causadora de muitos problemas socioambientais e, temos na Educação Ambiental uma ferramenta oportuna para promover o consumo consciente e descarte adequado dos resíduos sólidos. Através de análise documental e aporte de documentos legais e diretrizes tangentes à Educação Ambiental e Resíduos Sólidos, apresentamos a articulação entre a Educação Ambiental e a Gestão dos Resíduos Sólidos e análise de dados do município de Batatais/SP. Encontramos na literatura a relevância da educação ambiental no processo de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e apresentamos uma proposta metodológica para incorporá-la no processo de elaboração e implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e proposta de elaboração de um Programa Municipal de Educação Ambiental que enfatize a temática utilizando como referência o município de Batatais/SP.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Políticas Públicas, Batatais/SP

O lixo zero na gestão de resíduos sólidos urbanos: uma análise da política nacional de resíduos sólidos

BEZERRA, R. L. (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas);
FREIRIA, R. C. (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas).

Este trabalho apresenta uma análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) por meio de um olhar do movimento Lixo Zero, que parte da concepção de que é possível reduzir a geração de resíduos repensando os hábitos de consumo. Por meio de abordagem interdisciplinar, objetivou encontrar soluções para gestão a partir da análise de políticas, foi utilizada a metodologia de análise de políticas públicas proposta por Dagnino que pretende identificar a partir da PNRS, "o que os governos fazem, como fazem e que diferença isso faz." Neste sentido, o trabalho identificou através da análise da PNRS, pontos favoráveis à uma gestão de resíduos que se assemelhem à estratégia Lixo Zero e que proporcionem uma gestão que priorize a preservação ambiental e a qualidade de vida. Como resultado obteve-se uma matriz de comparação dos pontos em comum entre a estratégia lixo zero e os caminhos para a gestão de resíduos propostos pela PNRS a fim de identificar a possibilidade de uma gestão lixo zero.

Palavras-Chave: resíduos sólidos urbanos, gestão de resíduos, política nacional de resíduos sólidos, Lixo Zero.

Desenvolvimento de Baixo Impacto (LID): oportunidade de ações sustentáveis na urbanização de cidades de pequeno porte, estudo de caso de Guararapes/SP

GUERRA, R. A. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos); GONÇALVES, L. M. (UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos).

A atual rejeição da presença das águas urbanas é reflexo de políticas higienistas - água vista como vetor de epidemias e mau cheiro -, que optavam por esconder e canalizá-las. Esses sistemas, juntos à alta urbanização e impermeabilização do solo, são insuficientes ao grande volume escoado, ocasionando inundações e danos a cidades. Abordagens alternativas de manejo pluvial têm demonstrado resultados superiores - como a consideração de princípios do desenvolvimento de baixo impacto (LID) -, porém discutidas principalmente em grandes cidades. Este artigo demonstra a oportunidade de cidades de pequeno porte incluírem-nas em debates e ações previstas em seus planos urbanísticos. A partir do estudo de caso de Guararapes/SP, buscou-se abordagens da drenagem sustentável nos planos existentes. Como resultado, observou-se grande desconexão da realidade da cidade com as legislações urbanísticas e de manejo pluvial, reforçando a baixa sustentabilidade e integração entre planos urbanos.

Palavras-Chave: Águas pluviais, drenagem sustentável, planejamento urbano, plano diretor de desenvolvimento urbano, Guararapes.

O novo marco regulatório do saneamento básico e o papel de destaque da Ana

GUILLEN, R. D. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); OLIVEIRA, J. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O objetivo foi analisar o papel da Agência Nacional de Água (ANA) perante o novo marco regulatório do saneamento básico e as suas consequências no desenvolvimento do serviço no país. Para tanto, utilizamos o método dedutivo com análise de material bibliográfico. O marco regulatório somou as funções da ANA com a regulação do saneamento. A mudança legal possibilitou a uniformização das normas no país, ao contrário da sistemática anterior, na qual predominava-se a diversidade regulatória, pois, agências em âmbitos estaduais e municipais estabeleciam regras próprias, dificultando ou mesmo impossibilitando a expansão de empresas do setor e, por consequência, a melhoria na qualidade do serviço. Nessa ótica, conclui-se que as funções delegadas à ANA lhe atribuem papel de centralização normativa, propiciando um cenário favorável ao desenvolvimento e universalização do serviço, além de, mediante a fixação de metas qualitativas e quantitativas, estimular a concorrência e investimentos no setor.

Palavras-Chave: Saneamento básico ANA regulação

Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020) e a agenda 2030: desafios e perspectivas para concretização do objetivo de n.º 6

GUILLEN, R. D. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); SILVA, D. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Em setembro de 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) sediou a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, oportunidade em que todos os 193 Estados-Membros (dentre eles o Brasil) se comprometeram a implementar o plano traçado pela AGENDA 2030, documento que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas. O ODS de n.º 6 visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e todas. Nessa mesma linha, o Brasil aprovou o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei n.º 14.026/2020) que obriga as prestadoras de serviços públicos de saneamento a definir metas de universalização até 31 de dezembro de 2033. Através do método dedutivo, analisando material bibliográfico, objetiva-se analisar como se dá o monitoramento da implementação do ODS de n.º 6. Até o momento a pesquisa tem apresentado resultados que indicam a utilização de dados e indicadores como instrumentos deste sistema de acompanhamento para alcançar o objetivo (ODS6).

Palavras-Chave: ONU, Agenda 2030, ODS 6, Novo marco legal do saneamento básico, monitoramento

Educação ambiental: desafios na escola

PEREIRA, S. S. (PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro);

A Educação Ambiental - EA iniciou no Brasil com a ECO-92. Diversas iniciativas foram realizadas, como a Lei 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de EA tendo como premissa que a EA dialogue para construir conhecimentos e atitudes para conservação do meio ambiente. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo colocar em prática o pressuposto na política pública, sensibilizando os alunos sobre a importância do uso da água. A metodologia utilizada incluiu oficinas e questionários para os alunos do Ensino Fundamental I do CAP-UERJ. Como resultados foi realizado o mapeamento dos desafios na implementação da ferramenta pedagógica EA, ocasionada pelas suas diferentes correntes teóricas- metodológicas e foi possível observar esforços na mudança de paradigmas pelos professores, alunos e funcionários.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Escola, Política Pública.

Levantamento da anurofauna em fragmento á margem direita do rio Sapucaí Mirim, São José da Bela Vista, São Paulo, Brasil: indicando políticas públicas para proteção, conservação e preservação dos ambientes

FALEIROS, T. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); CARRIJO, P. H. M. (UNIFRAN - Universidade de Franca - SP).

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar a necessidade de indicação de políticas públicas, visando a conservação e proteção dos fragmentos florestais e lagoas marginais, para a preservação da anurofauna. O método aplicado é de natureza exploratória, com atividade de busca ativa diurna e noturna de anfíbios anuros, realizado no maior remanescente de florestal da região, com área aproximada de 103 hectares, localizado na Fazenda Santa Eudóxia, São José da Bela Vista, São Paulo, Brasil, a margem direita do Rio Sapucaí Mirim, nas coordenadas geográficas, 20° 40' 50,15" S, e 47° 37' 25,44" W. O resultado dessa pesquisa apontou no levantamento um total de 21 espécies de anfíbios anuros, essas pertencentes a 10 gêneros e distribuídas em 5 famílias, e não apresentou espécies ameaçadas. Esta pesquisa resultou em demonstrar a importância desses fragmentos para a manutenção e conservação da biodiversidade, e a necessidade de criação de espaços naturais institucionalmente protegidos.

Palavras-Chave: Anfíbios; biodiversidade; bioindicadores; floresta estacional; pressão antrópica.

O processo histórico de privatização do saneamento básico e a marcha de mercantilização da água

GUEDES, T. M. M. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); SANT'ANNA, F. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o acesso à água potável é considerado fundamental. No entanto, o Brasil ainda não conseguiu universalizar o acesso aos serviços básicos de água e esgoto. Nas últimas décadas, foram estabelecidas políticas específicas para o setor e neste ano aprovado o novo marco do saneamento. Percebe-se uma ampliação da agenda de privatização e mercantilização da água nestas políticas, ainda que sem a garantia da universalização do acesso. Nesse contexto, o presente trabalho analisa o processo histórico de privatização do saneamento e a marcha da mercantilização da água com ênfase na Ibero América. Assim, foi realizada uma revisão dos conceitos, considerando que a política governamental global, têm se posicionado no sentido de reconhecer e incentivar a mercantilização da água. Investiga-se, o processo de formação dos mercados de água com o caso da Espanha. A metodologia está fundamentada na pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso.

Palavras-Chave: Universalização do acesso; Privatização da Água; Mercantilização da Água; Saneamento Básico; Mercados de Água.

Cobrança e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos domiciliares no Município de Araraquara e São Carlos-SP

LIMA, T. P. (FCAV - CAMPUS DE JABOTICABAL); BORGES, A. C. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Diante a crescente preocupação com o uso consciente dos recursos do planeta, tornou-se indispensável a criação de políticas ambientais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Assim, o presente estudo objetiva identificar e analisar a existência de cobrança e as etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares nos municípios de Araraquara e São Carlos - SP. Para tal, fez-se pesquisa bibliográfica sobre o tema e análise documental dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de Saneamento Básico e de Leis municipais. Nos documentos, há a apresentação das etapas de gerenciamento para os municípios, dentro do exigido pela PNRS, exceto para a etapa de transbordo, triagem e tratamento que há incoerências de informações em Araraquara. Observa-se a distinção entre os municípios quanto a forma de arrecadação de recursos, visto que apenas Araraquara apresenta taxa de cobrança pelo serviço de coleta e manejo dos resíduos sólidos.

Palavras-Chave: Taxas de cobrança; Resíduos sólidos; Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Pagamentos por serviços ambientais como políticas públicas na proteção e conservação da bacia do Rio Canoas, manancial de abastecimento público de Franca -São Paulo, Brasil

BOLZAN, V. H. B. O. (UNIFACEF - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA); BERTELLI, C. (FAFRAM - Faculdade Doutor Francisco Maeda).

O objetivo da pesquisa visa o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como Políticas Públicas, na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, manancial de abastecimento Público de Franca. A metodologia é qualitativa, segundo Gil (2005). Para Peralta (2014), o PSA pode ser definido como um dispositivo econômico de gestão ambiental orientado a distribuir mais adequadamente os custos socioambientais. Em Nova York, implementou-se o PSA em 1990. Na Franca o PSA obteve sucesso em 2004. No Brasil, o PSA para conservação de recursos hídricos, em Extrema/MG, é de 1996. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente/SP (2010) insere em sua estrutura o PSA (Lei nº 13.798/09, regulamentada pelo Decreto nº 55.947/10), que se desenvolvam projetos de PSA com os Municípios (em Franca, Lei Complementar nº 9 de 1996, no que se refere ao seu Art.55, área de recorte da pesquisa). Resultando assim, o princípio do desenvolvimento sustentado nas compensações financeiras no PSA, o que preconiza na (ONU/2012).

Palavras-Chave: PSA; Ecossistema; Comitê de Bacias; Bacia Hidrográfica.

Meio ambiente na era Lula: fomento internacional e política doméstica

SANTOS, V. H. F. D. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); DIB, A. M. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais).

A excepcional adesão ao ensino remoto, pelas instituições de educação presencial, como estratégia para lidar com as medidas de restrição social tem recebido considerável atenção. Desde a sua fundação, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de diretrizes e tratados internacionais, estabelece recomendações para promover a educação como direito humano básico e equidade no acesso ao ensino. Nesse sentido, a organização internacional divulgou documentos para direcionar políticas públicas educacionais frente ao agravamento das desigualdades sociais no período de pandemia. Analisamos os documentos buscando encontrar proximidades e distanciamentos com as ações promovidas pela gestão educacional brasileira. Os resultados preliminares revelam que há diferenças significativas entre as recomendações de políticas da ONU e a organização da educação do Brasil. Dentre elas, destacam-se a falta de monitoramento e controle dos dados, a carência de suporte aos professores e a escassez de práticas para atenuar a exclusão digital.

Palavras-Chave: Meio Ambiente. Instituições Internacionais. BID. Governo Lula.

Eixo 8

Políticas públicas e direitos humanos

Os desafios da preservação e acesso ao patrimônio arquivístico das universidades Federais Brasileiras

OLIVEIRA, A. F. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca);

Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento que investiga os desafios referentes à preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico das universidades públicas federais brasileiras, visto que são comuns os relatos que denominam o arquivo desta ou daquela universidade como um "arquivo morto", contendo amontoados de documentos sem organização e em processo de constante deterioração. Para realização desta análise, foram selecionados textos referentes a "política pública" e "política arquivística" das plataformas "Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT" e "Informação Arquivística", tendo como marco a lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Até o momento, a pesquisa tem evidenciado que diversas dificuldades estão relacionadas à governança do Arquivo Nacional sobre os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) da administração pública federal, o qual as universidades federais estão contempladas.

Palavras-Chave: Direito à Informação Patrimônio Arquivístico Governança Universidades

O trabalho multiprofissional com adolescentes privados de liberdade e as políticas públicas para a adolescência no Brasil

LEITE, A. L. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); PIANA, M. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este trabalho é originário de resultado parcial da pesquisa intitulada "O trabalho da equipe interdisciplinar com adolescentes privados de liberdade" e tem como objetivo refletir o trabalho da equipe multiprofissional com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa internação junto às políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência fora dos muros institucionais, em uma perspectiva crítica dialética marxista. Como metodologia, tem as pesquisas bibliográfica e de campo como tipos de pesquisa, em que na primeira buscou-se informações críticas já produzidas a respeito do tema para auxiliar no aprofundamento teórico, enquanto na segunda foram entrevistados profissionais de uma unidade da Fundação CASA. Isso posto, a pesquisa tem mostrado como resultado a dificuldade desses profissionais em realizar um trabalho efetivo com os adolescentes, haja vista a dificuldades de suporte nas políticas públicas voltadas para esse público.

Palavras-Chave: Adolescências; Medidas Socioeducativas; Políticas Públicas

A cor do feminicídio: estudo sobre a interseccionalidade entre raça e gênero no contexto da violência

CIRILO, A. R. O. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); CIRILO, A. R. O. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

A violência contra a mulher é resultante da hierarquização dos gêneros, perpetuada por vários séculos por meio de tradições patriarcais, raciais e de classe, motivo pelo qual o feminicídio deve ser estudado sob a ótica de diferentes eixos de opressão. O objetivo deste trabalho é investigar como está articulada (ou não) a rede de proteção dos direitos humanos para mulheres vulneráveis em decorrência da raça. O estudo encontra-se em elaboração e é decorrente da pesquisa de Mestrado de um Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. De natureza qualitativa, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do banco de dissertações e teses, consultas à legislação nacional, em especial o Código Penal Brasileiro e a Lei 13.104/2015 que instituiu a qualificadora de feminicídio. Os resultados parciais evidenciam que as mortes violentas de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos; e que a rede de proteção ainda requer ações mais efetivas no enfrentamento da violência contra essas mulheres.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Feminicídio; Interseccionalidade; Direitos Humanos; Políticas Públicas

Direitos reprodutivos: políticas públicas de prevenção à gravidez na adolescência

MARCICO, B. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); CANELA, K. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Dos brasileiros nascidos em 2019, 18% eram filhos de mães adolescentes, ou, em números absolutos, 400 mil bebês (AMB, 2019). Erradicar a gravidez na adolescência é tema transversal nos objetivos que compõem a Agenda 2030 da ONU, sendo a prevenção de casamentos precoces uma das medidas indicadas para tanto (OPAS, 2018). Em 2019, promulgou-se a Lei n. 13.811/2019, que proíbe o casamento de menores de 16 anos. Através da metodologia dedutivo-bibliográfica, realiza-se uma análise dessa legislação à luz das diretrizes da ONU com o objetivo de entender o seu alcance e impacto nacional na proteção à criança e ao adolescente, considerando-a um instrumento de política pública estruturadora destinado a promover a sua integral proteção. Conclui-se que, embora a legislação não esteja em absoluta paridade com a proposta da agenda 2030, ela representa um avanço para o direito brasileiro no que toca à prevenção do casamento precoce, o que pode impactar na prevenção da gravidez na adolescência.

Palavras-Chave: gravidez; adolescente; proteção integral; direitos reprodutivos.

A socioeducação em tempos de Bábarie: fragmentos da (des) proteção social e da violação de direitos

BONALUME, B. C. (UNIFAC - Faculdades Integradas de Botucatu);
JACINTO, A. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho").

O artigo tem como objetivo desenvolver uma análise crítica sobre as contradições que atravessam a socioeducação no tempo presente. Resulta de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético e que adotou a entrevista em profundidade como estratégia metodológica para recolha dos dados com oito jovens que cumpriam a medida socioeducativa em meio aberto. A partir disso, concluímos que o Sistema Socioeducativo é parte integrante do Sistema Penal e carrega consigo o fardo histórico da velha roupagem menorista, cujo pano de fundo é o controle sociopenal dirigido a adolescentes, expropriados da riqueza socialmente produzida, criminalizados e invisibilizados. Portanto, a socioeducação insere-se no processo de acumulação capitalista no conjunto de ações do Estado que alinhado ao projeto neoliberal e de cunho repressivo, fortalece o fetiche da proteção integral, ao passo que silencia as contradições que emanam da (des) proteção social e da violação de direitos.

Palavras-Chave: Socioeducação, Juventude, Estado Penal, (des) proteção social, violação de direitos.

Pontos de advocacy e implicações para políticas públicas

OLIVEIRA, C. A. G. (UFG - Universidade Federal de Goiás);

Dentre os diferentes tipos de processos dedicados a gerar mudanças na sociedade, o trabalho se dedicará ao estudo da advocacy. O trabalho buscará esclarecer no que consiste a advocacy. Para isso, diferenciará esse termo de outros relacionados a mudança social, como movimentos sociais, organizações não governamentais e lobby, e traz alguns dos antecedentes históricos que podem ter dado origem a esse processo. Também analisaremos os dois campos teóricos mais utilizados para se estudar advocacy: a Transnational Advocacy Networks - desenvolvido por Keck e Sikkink - e o Advocacy Coalition Framework - elaborado por Sabatier e Jenkins-Smith. Com o objetivo de ilustrar os aspectos teóricos apresentados, ao fim serão expostas algumas ações de advocacy realizadas e as táticas que utilizaram, demonstrando como a advocacy pode ser uma ferramenta para influenciar políticas públicas e buscar garantir a efetividade de direitos humanos.

Palavras-Chave: Advocacy, Políticas Públicas, Direitos Humanos.

Direitos humanos e o ECA: uma perspectiva de proteção aos adolescentes no sistema socioeducativo contra a violência institucional

SANTOS, C. L. D. (UNIFSA – Centro Universitário Santo Agostinho); DA CURZ, F. V. (UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho).

A violência institucional é um fenômeno que ocorre no sistema socioeducativo que os adolescentes infratores estão inseridos, praticado pela ação de diferentes funcionários da instituição e omissão do Estado. As violações de direitos vão de encontro aos Direitos Humanos e ao ECA, instrumentos legais que visam a proteção integral dos adolescentes. Objetivos: Problematicar e discutir como os adolescentes são vítimas da violência institucional no sistema socioeducativo. E como os direitos humanos e o ECA determinam a proteção integral dos adolescentes contra essa violência. Metodologia: Trata-se de uma abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica mediante leituras acerca do tema pesquisado. Resultados: A temática identifica que as práticas de violência contra os adolescentes afetam sua dignidade humana, sua saúde física e psicológica, manifestadas por meio de políticas conservadoras e punitivas, exigindo a efetivação do que preconiza os direitos humanos e o ECA.

Palavras-Chave: Adolescente, Sistema Socioeducativo, Violação Institucional, Direitos Humanos, ECA.

Violência doméstica e familiar na visão de universitárias: um estudo em cursos de graduação de uma instituição de ensino superior em Ribeirão Preto/SP

BARBOSA, C. R. (Centro Universitário Barão de Mauá); MARTIN, A. A. C. (Centro Universitário Barão de Mauá).

É uma pesquisa em andamento. Objetivos: a) avaliar o nível de conhecimento e compreensão que alunas possuem sobre violência doméstica e familiar; b) descobrir se já sofreram violência doméstica e familiar e se conhecem mulheres que sofram; se sabem identificar o que é violência doméstica e familiar e se a reconhecem como violência de gênero; se conhecem e sabem diferenciar os tipos de violência contra a mulher; se conhecem seus direitos e o que devem fazer nestes casos e; c) sugerir propostas à instituição de ensino para contribuir com o enfrentamento da violência contra a mulher. Metodologia: aplicação de questionário online, com 11 questões de múltipla escolha, às alunas matriculadas em 06 cursos de graduação da instituição. 73 alunas responderam à pesquisa, cujos resultados estão sendo analisados, mas já indicam que, muito embora as alunas afirmem saber o que é a violência doméstica e familiar contra a mulher, muitas não a reconhecem como violência de gênero.

Palavras-Chave: violência doméstica e familiar, instituição de ensino superior, prevenção e enfrentamento.

Violência de gênero na internet: aplicação da Lei Maria da Penha por divulgação de imagens íntimas sem consentimento das vítimas

BARBOSA, C. R. (Centro Universitário Barão de Mauá);

É uma pesquisa sobre a violência de gênero na Internet. O objetivo geral é compreender como a Lei Maria da Penha é aplicada nos casos de divulgação de imagens íntimas sem o consentimento das vítimas. Os específicos são: a) caracterizar a violência de gênero na Internet; b) enquadrar a divulgação de imagens íntimas sem consentimento como espécie de violência doméstica e familiar; c) demonstrar quais as implicações jurídicas da divulgação de imagens íntimas sem consentimento para os agressores, à luz da Lei Maria da Penha. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o relatório “Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios”, Lei Maria da Penha e julgados dos tribunais brasileiros sobre casos dessa natureza. O estudo relevou que a violência de gênero na internet é mais frequente com o avanço da tecnologia, e as medidas protetivas da Lei Maria da Penha não têm sido aplicadas pelos tribunais nos casos de divulgação de imagens íntimas, como violência psicológica.

Palavras-Chave: violência de gênero, Internet, Lei Maria da Penha.

Acesso à água de qualidade como direito humano fundamental: a garantia do mínimo existencial

SILVA, D. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); PONZILACQUA, M. H. P. (FDRP - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo).

Visa-se a análise da evolução da discussão acerca do reconhecimento do acesso à água de qualidade como direito humano fundamental, bem como a garantia de acesso gratuito ao mínimo existencial. O escopo da pesquisa é tríplice, a saber: 1. aquilatar os fundamentos da compreensão do acesso à água de qualidade como direito humano fundamental; 2. verificar se esse direito humano fundamental é reconhecido nas constituições de alguns países da América Latina, selecionados em razão do volume habitacional e 3. perquirir como elementos externos ao ordenamento jurídico, mas com os quais há íntima relação, se apresentam como desafios à garantia de acesso gratuito ao mínimo existencial. Os procedimentos metodológicos adotados consistem em pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Dentre os resultados alcançados, observa-se que no Brasil a ausência de reconhecimento expresso na constituição, leva o judiciário a negar o acesso gratuito ao mínimo existencial em caso de inadimplemento do usuário.

Palavras-Chave: Acesso à água de qualidade, Direito humano fundamental, Mínimo existencial, Posição do judiciário brasileiro.

Crianças e adolescentes pobres: invisíveis e inseguros

GOMES, E. S. (FClar - Faculdade de ciências e Letras de Araraquara);
KERBAUY, M. T. M. (FClar - Faculdade de ciências e Letras de Araraquara).

O presente analisa como crianças e adolescentes, sobretudo, negros, pobres e da periferia desassistidos da proteção social do Estado, são frequentemente atingidos e sofrem diversas violações de direitos por parte da segurança pública brasileira. Através de uma análise bibliográfica da forma como esta desproteção vem sendo utilizada desde o Código Criminal do Império, perpassando pelo Código de Menores, reforçado pelos modelos higienistas, que utilizavam de termos como "desajustados" e "perigosos" para justificarem práticas repressivas a crianças e adolescentes, para a manutenção da ordem social. O cenário atual apresenta um aumento excessivo das taxas de homicídios na infância e na adolescência, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê proteção integral. Verifica-se que, o aumento da violência está interligado com a necessidade do aumento da proteção social, pois frequentemente quem mais sofre repressões, são aqueles que estão descobertos de direitos sociais.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes, Proteção Social, Segurança Pública, Políticas Públicas

Política de educação e direitos humanos no Brasil

PACHECO, E. A. C. (UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro);

Estudar Formação Profissional em Serviço Social sob a ótica dos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo com o objetivo de contextualizar a formação profissional em Serviço Social no âmbito da transversalidade dos direitos humanos em universidades públicas e privadas exigiu um recorte temático e a adesão da matriz teórica crítica como fundamento teórico, observando, no processo, o acervo intelectual que evidencia a historicidade e a cultura profissional, e ainda, os distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade. O interesse em identificar a transversalidade dos direitos humanos nos cursos de graduação em Serviço Social é fomentado, também pela observação aos valores éticos determinados pelo Projeto Ético da Profissão: liberdade, justiça social e democracia, esta enquanto valor ético-político capaz de revelar os valores essenciais da liberdade e da equidade.

Palavras-Chave: Direitos humanos serviço social formação profissional.

A construção da política municipal de atenção à população em situação de rua em Curitiba

BATISTA, E. A. (UFPR - Universidade Federal do Paraná);

A pesquisa objetiva analisar o processo de desenho da política municipal de atenção à população em situação de rua de Curitiba/PR. Com referência no modelo de análise policy cycle (Lasswell, 1956), especificamente busca identificar a influência da participação cidadã na sua etapa de formulação. O método de análise de conteúdo de Bardin (1971) orientou a leitura das atas de reuniões do comitê intersetorial e paritário que desenhou esta política, sendo estes documentos a fonte para a pesquisa. A análise de conteúdo tem por base a teoria institucional. Os resultados indicam limites para a participação cidadã no processo decisório, com centralidade da condução das discussões pela política de assistência social.

Palavras-Chave: Policy cycle, população em situação de rua.

O serviço família acolhedora no município: a percepção das famílias participantes

COSTA, F. M. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); CALIXTO, F. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

O objetivo deste projeto é conhecer a importância do Serviço Família Acolhedora no município, implantado recentemente com a participação do serviço social, empreendido pela prefeitura municipal. O Serviço objetiva garantir cidadania às crianças e adolescentes por meio de um acolhimento familiar temporário alternativo ao acolhimento institucional. Metodologicamente, será utilizada a pesquisa exploratória, bibliografia de referência, dados primários e secundários com a análise qualitativa das respostas. Pretende-se fazer uma entrevista, de 5 questões básicas: 1. Satisfação da família acolhedora, 2. Recursos da política pública, 3. Percepção do acolhido pela família, 4. Relação com a prefeitura, 5. Capacitação do programa; aplicadas a 2 participantes sorteados por ano, de 2018 a 2020; famílias que foram capacitadas e cadastradas. Pretende-se com a pesquisa trazer dados que possam contribuir com o serviço municipal.

Palavras-Chave: família acolhedora, política pública, crianças e adolescentes, serviço social.

"Meu nome não é Valdemar": alteração de prenome e gênero no registro civil

CALIXTO, F. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia); SILVA, E. F. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

Na Defensoria Pública, Ituiutaba-MG, entre 08 e 22 de jan.2020, ocorreu a 1ª experiência brasileira de alteração de prenome e gênero, simplificada: sem custos cartoriais, sem os constrangimentos de comprovação, sem a cirurgia de redesignação de sexo e dispensa de tratamentos hormonais. A ação atendeu 13 transexuais, baixa renda, em parceria com o Movimento Social "As cores do Pontal" e o Curso de Serviço Social da UFU, que realizou uma pesquisa para conhecer, perfil relações familiares, trabalho e violência social. O questionário de referência já utilizado em outra pesquisa com essa população; "PERFIL EPIDEMIOLÓGICO GERAL E DE SAUDE BUCAL DE TRANSGÊNEROS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - MG" (FERREIRA-JR, 2018), foi adaptado para a versão Breve por Calixto, (2020) e composto de 54 variáveis com sub-variáveis. Pôde-se observar importantes constatações quanto a violência velada socialmente, relações de família, trabalho e renda e ausência da segurança pública para população transgênero.

Palavras-Chave: Transgênero Política Pública Alteração de Prenome Gênero

Gestão democrática e política de assistência social em tempos de pandemia de Covid-19

BENEVIDES, G. O. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); LIMA, M. J. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Este artigo trata-se de um estudo teórico e visa refletir sobre a gestão democrática e Política de Assistência Social, especialmente, em tempos de crise sanitária e econômica desencadeada pela Pandemia de Covid-19. Os efeitos da crise sanitária evidenciou a fragilidade dos sistemas de proteção social no mundo, levando potências economias a se organizarem político-economicamente na tentativa de assegurar a acumulação capitalista. No Brasil, governado pela extrema direita ultra neoliberal, os efeitos da crise vem assolando a classe trabalhadora, especialmente, os segmentos dependentes das políticas públicas sociais. Todavia, em um contexto de desmonte dos direitos sociais, a Assistência Social vem implementando processos de trabalho distantes da realidade vivenciada pela população usuária. Assim, é necessário fortalecer a gestão democrática no âmbito da Assistência Social, enquanto política pública social, responsável por ofertar proteção social em seus diferentes níveis atuação.

Palavras-Chave: Gestão democrática, Assistência Social, Pandemia de Covid-19, crise econômica.

A importância dos atores sociais na elaboração de políticas de memória: uma análise dos seminários "sábados resistentes", do memorial da resistência de São Paulo

CAMPOS, G. P. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); ROSA, L. R. O. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente artigo trata dos "Sábados Resistentes", organizados pelo Núcleo de Preservação à Memória (entidade composta por ex-presos políticos da ditadura civil-militar), no Memorial da Resistência de São Paulo. A instituição hoje representa a única política pública do país, que preserva as memórias da resistência da ditadura ao redor de um lugar de memória - o prédio onde funcionou o Deops/SP. O objetivo é analisar esta atividade ao longo de uma década (2010 - 2019), para determinar o papel dos atores sociais nas políticas de memória. Como metodologia utilizou-se o estudo de caso e análise comparativa dos relatórios de atividades anuais, publicados pela APAC. Os dados sugerem que a participação de entidades, pesquisadores e diversos outros atores envolvidos com o tema são fundamentais para estabelecer diálogo com a população. Os seminários, ao articularem as violações dos direitos humanos do passado com os dias atuais, reafirmam a importância e a atualidade desta política.

Palavras-Chave: Memorial da Resistência de São Paulo, Ditadura civil-militar, Políticas públicas, Políticas de memória, Memória política.

Participação democrática e defensoria pública: as audiências públicas do "Mães em cárcere"

SANTOS, G. S. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Analisando a política -Mães em Cárcere", política de atendimento da Defensoria Pública paulista para mães encarceradas, chamou nossa atenção a previsão de audiências públicas anuais para discutir os rumos e resultados da Política. De forma qualitativa e usando o método indutivo, nos valem de documentos, análises diretas e entrevistas semiestruturadas para chegar aos resultados aqui apresentados. Percebemos que as audiências públicas foram uma exigência dos movimentos sociais, que foram protagonistas na construção da Política. Com as audiências, é possível apresentar os dados sobre o encarceramento de mães no estado e atuação da Defensoria Pública na questão, manter a comunidade mobilizada em torno da agenda dessas mulheres, sendo instrumento de democracia participativa e controle social, resultante das expectativas que a sociedade civil tinha quando lutou pela construção da Defensoria Pública.

Palavras-Chave: política públicas; defensoria pública; democracia

Políticas de primeira infância: um estudo bibliométrico

MESQUITA, L. F. (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria);
MORETTO NETO, L. (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria).

O presente trabalho tem como objetivo identificar e conhecer os estudos empreendidos sobre as Políticas de Primeira Infância, no contexto nacional e internacional. Para alcançar este objetivo, foram efetuadas pesquisas bibliográficas em bases de dados da CAPES, no intervalo compreendido entre os anos de 2014 a 2020, utilizando como elementos de seletividade as palavras Primeira Infância e Criança Feliz que expressam ações governamentais, no campo, no Brasil. Os estudos realizados apontam para a modesta produção bibliográfica no campo, particularmente, através do olhar relativo ao da Análise de Políticas Públicas. Logo, apresentam-se os resultados de uma pesquisa realizada no Sistema Qualis-Capes da Plataforma Sucupira (da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES). O principal resultado deste estudo foi a carência de publicações sobre políticas de primeira infância, embora o tema seja relevante para o campo de políticas públicas.

Palavras-Chave: primeira infância, Criança Feliz, CAPES.

Migrantes transnacionais e cartórios extrajudiciais: breve análise das políticas públicas enviesada nos direitos humanos

ROSSI, L. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MONTANARI, F. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A entrada em vigor da nova lei de migrações em 2017 trouxe um extenso rol de políticas públicas direcionadas aos migrantes transnacionais, como a autorização ao uso de serviços públicos. Contudo, alguns desses serviços dependem do preenchimento de certas condições legitimadas pelo aparato burocrático estatal. O objetivo da presente proposta científica é analisar a aplicação dessas políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos fundamentais nos cartórios extrajudiciais, especialmente o registro civil das pessoas naturais. A metodologia empregada é dedutiva, a partir da análise da legislação, literatura especializada, dentre outras, aplicadas à efetivação das políticas públicas direcionadas aos migrantes e o acesso ao serviço de registros públicos. Com isso, pretende-se demonstrar a atual defasagem ou coerência das políticas públicas em voga em relação a esta população vulnerável e uma possibilidade de cooperação através dos registros públicos.

Palavras-Chave: migrações transnacionais, cidadania, cartórios extrajudiciais, cooperação, políticas públicas

Os aspectos preventivos da Lei Maria da Penha e suas efetivações mediante a criação de políticas públicas

PINCA, M. H. P. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); MOLLICA, J. K. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma das leis mais elogiadas em relação à proteção das mulheres contra violências e embora, muitos acreditem que ela tenha uma finalidade exclusivamente encarceradora, toda a lei foi construída pautada principalmente nos aspectos preventivos em relação às violências doméstica e familiar. Nessa senda, o objetivo deste trabalho foi relacionar a efetivação da lei à construção e implementação de políticas públicas atentas à proteção das mulheres, demonstrando que a mera criação de leis não basta para a efetivação das proteções às mulheres. A pesquisa foi bibliográfica dedutiva com a observação acerca de legislações de proteção às mulheres, de teorias de gênero e de suas repercussões no combate à violência, de maneira a ser possível afirmar que a efetivação da lei necessita de investimentos públicos, nas áreas da Saúde, Educação, Segurança Pública e Serviço Social, para evitar que as mulheres sofram violências e para acolher as já violentadas.

Palavras-Chave: violência doméstica prevenção políticas públicas

Da invisibilidade a sujeitos de direitos: as políticas públicas e a reinserção social de adolescentes em conflito com a Lei

ALBERTO, M. S. O. P. L. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); MAXIMIANO MIRANDA SI, C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

Esse estudo é fruto de uma experiência de estágio realizada no período de 2015 e 2016 que resultou em pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Serviço Social. Têm por objetivo analisar as Medidas Socioeducativas (MSE) a partir das políticas públicas, legislações e depoimentos das famílias e dos adolescentes, autores de ato infracional, atendidos pelo Centro Especializado de Assistência Social (Creas) do município de Ituiutaba/MG. Trata-se de uma análise quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os resultados apontaram que, apesar dos avanços nas legislações e nas políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes, as MSE aplicadas pelo Creas de Ituiutaba/MG são fragmentadas e não atingem aos objetivos propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), qual seja promover a reinserção social e fortalecimento dos vínculos familiares.

Palavras-Chave: Ato infracional, Creas, medidas socioeducativas, ECA, Sinase

Projeto “escola itinerante - circo de todos” do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP

CUNHA, M. M. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU);
OLIVEIRA, L. D. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

Este trabalho se refere ao "Projeto Escola Itinerante - Circo de Todos" do Trabalho Social do PMCMV da Prefeitura de Bauru que atende famílias do programa residentes na periferia da cidade com dificuldade de acesso às políticas públicas voltadas à cultura com o objetivo de democratizar e garantir estas atividades em suas diferentes modalidades. A metodologia utilizada foi o trabalho intersetorial envolvendo profissionais de diferentes áreas, tais como: serviço social, psicologia, artes cênicas e circense que construíram o projeto de forma coletiva pautado na perspectiva dos direitos humanos. Para a execução do projeto foi adquirido materiais e equipamentos circenses com recursos do Governo Federal que foram levados aos residenciais para o atendimento de crianças e adolescentes que em sua maioria nunca tiveram contato com a cultura circense, contribuindo assim para o processo socioeducativo e de desenvolvimento humano dos participantes, resultando na melhoria da qualidade de vida.

Palavras-Chave: Trabalho Social, Programa Minha Casa Minha Vida, Circo itinerante e Direitos Humanos.

Projeto base de cidadania - a história Pacheco de Bauru contada pela ótica dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP

CUNHA, M. M. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU); LOPES, R. C. M. L. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

Este trabalho se refere à coletânea de livros "NOSSAS VIDAS, NOSSAS HISTÓRIAS", do Projeto Base de Cidadania - História de Bauru, elaborado pela equipe de Trabalho Social do PMCMV da Prefeitura de Bauru com o objetivo de resgatar a história da cidade pelo olhar dos moradores dos residenciais do PMCMV, estimulando o sentimento de pertencimento e de valorização da vida. A metodologia utilizada foi a entrevista de história oral realizada com onze participantes, sendo um de cada residencial, que contaram sobre o seu cotidiano, vivências e percepções sobre o local onde moram. As entrevistas foram gravadas, transcritas e divididas em quatro volumes que estão disponíveis nas bibliotecas do município. O resultado do projeto foi dar visibilidade às pessoas que sempre estiveram à margem da história, preservando a memória e incentivando a construção de identidades coletivas que são fundamentais para o autoconhecimento do homem como sujeito de sua própria história e detentor de direitos humanos.

Palavras-Chave: Trabalho Social, Programa Minha Casa Minha Vida, História de Bauru, Memória, Direitos Humanos

Defensoria pública do Estado de Minas Gerais: mais que direito positivado, garantia de direito implica intersetorialidade

COSTA, M. A. (DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais); CALIXTO, F. A. C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

A DPMG-Ituiutaba desenvolve ações intersetoriais e parcerias com a sociedade civil. O Mutirão Direito a Ter Pai é realizado pela DPMG desde 2012. A pesquisa foi realizada no Mutirão de 2019 e busca proteger a mulher e criança hipossuficientes, bem como identificar o perfil das famílias participantes. Num universo de 41 inscritos no Mutirão, atendeu-se 29 famílias, sendo 5 reconhecimentos espontâneos e 24 exames de DNA. Todos responderam ao questionário de 24 questões. Os dados foram analisados baseando-se em metodologia qualitativa. Identificou-se pelos dados que os casais são de baixa-renda, moram de aluguel ou beneficiários de programas governamentais de habitação, metade são pardos e pretos, 1/3 brancos, a maioria tem escolaridade média, não possuem vínculo empregatício. Com base na experiência identificou-se a necessidade de desenvolver trabalho de pós-acompanhamento para verificar a efetividade dos acordos celebrados e inserir as famílias em políticas públicas disponíveis.

Palavras-Chave: Defensoria Pública, Garantia de Direitos, Cidadania, Direito a Ter Pai

Principais norteadores do abandono dos idosos pelos familiares na instituição de longa permanência para idosos, obras sociais Adolfo Bezerra de Menezes no Município de Ituiutaba/MG

SOUZA, N. A. N. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); MARTINIANO, L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal);

Este trabalho teve como objetivo compreender os rebatimentos do abandono familiar para o idoso. A Constituição Federal de 1988, art.229 diz “que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”; é dever da família, da sociedade e do Estado, amparar as pessoas idosas. A pesquisa de campo teve como cenário ILPI “Obras Sociais Adolfo Bezerra de Menezes” em Ituiutaba/MG. Os participantes foram cinco idosos institucionalizados. A coleta de dados feita por meio de entrevistas com formulário, com perguntas abertas e fechadas. A partir das narrativas dos Idosos e a análise feita da abordagem qualitativa, buscou compreender como o idoso lida com o Abandono Familiar. Com o resultado das análises percebe-se que apesar dos idosos serem bem cuidados na ILPI, sentem a falta dos familiares, verificou ainda a necessidade de informar ao familiar do idoso, explicitando as consequências trazidas pelo abandono familiar, que afeta o bem-estar do idoso na ILPI.

Palavras-Chave: Abandono, Direitos dos Idosos, Negligência familiar, Institucionalização

O direito à capacidade da pessoas com deficiência intelectual e a necessidade de sua garantia pelo Estado

SOARES, P. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); CANELA, K. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca).

A presente pesquisa objetiva analisar o modo como Estado pode intervir, por meio de política pública, na garantia do direito à capacidade das pessoas com deficiência, que se encontra previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). As pessoas com deficiência intelectual por anos tiveram o seu direito à capacidade negado, mesmo que possuíssem potencialidades que lhe permitissem tomar decisões por si próprias, principalmente em relação aos seus direitos individuais, e tal entendimento ainda permanece para alguns apesar da legislação supracitada. Deste modo, utiliza-se do método dedutivo-bibliográfico e material, utilizando-se de doutrinadores clássicos e contemporâneos e da legislação supracitada. A partir das análises, foi possível verificar há necessidade de políticas públicas e alterações legislativas, para que o direito à capacidade e a dignidade das pessoas com deficiência sejam garantidos.

Palavras-Chave: Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência, capacidade, políticas públicas, método dedutivo-bibliográfico.

De quem são os dados? Barcelona e o direito à cidade digital

SILVA, P. C. (UNISO - Universidade de Sorocaba); MARQUÊZ, P. A. S. (UNISO - Universidade de Sorocaba).

O trabalho integra uma pesquisa em Barcelona acerca das políticas públicas para devolver aos cidadãos os dados fornecidos nos serviços municipais. As administrações públicas acumulam dados sem uma organização que permita utilizá-los de modo racional e economicamente viável, para uso comunitário. Assim, empresas como Google, Microsoft, Apple, Cisco oferecem serviços em troca dos dados, uma vez que suas plataformas podem processá-los com eficiência. A Prefeitura de Barcelona usa plataformas abertas, software livre e criou programas sociais nos quais a cidadania pode participar e que informações e dados fiquem disponíveis. Objetiva-se a reflexão e comprovação da possibilidade de fazer valer o direito à cidade digital. Optou-se pelo *Mixed Method*, pois coleta de dados, levantamentos em fontes primárias e secundárias, entrevistas terão o mesmo nível de importância para alcançar os resultados. Os resultados visam a reflexão atual da democracia digital e a elaboração de políticas municipais.

Palavras-Chave: Barcelona, Direito à cidade digital Cidadania Direitos humanos digitais

O sistema nacional de cultura: o processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas para o exercício pleno do direito à cultura

DONADELI, P. H. M. (UEMG - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UNIDADE DE PASSOS);

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise jurídica sobre os princípios e as finalidades do Sistema Nacional de Cultura, criado pela Emenda Constitucional 71, de 2012, que inseriu o art. 216-A. O Sistema foi formulado para obrigar as ações de políticas públicas culturais conjuntas da União, Estados e Municípios, de forma democrática e permanente, destinando recursos financeiros suficiente para preservar todas as manifestações do nosso vasto arcabouço cultural, responsável pela identidade da sociedade brasileira. Valendo-se da metodologia dogmática jurídica, com base na pesquisa bibliográfica, a proposta busca compreender o Sistema Nacional de Cultura como uma estrutura de apoio para concretizar as metas previstas no Plano Nacional de Cultura, colaborando na efetivação do direito à cultura como um direito fundamental da pessoa humana. O resultado permite avaliar se a gestão pública democrática e a promoção conjunto tem melhorado as políticas públicas culturais.

Palavras-Chave: Direito à Cultura, Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura, Gestão Pública da Cultura, Políticas Públicas Culturais.

Perspectivas dos direitos humanos na prática: desafios e caminhos para a efetivação das políticas públicas de acesso à educação em tempos de quarentena no estado de São Paulo

SOUZA, R. D. A. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); VASCONCELOS SILVA, A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A internet é um marco na história contemporânea. Ela revolucionou não apenas no âmbito das comunicações e do acesso à informação, mas também no das relações interpessoais, do ensino e aprendizado, sendo elevada à categoria de direitos humanos pela ONU em 2011. Levando-se em conta o atual momento de crise sanitária e, consequentemente, econômica e social instaurada pela pandemia da COVID-19, o uso da internet como meio de continuação das atividades educacionais é premente. Assim, apresentam-se com grande relevância as políticas públicas estaduais de acesso à internet, em especial as do estado de São Paulo, o mais destacado em questões econômicas e populacionais no país. Sendo assim, o presente trabalho visa analisar as políticas públicas adotadas pelo governo do estado de São Paulo durante o período de quarentena, desde março até agosto de 2020 no sentido de avaliar seu alcance, a fim de se debater os desafios para a universalização dos direitos humanos por meio de políticas públicas.

Palavras-Chave: educação políticas públicas direitos humanos

Envelhecimento populacional sob a ótica das políticas públicas e sua implantação no Município de Bauru/SP

FREITAS, R. L. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU);
NAKAMINE, E. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

O estudo trata do crescimento da população idosa no Brasil com objetivo de levantar as legislações deste grupo social sob a ótica das políticas sociais em especial a habitação e sua implantação no município de Bauru-SP. A metodologia adotada foi através de pesquisas bibliográficas das legislações e documentos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV/Faixa 1. Podemos afirmar que os dados levantados indicam aumento do envelhecimento populacional no Brasil, a evolução das políticas públicas a partir dos anos 80 e a necessidade de reformulação e efetivação conforme demanda posta. O PMCMV em Bauru configura-se como Política Habitacional que contribuiu no acesso a moradia digna de um número significativo de idosos com subsídio financeiro. Espera-se que este estudo possa contribuir na efetivação da melhoria dos serviços prestados como também alcançar demais instâncias governamentais para o cumprimento das legislações.

Palavras-Chave: Pessoa idosa; Políticas Públicas; Programa Minha Casa Minha Vida.

O papel da UNATI na consoliação da Política Nacional do Idoso pelo conselho municipal da pessoa idosa

BARBOSA, R. T. O. (FEIS - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira);
VIEIRA, M. V. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A UNATI tem como uma de suas diretrizes a efetivação da Política Nacional do Idoso(PNI). O Conselho Municipal da Pessoa Idosa(CMPI) é o colegiado permanente para a formulação e implementação da PNI. Realizou-se estudo teórico para análise crítica do CMPI quanto ao seu papel de articulador entre as políticas públicas na proteção social dos idosos nas dimensões funcionalidade, legitimação, objetivos e ordenamento das demandas. O estudo pautou-se na abordagem da Gerontologia Social Crítica pelo seu alcance em compreensão da velhice como inerente a Questão Social. Como resultado visualiza-se o controle social sendo resultante de Educação, Cidadania e Cultura e a legitimidade da universidade pública nesse desenvolvimento.

Palavras-Chave: Controle Social UNATI Conselho Municipal

A defensoria pública e a metáfora da circulação de regras e ideias jurídicas

PAULA, R. T. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); DE PAULA, R. T. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); CANAVEZ, L. L. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A América Latina sofre com graves diferenças socioeconômicas. É dever do Estado fornecer aos desassistidos instrumentos para que a pobreza não seja mácula que impeça o acesso à justiça. Pretende-se no artigo estudar a instituição da Defensoria Pública à luz da metáfora de circulação de ideias e regras jurídicas denominada transplantes e irritantes jurídicos. Eles são entendidos como parte de uma conexão histórica entre América Latina e Europa e refletem a suposta qualidade e superioridade dos sistemas jurídicos do norte. Pretende-se demonstrar como resultado que a Defensoria Pública latino-americana passou por um evidente processo de irritação legal. Ou seja, a análise da história e consolidação das Defensoria Públicas da América Latina mostra que não houve o transplante de referida instituição nos moldes previstos nos países europeus, pois houve novas formas de atuação. O método de procedimento utilizado é a pesquisa bibliográfica e o método de abordagem o dedutivo bibliográfico.

Palavras-Chave: Defensoria Pública Direito comparado Transplantes jurídicos Irritações jurídicas.

Vigilância socioassistencial na luta pela concretização dos direitos humanos

SANTOS, S. G. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O estudo aponta que a vigilância socioassistencial é ferramenta para efetivação dos Direitos Humanos. Analisa territorialmente a qualidade dos serviços socioassistenciais em cotejo com a capacidade protetiva das famílias e suas vulnerabilidades. O objetivo geral da pesquisa é realizar reflexões sobre a vigilância socioassistencial de forma transversal e em consonância com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Os direitos humanos resultam da indispensabilidade social e individual intrínsecas à dignidade humana. Saúde, educação, condições de trabalho, moradia e assistência social são temas abarcados nessa categoria e estão positivados na CF/88. Utilizar-se-á de metodologia dedutiva e método crítico dialético, mediante pesquisa bibliográfica e análise documental. Até o momento a pesquisa demonstra que Vigilância Socioassistencial é capaz de atuar eficazmente na concretização dos Direitos Humanos de forma interdisciplinar e interseccional territorialmente orientada.

Palavras-Chave: vigilância socioassistencial, assistência social, território, vulnerabilidade social, direitos humanos

Eixo 9

Políticas públicas e desenvolvimento econômico e social

A tecnologia como meio de monitoramento: uma aplicação para evitar fraudes na Prefeitura Municipal de Franca (SP)

JUNIOR, A. K. J. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca);

Análises quantitativas permitem verificar inconsistências em informações e analisar de maneira mais precisa dados de instituições públicas e privadas. Ao longo dos anos os sistemas de automatização, armazenamento de informações e aplicações em nuvem e o avanço do Big Data a análise das informações se tornaram mais precisas e capaz de apontar indícios de fraudes. Objetiva-se apresentar uma proposta de aplicação para de análise automatizada dos dados de compras de Prefeitura Municipal de Franca (SP) com base em informações públicas. Utilizar-se-á como método um sistema de programação em linguagem Python automatizando a busca por informações no site e depois os dados serão organizados em um sistema de Data Visualization Open Source/Power B.I. A análise, também contará com o cruzamento das informações junto a Receita Federal e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas). Pretende-se criar um instrumento de análise mais eficaz para evitar fraudes em compras da prefeitura.

Palavras-Chave: Política Pública Tecnologia Ciência de Dados

A relação das organizações do terceiro setor e o Estado

SILVA, A. E. (EAUFPA - Escola de Aplicação da Universidade Federal do Para); SILVA, A. E. (UFPR - Universidade Federal do Paraná).

Objetiva-se discutir a contribuição das organizações sociais, evidenciando-o as políticas públicas ao terceiro setor. O percurso metodológico exploratória, a fim de apontar de conectar as ideias para compreender o fenômeno das políticas ao terceiro setor. O advento de descentralização originário da reforma do Estado de Direito, a partir de 1990, o Brasil experimentou à explosão das políticas públicas ao terceiro setor, impulsionada pela transição democrática em decorrência do modelo brasileiro de gestão e ação governamental. Políticas direcionadas ao terceiro setor são instrumentalizadas por projetos desenvolvidos, uma vez que, a sociedade civil organiza-se com base nos valores da justiça social e participação cidadã. Logo, torna-se possível o compartilhamento desse visão, aponte-se a relevância investigativa dada a notoriedade as políticas, com enfoque a sociedade no sentido que as mesmas existem como ferramentas das estratégias de desenvolvimento justo e solidário.

Palavras-Chave: Estado, sociedade, organizações sociais.

Paradigmas para desenvolvimento. Por que?

SILVA, A. E. (EAUFPA - Escola de Aplicação da Universidade Federal do Para);

Pretende-se, discutir política pública às organizações da sociedade civil na promoção do Desenvolvimento Socioeconômico. Para esse debate bibliográfico, optou-se por uma abordagem exploratória à luz da problematização dos fenômenos. A crise do Estado de Bem-Estar Social e o declínio do modelo de Estado Desenvolvimentista fez-se emergir um novo paradigma na concepção e execução de políticas. No final do século XX, novas organizações agem para suprir oferta de bens com parceria e financiamento do Estado e a participação do setor privado. Inexiste harmonia conceitual na relação de parceria público/privada no que tange as políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico. Há contradições das práticas, seus impactos, a abrangência, a eficácia e os limites na promoção do desenvolvimento e do bem-estar social. Ver-se a importância do tema na medida em que lança luz sobre um novo modelo de Estado e do papel de outros agentes, cada vez mais presentes, de formas variadas para a sociedade.

Palavras-Chave: Relações, parcerias, desenvolvimento

A influência do índice de corrupção na inovação dos países

ROCHA, A. (FURB - Universidade Regional de Blumenau); LANGE, A. A. (FURB - Universidade Regional de Blumenau).

A sobrevivência organizacional na economia contemporânea é um campo complexo até para a mente do empreendedor mais preparado. Fatores sociais, culturais e econômicos são planícies que trazem benefícios para o crescimento da firma, mas, sombras como a corrupção infestam também sua prosperidade, limitando aspectos necessários para a manutenção da vantagem competitiva, como é o caso da inovação. Neste artigo aplicou-se a técnica de regressão linear múltipla pelo software IBM® SPSS® Statistics, versão 24, buscando analisar a influência do Índice de Corrupção Percebida no Índice Global de Inovação, tendo como variáveis de controle dados econômicos dos 124 países da amostra, auferindo-se significância estatística. Seguindo a lógica de triangulação, também se apresentam resultados de uma pesquisa qualitativa a qual ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas com profissionais da área de Negócios Internacionais, contribuindo para os resultados encontrados.

Palavras-Chave: Inovação, Corrupção, Países, Globalização.

Motivações em parcerias entre negócios de impacto social e prefeituras municipais no Brasil

MATHIAS, A. L. T. C. (EACH USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP); JAYO, M. (EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades).

Sobretudo a partir das reformas do New Public Management e das propostas de governo em rede, cresceram as interações entre o estado e organizações não estatais na provisão de serviços e implementação de políticas públicas. Como resultado, recentemente, começaram a se formar parcerias entre prefeituras municipais e negócios de impacto social no Brasil. A partir da literatura sobre parcerias intersetoriais, este artigo se volta a discutir as motivações das organizações para a realização de parcerias deste tipo em três casos brasileiros. A pesquisa foi conduzida através de entrevistas semiestruturadas com os gestores das parcerias de ambos setores. Conclui-se que entre as motivações para realização de parcerias, há tanto elementos ligados a necessidade de recursos, quanto elementos ligados a resolver um problema social. Visibilidade constitui um valor percebido por todos os entrevistados como resultado da parceria.

Palavras-Chave: Negócios de impacto social, parcerias intersetoriais, motivações, gestão social

A política de assistência social e os objetivos do desenvolvimento sustentável

OLIVEIRA, A. C. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MOLINA, T. G. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Apresentamos a política nacional de Assistência Social e qual a sua contribuição para o atingimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ratificados pelo Brasil durante a Cúpula da ONU em 2015. Para tanto utilizamos pesquisas bibliográficas que conceituam a assistência social no Brasil, seus aspectos históricos e os principais serviços e programas. Levantamos também os principais marcos legais que revestem de legitimidade esta política situando-a no rol dos direitos sociais instituídos na CF/88. Na segunda parte, retomamos a pesquisa bibliográfica elencando os ODS que compõem a Agenda/2030, relacionando-os com os programas e serviços desenvolvidos pela Assistência Social. Por fim, tecemos considerações sobre os limites da assistência social brasileira face ao alto índice de desigualdade social e outros aspectos histórico-culturais que frustram o atingimento das metas da Agenda/2030 para o Brasil.

Palavras-Chave: Assistência Social, ODS, desigualdade.

Novo marco legal do saneamento básico: normas de referência como ferramenta para o desenvolvimento

SILVA, D. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); OLIVEIRA, J. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Objetiva-se analisar se as normas de referência instituídas pelo Novo marco legal do saneamento (Lei n.º 14.026/2020) podem conferir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) uma ferramenta na promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento sofreu modificações no decorrer do tempo e abrange hoje aspectos econômicos, sociais e políticos. A dimensão social está diretamente ligada à satisfação das necessidades humanas, sendo certo que o acesso igualitário ao saneamento básico (em especial água potável e coleta e tratamento de esgoto) é política pública crucial para alcançar o desenvolvimento no Estado brasileiro. O procedimento metodológico utilizado é o dedutivo, com análise de material bibliográfico. Os resultados preliminares indicam que a utilização das normas de referência pode contribuir para a universalização do serviço de saneamento, atendendo as necessidades humanas e contribuindo para o desenvolvimento.

Palavras-Chave: ANA, novo marco legal do saneamento, normas de referência, desenvolvimento.

Análise da implementação dos centros de referência de assistência social como efetivação da proteção social básica na região de Franca-SP

DAMACENO, D. J. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O presente estudo se dá na perspectiva de analisar a evolução da assistência social até ser inscrita como política pública de direitos, através da Constituição de 1988, integrando o tripé da seguridade social. O trabalho tem como objetivo investigar a efetivação da Política de Assistência Social, em especial no que concerne à Proteção Social Básica que se concretiza nos municípios da região de Franca-SP, através da implementação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A fonte da pesquisa se estabelece através das informações disponibilizadas pela Diretoria Regional de Assistência Social de Franca (DRADS) e de pesquisa de campo. Para a coleta de informações, lançamos mão de técnicas combinadas: questionário estruturado, a observação e a análise dos documentos. O que nos interessa através deste trabalho é conhecer a realidade vivenciada pelos CRAS da região de Franca-SP e os serviços prestados à população usuária.

Palavras-Chave: assistência social. Política pública. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Franca-SP.

Análise da evolução da política de assistência social no âmbito normativo e legislativo

DAMACENO, D. J. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O presente estudo tem como objetivo analisar a política de assistência social no Brasil nos seus aspectos normativos e legislativos, a partir da Constituição Federal de 1988 que inscreveu a assistência social como política pública. Para dirigir este estudo, nos reportamos à IV Conferência de Assistência Social que apontou como principal deliberação a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisito essencial da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O SUAS é necessário para o alinhamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); haja vista que um depende do outro para que as ações estejam bem organizadas. Desta forma, avalia-se as normativas vigentes - Constituição de 1988, a PNAS e o SUAS - como eixos estruturantes para efetividade da política no cumprimento de ações que consagrem direitos de cidadania e inclusão social.

Palavras-Chave: Assistência Social. Política Pública. Legislação.

Aposentadoria e desenvolvimento socioeconômico

SOUZA, D. M. H. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); SOARES, N. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A partir de uma pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativo, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o direito à aposentadoria enquanto uma possível forma de desenvolvimento socioeconômico da população idosa brasileira e seus familiares. Sendo este um elemento da realidade social, o método eleito é o materialismo histórico dialético, que permite uma visão mais próxima da totalidade. No decorrer do trabalho, será feita uma reflexão sobre a concepção de direito social e de desenvolvimento socioeconômico, com o recorte etário voltado para a pessoa idosa; e também será feita uma breve retrospectiva histórica da Previdência Social. A partir dessa reflexão e dessa retrospectiva, será possível se iniciar um debate a respeito da aposentadoria enquanto possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos seus beneficiários. É importante destacar que o presente trabalho não possui o intuito de se esgotar o debate, mas sim, contribuir para uma reflexão crítica sobre o tema.

Palavras-Chave: aposentadoria, direito social, desenvolvimento socioeconômico

O impacto da Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS) nas Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Sacramento

ALVES, D. R. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); GUEDES, A. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente estudo, de caráter descritivo, é fruto de pesquisa qualitativa em desenvolvimento que pretende avaliar o impacto da Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS) nas OSCs de Sacramento, por meio de Estudo de Caso. Os procedimentos utilizados serão aplicação de formulário e entrevista semi-estruturada para os 18 (dezoito) membros da CTTS e 48 (quarenta e oito) gestores de OSCs, além de observação participante e diário de campo. Em ambas as etapas, o tratamento e análise de dados adotarão a Análise de Conteúdo. Ao final, aspira-se verificar as colaborações para o desenvolvimento das OSCs e identificar a estrutura e dinâmica de atividades da CTTS, o que norteará a elaboração de uma cartilha de orientação para planejamento e implementação de CTTSs. A discussão dos resultados será realizada sob a luz de Grau (1998). Até o momento essa pesquisa tem apresentado resultados que apontam a CTTS enquanto tecnologia social participativa, o que corrobora a importância da participação social.

Palavras-Chave: Terceiro Setor profissionalização Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC)

Mais ou menos estado?

Uma reflexão sobre o impacto da articulação política do capitalismo na promoção da justiça social

MATOS, E. P. A. (UFPR - Universidade Federal do Paraná - Curitiba);

A defesa da presença ou ausência do Estado é motivo de polarização. Tendo como foco de atenção a promoção da justiça social, o ensaio problematiza a articulação política do capitalismo e tem por objetivo entender como o engrandecimento ou redução do papel do Estado interferem na consolidação do bem público. Ao visitar importantes marcos históricos do capitalismo, o trabalho questiona quanto de Estado cabe neste sistema político-econômico; admite e explora os obstáculos e prejuízos impostos por visões polarizadas e especula a possibilidade de equilíbrio entre o liberalismo e a indispensável interferência estatal, tendo como objetivo maior a justiça social. Por fim, o ensaio propõe um limite para atuação política do capitalismo e defende o papel preponderante do Estado na garantia do bem estar social. A proposta é ponderada e assume uma visão holística das demandas socioambientais, assumindo que as soluções e responsabilidades devem ser compartilhadas.

Palavras-Chave: Capitalismo; Economia Política; Políticas Públicas; Justiça Social; Neoliberalismo.

Políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: quais as dificuldades da associação dos trabalhadores da agricultura de Cravolândia-BA para acessá-las?

CHAVES, J. L. (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia); LIMA, J. R. O. (UEFS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA).

O Assentamento Rural Palestina, localizado em Cravolândia-Ba, foi criado em 1999, ano em que os assentados organizaram a Associação dos Trabalhadores da Agricultura de Cravolândia (ATAC). Em junho de 2020 o assentamento participou da Chamada Pública da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Estado da Bahia, voltada a garantir a segurança alimentar e nutricional dos pequenos agricultores familiares, logrando êxito. Neste contexto, a pesquisa objetivou refletir sobre fatores que dificultam o alcance do referido assentamento aos recursos ofertados no edital supramencionado. A metodologia tem como base estudos documentais durante o processo de discussão e submissão de proposta, bem como sustentação teórica em referências da área. Inferiu-se como resultado a relevância das parcerias e da organização comunitária consolidada, bem como fatores limitantes à participação da ATAC relativos à falta de regularização documental e em relação à escrita da manifestação de interesse.

Palavras-Chave: Assentamento Rural, Organização Comunitária, Parcerias.

Avaliação de políticas públicas com foco no orçamento público: uma revisão sistemática da literatura

BITTENCOURT, J. L. (UA - Universidade de Aveiro);

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma revisão sistemática da literatura, ou seja, responder utilizando métodos sistemáticos e explícitos como identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes, e coletar e analisar dados de estudos incluídos na revisão (Clarke, 2001). O tema abordado foi Avaliação de Políticas Públicas com foco no Ciclo Orçamentário Público. Considerou lapso temporal de vinte anos (2000-2020), realizou uma análise bibliométrica (quantitativa) e uma revisão de conteúdo (qualitativa) em bases de dados nacionais e internacionais, bem como em repositórios de instituições referência na temática trabalhada. Os resultados das análises (quantitativa e qualitativa) buscaram contribuir fortemente para o conhecimento e aprofundamento não só de ferramentas da pesquisa científica mas em especial do assunto pesquisado.

Palavras-Chave: Avaliação de políticas públicas, orçamento público, revisão sistemática da literatura.

Extensão universitária: serviço social no pontal do Triângulo Mineiro

ALVES, J. P. (UFU - Fundação Universidade Federal de Uberlândia);
CALIXTO, F. A. (UFU - Fundação Universidade Federal de Uberlândia).

A demanda de trabalho e renda cresce com o acirramento da questão social. O objetivo foi a análise da extensão universitária e o Serviço Social com o referencial do cooperativismo e economia solidária nas cidades de Ituiutaba e Capinópolis. Captou-se recursos públicos de editais nacionais para investimento, utilizou-se das rodas de conversa dialógicas na capacitação dos grupos na organização dos catadores. Foi adquirido para a COPERCICLA uma esteira de separação, aumentando de 15 para 42 cooperados, triplicou a quantidade de toneladas beneficiadas e a formação de segurança no trabalho. Em Capinópolis, na COOPTAL, capacitou-se as catadoras nos quesitos de gestão e segurança, comprou-se máquinas básicas e gerou-se trabalho para 9 mulheres. Ambas iniciativas com parceria ente a Prefeitura da cidade e a Universidade. Nesse sentido, as ações do Serviço Social atingiram seu alvo de gerar trabalho e renda por meio de organização de grupos populares através das atividades de extensão da UFU.

Palavras-Chave: cooperativismo, economia solidária, extensão universitária, serviço social

Os entraves para o auxílio emergencial e a burocracia de estado brasileira

ALVES, J. V. D. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); OLIVEIRA LIMA, M. J. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A pandemia Covid-19 assola a humanidade. Uma das políticas de enfrentamento no Brasil foi a criação do auxílio-emergencial Mas milhares de brasileiros ainda não auferiram o benefício. O presente trabalho possui escopo de comprovar que o auxílio-emergencial deixou de ser auferido por entraves burocráticos. Diante da materialidade do tema a pesquisa optou pelo aporte metodológico do materialismo histórico dialético. Quanto aos resultados, espera-se compreender a burocracia estatal e sua relação de interesses com as classes dominantes, bem como no contexto de pandemia, como os aparelhos assistenciais não foram inutilizados.

Palavras-Chave: Gestão do Estado brasileiro, Política de Assistência Social, Auxílio Emergencial.

O papel das consultorias legislativas na tomada de decisão pública: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos

LOPES, L. A. P. (FCA/Unicamp - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Ciências Aplicadas); GONÇALVES JUNIOR, O. (FCA/Unicamp - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Ciências Aplicadas).

A atuação do Poder Legislativo sofreu diversas modificações após a promulgação da

Constituição Federal de 1988, o que contribuiu para o fortalecimento e para a consolidação da importância deste poder nos arranjos democráticos. A complexidade dos contextos econômicos, sociais e políticos após a redemocratização e a expansão do uso de dados no processo decisório governamental impulsionaram a estruturação das Consultorias Legislativas, como forma de fornecer suporte informacional aos parlamentares. Por meio de análises documentais e entrevistas, é interesse desta pesquisa expandir o entendimento acerca do alicerce técnico-científico proporcionado pelas Consultorias, com foco em investigar a influência da utilização de informações técnicas no processo decisório deste poder. A fim de analisar as potencialidades e limitações da estrutura brasileira, esta pesquisa observa o Sistema de Suporte Informacional Legislativo existente no Congresso Americano - devido à sua consolidação e dimensão.

Palavras-Chave: Poder Legislativo, Consultorias Legislativas, Suporte Informacional

Correlação entre processo orçamentário e políticas públicas: as contribuições de Aaron Wildavsky

RIBEIRO, L. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); GUEDES, A. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Wildavsky rompeu com o policy cycles como determinante dos processos orçamentários. Tal visão concebia a atuação do estado sob métodos, com o auxílio de especialistas e técnicos, em busca de posições ótimas. O orçamento seria resultado do pluralismo do jogo político, incremental, não sendo revisto a cada ano sob a busca de situações ótimas, com os seus valores sendo apresentados sob correções pontuais dependentes das estratégias dos atores envolvidos no processo. Objetivamos demonstrar o impacto do orçamento sobre as políticas, analisando, por meio de abordagem bibliográfica e documental, algumas das obras do autor e orçamentos públicos paulistas. O resultado prevê organizar elementos que estabelecem a relação entre o processo de elaboração do orçamento público, sob a ótica do incrementalismo, e de sua correlação com as políticas públicas. Sua conclusão, far-se-á a partir da análise de orçamentos públicos municipais paulistas e se o incrementalismo é motivador das políticas públicas.

Palavras-Chave: Aaron Wildavsky, Incrementalismo, Orçamento público, Políticas Públicas.

**"Oficinas costura criativa" - projeto de desenvolvimento
economico do trabalho social do Programa
Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de Bauru - SP**

OLIVEIRA, L. D. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU);

O objetivo deste trabalho é realizar análise sobre projeto de Oficinas de Costura Criativa realizadas pela equipe de Trabalho Social do PMCMV da Prefeitura de Bauru em parceria com a UNESP/ Bauru. Foram realizadas oficinas com um grupo de mulheres e meninas de um residencial do PMCMV da Faixa 1 (0 a 1800 reais de renda). A confecção das peças artesanais foi feita com material de fácil acesso como retalhos de tecido e outros aviamentos. A metodologia utilizada foram aulas ministradas por uma professora voluntária, com apoio de estagiários de psicologia os quais organizavam rodas de conversas com temáticas suscitadas a partir da escuta realizada durante as oficinas. Como resultados a escuta possibilitou a discussão sobre temas como violência doméstica, racismo e o papel social das mulheres produzindo a percepção das mulheres da possibilidade de se tornarem agentes de transformação de sua realidade social através da prática da economia solidária e o fortalecimento comunitário.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Grupo de Mulheres, Costura Criativa e Desenvolvimento econômico

Análise do acesso às políticas sociais, desenvolvimento e igualdade nas capitais dos estados brasileiros

BOTELHO, L. H. F. (UFV - Universidade Federal de Viçosa); COSTA, T. M. T. (UFV - Universidade Federal de Viçosa).

Observando as heterogeneidades socioeconômicas das capitais dos estados brasileiros e o acesso às políticas de bem-estar social (saúde, educação, assistência social e previdência social), este estudo procura avaliar igualdade de renda, desenvolvimento e acesso às políticas sociais, além da relação entre tais aspectos nas capitais nacionais. Teoricamente, aborda-se o Estado de bem-estar social, políticas públicas, desenvolvimento e desigualdade social. Ademais, é feita uma revisão de literatura a despeito da relação desenvolvimento, igualdade de renda e acesso às políticas sociais. Este é um estudo quantitativo que se utiliza de análises bibliográficas, descritivas, correlações, geoestatística e regressão linear múltipla. Os resultados e conclusões expõem que são poucas as capitais que podem ser citadas, de fato, como desenvolvidas, apontando apenas Florianópolis e Curitiba. Por fim, aponta-se que o desenvolvimento (IFDM) pode ser explicado pelo acesso à educação e saúde pela população.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Igualdade de Renda, Políticas Sociais, Estado de Bem-Estar Social. Capitais do Brasil.

Análise sócio econômica dos municípios baianos no período de 2005 - 2015

MATOS, M. S. (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia); OLIVEIRA SANTOS, W. (UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus).

A Bahia é caracterizada pelo avanço de seus indicadores socioeconômicos e crescimento do PIB, neste íterim a qualidade de vida da população baiana melhora no período de 2005 - 2015. O objetivo de pesquisa foi analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos (saneamento básico, educação e saúde), crescimento do PIB e do PIB per capita. Por meio de pesquisa bibliográfica através de fontes secundárias (livros e sites da web), de forma descritiva e dedutiva. A área de estudo foi o território baiano. No que tange os resultados nota-se que as taxas de saúde, saneamento básico, e algumas de educação tiveram crescimento significativo. Houve significativa redução da taxa de mortalidade e de alunos evadidos, além disso, houve aumento de expectativa de vida o que significa dizer que população baiana esta vivendo melhor. Assim, conclui-se que os indicadores socioeconômicos do Estado da Bahia cresceram, com exceção da taxa de abandono escolar no período de 2005 a 2015.

Palavras-Chave: Indicadores Sócio Econômico, PIB e Bahia.

Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: análise do perfil socioeconômico de municípios que já possuíram empregadores que figuraram na lista suja do trabalho escravo

CELLI, M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

Este trabalho objetiva promover uma melhor compreensão acerca de determinadas características dos municípios que já apresentaram empregadores que figuraram no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, a lista suja, em sua compilação no período de 2005 a julho de 2019. Os objetivos específicos contemplam 1) a discussão e revisão teórica acerca da temática escravidão contemporânea, sobretudo no Brasil; e 2) a análise quantitativa de variáveis que representem o perfil socioeconômico dos municípios que já tiveram empregadores inseridos na lista suja. Este trabalho abará uma abordagem multi-métodos, sustentada sobre discussões de autores e especialistas da área, seguida de análise quantitativa das variáveis de interesse e concluindo com a análise qualitativa sobre os pontos explorados. Espera-se que os resultados demonstrem um padrão entre desenvolvimento municipal e a presença de escravocratas modernos.

Palavras-Chave: trabalho escravo contemporâneo, lista suja, desenvolvimento.

A responsabilidade social como estratégia de gestão e desenvolvimento social

MESQUITA, R. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); LIMA, M. J. O.

Esse artigo visa compreender a cultura organizacional e sua interação com a Responsabilidade Social. As reflexões que seguem são resultado de pesquisa bibliográfica a fim de subsidiar outros estudos. A atuação de empresas no âmbito da responsabilidade social gera resultados positivos para a mesma, que agrega valor ao negócio, mas também pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social em nível local e regional. Essas instituições, muitas vezes, carecem de entendimento sobre a responsabilidade social, enquanto forma de gestão, e da realidade social do público interno e externo, gerando intervenções desconectadas com as expectativas e necessidades dos envolvidos. A gestão empresarial que assume a sua responsabilidade com o social se caracteriza por desenvolver o planejamento estratégico que define a visão, a missão, os valores e princípios da empresa. Espera-se compreender a responsabilidade social empresarial como estratégia de gestão e integrante da Cultura Organizacional.

Palavras-Chave: Gestão Empresarial Responsabilidade Social Empresarial Cultura Organizacional

A gestão da política de assistência social e os desafios postos frente à pandemia de Covid 19

HATANO, R. G. R. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O presente estudo visa refletir sobre os desafios da Política de Assistência Social no contexto da pandemia da COVID 19. As reflexões que seguem no artigo são resultantes de estudos e discussões teóricas, através da disciplina de Gestão e Planejamento: uma perspectiva crítica, junto ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Também houve apreensão de dados por meio de documentos relativos à Política de Assistência Social. Diante da crise sanitária enfrentada pelo mundo, que agrava ainda mais a crise econômica e social, torna-se fundamental a realização de pesquisas objetivando descobrir novas estratégias dentro do planejamento das ações da referida política. As articulações entre os entes federativos apresentam efeitos paliativos e a população usuária dessa política padece com os procedimentos burocráticos que, frequentemente, agravam a situação, pois são lentas para responder as situações inesperadas ou adaptar-se às mudanças nas condições sociais.

Palavras-Chave: Gestão de Políticas Públicas, Assistência Social, COVID-19.

Eixo 10

Políticas públicas, planejamento urbano e ordenamento do território

Pesquisa de pós-ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida em Bauru no residencial São João do Ipiranga

MANSANO, C. M. (PMCMV - Projeto Minha Casa Minha Vida - Prefeitura de Bauru); DOS SANTOS RAMOS, V. I. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

A pesquisa foi realizada no Residencial São João do Ipiranga, faixa 1 e fase 1 do Programa Minha Casa Minha Vida em Bauru. O residencial provém de um Projeto de Reassentamento do município. O objetivo foi avaliar o grau de satisfação dos beneficiários considerando a moradia, os serviços públicos do território, os vínculos comunitários e a qualidade de vida. A pesquisa foi composta por 6 eixos temáticos, censitária, com 38 sujeitos, nível exploratório, abordagem quantitativa, através de formulários com perguntas fechadas e de múltiplas escolhas. Os resultados apontam a predominância do gênero feminino dentre os titulares das unidades habitacionais; baixa escolaridade; baixa renda; insatisfação com a política de Saúde Pública e falta de espaços de lazer. Destacaram-se também a permanência no imóvel desde a inclusão, satisfação com: os vínculos estabelecidos; com a unidade habitacional; com as ações do Projeto de Trabalho Social do PMCMV e alto índice de participação pelas famílias.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa Minha Vida São João do Ipiranga Pesquisa de Pós-Ocupação.

O redesenho institucional da gestão territorial decorrentes da pandemia do Sars-Cov-2 (Covid-19) no cenário piauiense

MOURA, C. M. D. S. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); FERREIRA, M. D. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

A abordagem territorial de desenvolvimento piauiense tem origem a partir do Sistema de Planejamento Participativo Territorial (LC nº 87/2007) que visa promover o desenvolvimento sustentável por meio da democratização de ações e programas. No entanto, a decretação do Estado de Calamidade Pública, em março de 2020, no país, inclusive no Piauí, em virtude do SARS-CoV-2 (COVID-19), ocasionou realocações no orçamento público dos entes, impactando consideravelmente as políticas públicas territoriais. Diante disso, tem-se como objetivo analisar o efeito das alterações nas políticas públicas territoriais piauienses decorrentes da pandemia. Em relação aos procedimentos metodológicos, analisar-se-á de forma descritiva e exploratória o processo de redesenho institucional da gestão territorial, diante do estado de calamidade, apresentando a eficácia dos gastos em saúde e nas demais áreas (educação, assistência social e outras), o efeito na arrecadação e a participação social dessa abordagem.

Palavras-Chave: Políticas Públicas território calamidade pública participação social

Produção capitalista do espaço urbano, desigualdades e políticas públicas: uma abordagem marxista

VIEIRA, J. F. I. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca);

O presente trabalho busca, por meio de reflexão teórica estruturada sobre revisão bibliográfica de autores da sociologia urbana marxista, compreender de que modo as políticas públicas podem se inserir enquanto instrumentos para uma mudança na forma de produção e reprodução de um espaço urbano profundamente marcado por diversas desigualdades. Nesse sentido, em um primeiro momento, o trabalho apresenta a leitura marxista a respeito do processo de produção capitalista do espaço urbano. Na segunda parte, localiza-se esse debate na realidade brasileira, tendo em vista as especificidades de país pertencente à periferia do capitalismo, com consequências diretas sobre sua organização social e espacial. Por fim, o trabalho mostra como o processo de planejamento e execução de políticas públicas é instrumento indispensável para enfrentar essa realidade, apesar de não conseguir resolvê-la, tendo em vista sua relação intrínseca com o funcionamento do modo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Desigualdades Socioespaciais, Direito à Cidade, Políticas Públicas, Produção do Espaço, Sociologia Urbana

Diretrizes para o planejamento e ordenamento urbano sustentável

RIVA, L. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); RIBAS, L. C. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A Constituição Federal de 1988 disciplinou no âmbito constitucional, entre outros temas, o ordenamento territorial e possibilitou novo direcionamento ao planejamento urbano. Ademais, a individualização dos espaços livres urbanos decorrente da expansão urbana também vem sendo trabalhada infra constitucionalmente visando ações sustentáveis diante tanto da fragmentação ambiental e da qualidade de vida quanto, recentemente, da prestação de serviços ecossistêmicos. Foram analisadas a Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a Lei Municipal n. 14.223/2006 (Elementos que compõe a paisagem urbana do município de São Paulo). Este conjunto normativo foi analisado para identificar as bases mínimas da sustentabilidade nas cidades. Desenvolveu-se, via Estudo de Caso, uma pesquisa exploratório-qualitativa. A sustentabilidade não deve ser vista como um fim em si mesmo, fazendo-se necessário o entendimento e a incorporação da realidade cultural dos cidadãos pontuais.

Palavras-Chave: Cidades sustentáveis, desenvolvimento urbano, sustentabilidade

Do modelo administrativo gerencial à nova governança pública: o controle de execução das operações urbanas consorciadas

BROLLO, M. E. A. (PUC-CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas); MASTRODI NETO, J. (PUCCAMP - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS).

Este trabalho analisa os modelos de Administração Pública no controle de execução dos planos das Operações Urbanas Consorciadas (OUC), em especial quanto ao dever da OUC de promover o desenvolvimento social da região de sua implementação. Para tanto, realizamos estudo de caso das OUC Faria Lima e Água Branca, que previam, respectivamente, garantir melhores condições para moradias subnormais e para habitações de interesse social. Tais previsões devem ser entendidas como deveres a serem cumpridos, do mesmo modo que os voltados ao desenvolvimento econômico? A ausência de controle quanto à sua execução pode ser entendida como desvio de finalidade do Administrador, seja no modelo gerencial, seja no modelo de nova governança? Espera-se constatar que a ausência de previsão de controle não deve justificar o não-cumprimento das finalidades sociais das OUC e que a inércia da Administração Pública na promoção dessas constitui, de fato, um desvio sob a perspectiva do controle de finalidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Desenvolvimento Social Operação Urbana Consorciada Instrumento de Gestão Urbana Modelos de Administração Pública

Desenvolvimento sustentável: o papel do patrimônio cultural edificado das cidades de Araxá e Franca

LOPES, M. F. A. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); FERREIRA, M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, exigem ações de proteção do patrimônio natural e cultural, e compreende-se o conceito de patrimônio histórico na relação com o meio ambiente. O aspecto regional efetiva a sustentabilidade. A região nordeste paulista e do Triângulo Mineiro têm relações histórico-culturais e ocupação concomitante. Como objetivo geral, a pesquisa relaciona o patrimônio cultural edificado de Franca-SP e Araxá-MG ao desenvolvimento sustentável. Como objetivos específicos, tem-se a verificação do patrimônio cultural edificado nos Planos Diretores e a identificação de condições na preservação dos bens tombados. A metodologia qualitativa envolve análise exploratória de bibliografias e documentos e a quantitativa na obtenção de panorama mais preciso. O presente trabalho busca trazer contribuições que qualifiquem a gestão do Patrimônio Histórico, preservando a memória local através do estímulo às políticas públicas de planejamento urbano e preservação cultural.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; desenvolvimento; meio ambiente; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Planejamento Urbano

Alternativas sustentáveis: áreas permeáveis aplicadas na prevenção de enchentes urbanas

VILELA, N. L. (UNIFRAN - UNIVERSIDADE DE FRANCA - SP);

A população que habitava na área rural, iniciaram um processo de migração para a cidade, procurando qualidade de vida, ocasionando um crescimento intenso na região urbana nos últimos anos. Apareceram algumas dificuldades em relação ao uso e a ocupação do solo; um dos problemas embasa-se na diminuição da taxa de permeabilidade do solo, que dificulta a infiltração da água na terra, acarretando o acontecimento de grandes enchentes. Para o controle desses impactos, é necessário estudar todas as possíveis causas para conseguir, ou ao menos tentar sanar os problemas. O objetivo desse trabalho será analisar as enchentes urbanas a fundo, distinguir os conceitos sobre enchentes, inundações e alagamentos e averiguar todas as possíveis causas. O método usado neste trabalho será a análise de biografias sobre o assunto, definindo e identificando as possíveis causas e abordando possíveis medidas para amenizar os problemas causados.

Palavras-Chave: Enchentes urbanas uso do solo causas.

A luta pela moradia e os direitos violados

JESUS, N. R. de. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal); CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

O presente resumo apresenta estudo de caso sobre a luta pela moradia em Ituiutaba (MG) a partir da construção dos residenciais Nova Ituiutaba I, II, III e IV. O problema é que II e IV não foram entregues aos selecionados pela Caixa Econômica Federal e pela Prefeitura, dentro do programa Minha Casa Minha Vida. A questão se arrasta desde 2015 com grande repercussão, devido má gestão dos recursos públicos no que diz respeito aos programas habitacionais. O estudo mostra de um lado, casas deteriorando, sem prazo para serem concluídas; do outro, famílias se uniram para garantir seus direitos. Na representação, as mulheres, afinal, ter um 'teto todo seu' é uma necessidade. Os resultados da pesquisa mostram que a luta pela entrega das casas avança e retrocede: dezenas de reuniões foram realizadas; município e Caixa tentam dividir a culpa; a empresa responsável pela obra faliu; multas foram estabelecidas pelo Ministério Público, e a pandemia em 2020 deixou a solução ainda mais longe.

Palavras-Chave: Residenciais Luta Direito Mulheres.

Discussão preliminar sobre a legislação de transporte público coletivo urbano: análise documental e inserção no ciclo de políticas públicas

COSTA, R. C. N. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); NARITA, F. Z. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O direito ao transporte ganhou status constitucional a partir da Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015, oriunda de grande movimentação popular em 2013 em várias cidades do Brasil. Este estudo traz uma discussão preliminar sobre a legislação de transporte público coletivo urbano em nível federal, estadual e municipal (EC 90/2015; Lei Federal nº 12.587/2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei Estadual nº 16.956/2019 - Política Estadual de Mobilidade Metropolitana; e Leis Municipais nº 528/2019 e 540/2019), tendo como ponto de partida o recorte espacial circunscrito a Mococa, município de pequeno porte do estado de São Paulo. A opção metodológica foi pela análise documental de enfoque qualitativo, usando-se como apoio à interpretação a teoria do Ciclo de Políticas Públicas. Os resultados iniciais indicam certa ênfase na fase de formulação de políticas em detrimento das etapas de implementação e avaliação, que acabam ocupando segundo plano na gestão pública.

Palavras-Chave: transporte público coletivo, mobilidade urbana, planejamento urbano.

O plano de articulação intersetorial das macroáreas dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Bauru/SP, uma proposta de trabalho social na garantia de direitos

, V. I. D. S. R. (PMCMV - Projeto Minha Casa Minha Vida - Prefeitura de Bauru); RAMOS, V. I. D. S. (PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

O estudo objetiva apresentar o processo de construção da proposta de trabalho social denominada Plano de Articulação Intersectorial das Macroáreas dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PAIME/PMCMV), tendo como base a experiência do serviço social na política de habitação de interesse social desde 2014 em Bauru/SP. Esta concepção foi elaborada pela equipe do Trabalho Social - TS do PMCMV, com o intuito de ofertar um Plano de caráter intersectorial, com atividades executadas diretamente pelo Poder Público Municipal através das políticas públicas do município. Essa proposta institucional torna os resultados mais efetivos e sustentáveis, visto que, os projetos sendo executados através das secretarias municipais envolvidas no processo têm maior garantia da sua continuidade nesses territórios. Exibiremos a forma que a proposta foi elaborada e construída até a sua aprovação e alguns resultados preliminares, como dados de projetos que já foram executados através do PAIME.

Palavras-Chave: Trabalho Social, Minha Casa Minha Vida, Desenvolvimento Socioterritorial. .

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) e a governança metropolitana no Rio de Janeiro

VALLE, W. A. (PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro);

Há especificidades socioespaciais que não podem ser desconsideradas quando da formulação e implementação de políticas de segurança pública, caso se pretenda uma redução sensível tanto na incidência criminal como na manifestação da violência. O presente trabalho, que resulta da pesquisa de tese do autor, analisa a associação entre diversos atores sociais e instituições estatais em diferentes níveis como forma de construir uma eficiente governança para o tema da segurança na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O acompanhamento de reuniões de 12 Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), levantamentos de dados sobre roubos e letalidade violenta nos arquivos do Instituto de Segurança Pública (ISP RJ), trabalhos de campo e entrevistas realizadas pelo autor sugerem que melhorias no atual quadro de insegurança não podem prescindir de políticas públicas mais horizontais, densas de participação popular e sensíveis à diferenciação socioespacial.

Palavras-Chave: Governança; Segurança Pública; Diferenciação Socioespacial

Inventário das barragens de água existentes na microbacia do Ribeirão das Cabras em Campinas/SP como instrumento para o planejamento municipal

PINTO, W. L. H. (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas);
FAIS, L. M. C. F. (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas).

A microbacia do Ribeirão das Cabras em Campinas/SP possui quantidade significativa de barragens de água quando comparada ao total de barragens existente no município. Nela estão 21% de todas as barragens cadastradas no município, conforme informações do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). Assim, a representatividade da microbacia do Ribeirão das Cabras fornece um panorama importante ao Poder Público no que diz respeito às Políticas Públicas associadas à segurança de barragens e ordenamento do território. Através de dados disponibilizados pelo DAEE foi possível realizar um diagnóstico das barragens existentes nesta microbacia. Os resultados obtidos podem servir como um apoio à prefeitura, para que possa acompanhar a condição de segurança dos barramentos, em consonância com a Política Nacional Segurança de Barragens (PNSB), obtendo, assim, informações importantes para a tomada de decisão.

S Palavras-Chave: segurança de Barragens, Pequenas Barragens de Água, Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), Políticas Públicas.

Eixo 11

**Políticas públicas voltadas para a igualdade,
diversidade, multiculturalismo, interculturalidade**

Hacia una universidad intercultural en colombia: el caso de la uaiin-cric

CABRERA, A. (UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana);

El presente documento tiene como objetivo realizar una descripción y análisis de los avances normativos con mira hacia una política de educación superior intercultural en Colombia, haciendo hincapié en el proceso llevado desde los mismos movimientos que hoy es visible en la creación de instituciones interculturales como es el caso de la Universidad Autónoma Intercultural Indígena (UAIIN) del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) en el departamento del Cauca. La metodológica es predominantemente cualitativa, de carácter descriptivo, donde se emplearon algunas técnicas como descripción, recopilación, clasificación y análisis de fuentes. Se concluye que en Colombia hay un permanente proceso de exclusión, marginamiento y ausencia de políticas de educación para los grupos étnicos por parte del Estado, por lo que los mismos movimientos indígenas decidieron colocar en marca sus propios procesos de educación propia.

Palavras-Chave: Colombia, interculturalidad, educación superior

Desafios para a proteção do parto culturalmente adequado em contextos pluriétnicos

NUNES, A. B. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca); MARCHETTO, P. B. (FClar - Faculdade de ciências e Letras de Araraquara).

Em que pese a ampliação de políticas públicas para proteção do parto culturalmente adequado no Brasil, a promoção da saúde reprodutiva indígena ainda enfrenta vários desafios. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar os desafios do parto culturalmente adequado em contextos pluriétnicos como é o caso do Brasil. Para tal, foi realizado o estudo descritivo e qualitativo dos resultados dos projetos de resgate da medicina tradicional indígena no âmbito da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Verificou-se que as principais políticas implementadas têm sido a devolução da placenta à parturiente, a adequação de sua dieta pós-parto aos hábitos e rituais alimentares da etnia e o acompanhamento dos partos pelos líderes comunitários da etnia. Contudo, a insuficiência de dados sobre o tema e os entraves do modelo biomédico moderno têm dificultado a implementação dessas políticas públicas. Por fim, sugere-se soluções jurídico-políticas para os problemas identificados.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Direito à Saúde; Gênero; Interculturalidade.

Tentativas de feminicídios e religião: análises de vivências de mulheres evangélicas

NUNES, A. C. A. (UFcat - Universidade Federal de Catalão); SOUZA, T. M. C. (UFcat - Universidade Federal de Catalão).

O feminicídio constitui-se em crime de homicídio que se efetiva contra a vida por razões da condição de gênero, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, e/ou atrelado a violência doméstica e familiar. Dentre os múltiplos fatores que o engendram, questiona-se a religião como uma das variáveis e/ou influências para esse fenômeno. Assim, esse estudo objetiva investigar vivências de tentativa de feminicídio em mulheres em situação de violência doméstica e as possíveis relações com a religiosidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter analítico. Entrevistaremos cinco mulheres em contexto de violência doméstica com sólida trajetória em religião de segmento evangélico que tenham sofrido tentativas de feminicídios perpetrada pelo parceiro. Almeja-se conhecer de forma mais ampla e aprofundada a percepção das mulheres evangélicas sobre essas tentativas, a leitura que fazem dessa violência e a forma como lidam com ela.

Palavras-Chave: tentativa de feminicídio religião violência doméstica
violência de gênero

Mulheres negras, maternidade solo e assistência social: reflexões exploratórias e preliminares

SILVA, A. P. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); BALDO, J. S. A. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca).

Apresentamos reflexões sobre a experiência profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo objetivo é analisar a relação entre questões de gênero, raça/etnia e arranjos familiares na política de assistência social. O estudo, de caráter bibliográfico, documental e exploratório, provoca a construção de apontamentos acerca da formação sócio-histórica brasileira fundada nos pilares etnocêntricos do racismo escravagista, do patriarcado, da moral cristã e do machismo. Estes fenômenos implicam em posturas de discriminação, preconceito e precários atendimentos às mulheres negras mães solo. Mesmo após os avanços do SUAS, a sobreposição de valores conservadores e excludentes em seus processos de trabalho persiste, ferindo as bases do combate ao preconceito, da igualdade perante a lei, da dignidade humana e da laicidade do Estado. O debate sobre os múltiplos arranjos familiares, pobreza e questão racial se encontram invisíveis no cotidiano da gestão e do trabalho no SUAS.

Palavras-Chave: política de assistência social; gênero; raça/etnia; maternidade solo.

Trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida: as oficinas de histórias em quadrinhos para crianças e adolescentes

SENA, A. A. M. F. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU);
OLIVEIRA, J. B.

Este trabalho se refere às oficinas de História em Quadrinhos realizadas pela equipe de Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida "faixa 1" da Prefeitura de Bauru. O projeto busca praticar o potencial artístico com estímulo da liberdade de expressão e surge este estudo para verificar se o projeto trouxe esta perspectiva nos alunos. A ação ocorreu em cinco residenciais do Programa, que teve a presença de alunos na faixa etária dos 8 aos 14 anos, totalizando 59. Devido a COVID-19 as demais oficinas foram suspensas, mas retomando será feito uma revista com os desenhos produzidos e entregue nas bibliotecas nas adjacências dos residenciais. A metodologia foi análise documental do diário das ações registradas pelo professor dos aprendizes. Percebemos que houve maior adesão das crianças que já tem o interesse por esta arte e apesar das dificuldades de alguns com a leitura, através do desenho isso pôde trazer melhoras na sua forma de se expressar sem medo de ser julgado pelos demais.

Palavras-Chave: Trabalho Social, Programa Minha Casa Minha Vida, História em Quadrinhos.

Medicina veterinária humanizada: contribuições para um programa multicultural com animais de companhia

LÓPEZ-CASTAÑEDA, B. S. (FMB - FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU UNESP); PUTTINI, R. F. (FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu Unesp).

Trata-se de um ensaio que atualiza o conceito de família multiespécie no contexto dos avanços técnicos que a medicina veterinária de pequenos animais adaptou para o atendimento das sociedades contemporâneas, preocupadas com o bem-estar dos seus animais de companhia. Metodologia: com base em livros selecionados, refletimos a experiência profissional da veterinária sobre três pontos: a abordagem histórica do antropocentrismo e o antropomorfismo; o conceito de família multiespécie e o conceito de medicina veterinária humanizada. Resultados: Este trabalho representa o começo de uma longa jornada de valorização da medicina veterinária humanizada. Pretende auxiliar na elaboração de programas de tratamento humanizado do médico veterinário, esclarecendo ao público e ao profissional - seja por cartilhas à população, seja por discussões acadêmicas - a importância dos vínculos ser-humano-animais, do multiculturalismo e da relação com as diretrizes da política nacional de humanização em saúde.

Palavras-Chave: Medicina veterinária, animais de companhia, vínculo ser humano-animais, Política Nacional de Humanização, multiculturalismo.

Negligência familiar contra o idoso

SILVA, C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); MARTINIANO, L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal).

Apresentamos algumas reflexões sobre a negligência familiar contra o idoso, a partir de resultados da pesquisa realizada em 2019. Partiu-se do pressuposto que Idosos sofrem/sofreram algum tipo de negligência em algum momento de suas vidas. O Objetivo Geral foi identificar os tipos de negligência que esses idosos possam estar sofrendo. O Cenário foi o CRAS Natal, a entrevista foi realizada com 5 idosos(as) que participam do Projeto Reviver, responderam ao formulário apontando algumas situações de negligência que já sofreram, bem como a percepção sobre o termo. Percebeu-se estar nas atividades do grupo Reviver do CRAS-Natal, possibilitam o acesso às informações e direitos, também identificar as situações de negligência vividas. O Projeto Reviver mostrou-se ser de extrema importância para os Idosos, pois além de ofertar atividades voltadas para melhorar a qualidade de vida dos Idosos, atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas, o convívio e conscientização dos seus direitos.

Palavras-Chave: Idoso Negligência Projeto Reviver

Diálogos emergentes entre políticas culturais, geografia crítica e psicologia ambiental

MIRANDA, D. C. F. (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte); DINIZ, R. F. (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Este trabalho aborda a atuação das políticas culturais a partir de contribuições interdisciplinares da Geografia Crítica e da Psicologia Ambiental. A partir do panorama histórico sobre essa atuação em cidades com diferentes contextos socioeconômicos, empreende-se uma discussão sobre desigualdades socioespaciais no Brasil e democracia cultural, em consonância com a conceituação de espaço e cidadania de Milton Santos e o conceito de enraizamento pela ótica da Psicologia Ambiental. O direito ao acesso e à produção de cultura num espaço aberto a todos integra esse debate, visto que o modelo societário atual produz desigualdades estruturais que se concretizam a partir dos territórios. Assim, argumenta-se a favor do modelo de incentivo estatal às políticas culturais territorializadas (e não centradas em financiamentos por renúncia fiscal). Para isso, apresenta-se a pesquisa documental e o painel de especialistas como perspectivas de suporte ao levantamento de informações.

Palavras-Chave: políticas culturais, democracia cultural, psicologia ambiental, Milton Santos.

Morrer de fome ou de coroa: uma análise interseccional da pandemia

CIRIACO, D. C. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia); ALVES, I. S. (UFU - Fundação Universidade Federal de Uberlândia).

As estatísticas, os números, os fatos e acontecimentos no contexto brasileiro evidenciam, constantemente as diferentes estratégias de extermínio da população negra, o qual acontece por meio da violência direta e negação aos direitos humanos. Este sistema é determinado pela necropolítica. Buscamos analisar como neste contexto de pandemia essa lógica da morte se intensifica, condenando a população negra, pobre e periférica a dois caminhos - o isolamento social sem uma renda que o possibilite e a manutenção de trabalhos que implicam no contágio do vírus - que conduzem a um mesmo fim: o seu extermínio. Com base nos dados coletados por meio de questionário, constatamos que somente por meio de uma leitura interseccional é possível uma análise efetiva desses impactos. Sinalizamos também que os resultados enfatizam a necessidade de uma renda básica permanente, o que traz como ação concreta o imperativo pela luta e defesa do projeto de lei 3023/20.

Palavras-Chave: Direitos Humanos Interseccionalidade Renda básica permanente Necropolítica.

A professora preta nas instituições de ensino universitário no pontal do Triângulo Mineiro

SILVA, D. O. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia); CALIXTO, F. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal).

Este projeto pretende conhecer a trajetória da professora preta nas instituições de ensino superior na cidade de referência da pesquisa. Metodologicamente vai-se selecionar as instituições superiores do município privadas e públicas, levantar as docentes que se auto declaram pretas, convidá-las a responder um roteiro de perguntas, sobre o acesso a esse espaço sócio-ocupacional. O roteiro será composto de 6 eixos> 1. acesso á universidade 2. período de graduação, 3. período de pós-graduação, 4. acesso a concurso público e/ou a contratação de por empresa de educação, 5. percepção do racismo na trajetória. As análises das respostas serão qualitativas e as questões abertas colhidas a fala livre das entrevistas usando gravador conforme normas do CONEP, transcrição e posterior análise das falas. Nomes das participantes serão omitidos por pseudônimos. As análises se referenciarão na bibliografia dos últimos 5 anos sobre o tema e na legislação disponível no país.

Palavras-Chave: professora preta, ensino universitário, trajetória profissional, preconceito

Inclusão digital e empoderamento feminino

SILVA, E. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia Campos Pontal);

O objetivo desse projeto foi a inclusão digital de mulheres acima de 50 anos de idade e em vulnerabilidade social, mulheres que buscam equilibrar trabalho e família, e devido processo de exclusão, não conseguiram superar a difícil realidade em decorrência do processo de exclusão social de gênero. Disseminar conhecimento por meio da troca de saberes com a comunidade externa, e promover a inclusão digital e o empoderamento feminino por meio de cursos ministrados no laboratório de informática. Realizou-se rodas de reflexão sobre saúde, educação, trabalho, bem como, aproximação de conteúdo básicos de computação. Estas mulheres, foram selecionadas por meio de critérios socioeconômicos, interesse em participar, sendo assim, a prioridade destinada a mulheres em situação de vulnerabilidade social que não possuíam quaisquer intimidades no manuseio de computadores. Foi possível constatar que houve aprendizado básico do uso dos computadores promovendo o acesso a realidade tecnológico.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Inclusão Digital, Mulheres, Empoderamento Feminino.

As cotas raciais e o impacto no curso de serviço social da Universidade Federal de Uberlândia (MG)

MOREIRA, E. E. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

O presente resumo apresenta os resultados da pesquisa realizada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU, campus de Ituiutaba), sobre os discentes negros e as formas de ingresso, especificamente no curso de Serviço Social. O objetivo era conhecer a realidade dos universitários cotistas negros para compreender suas estratégias de permanência, já que a entrada é garantida por política específica, mas ficar e continuar estudando não é tarefa fácil. Os estudos trouxeram a compreensão de como esses estudantes promovem o seu sustento e como a política de assistência estudantil impacta na permanência. Por meio de questionário, com perguntas abertas e fechadas, os participantes da pesquisa apresentaram que as cotas são importantes para estancar a discrepância do acesso à educação da negra; as políticas estudantis essenciais para cursarem e concluírem o curso; que cursar uma universidade significa mudança e oportunidade.

Palavras-Chave: Desigualdade permanência cotas racismo

Trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida: as oficinas descentralizadas de fotografia

NAKAMINE, E. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU); JUNIOR, J. S. D. (PMB - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU).

Este estudo se refere às oficinas de Fotografia realizadas pela equipe do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - faixa 1 da Prefeitura de Bauru que visa promover o acesso à fotografia, suas técnicas e manuseio, e despertar a visão apurada de objetos do cotidiano dando sentido e valor sob diversas óticas. As oficinas ocorreram em cinco residenciais do programa com duração de 15 dias e 4h por aula, contou com a participação de jovens e adultos, os quais cada um pôde conhecer a essência desta técnica e com o manuseio da câmera dada a cada aluno pôr o sentimento em cada foto registrada conforme seus gostos e interesses. Devido a Covid-19 as 6 oficinas restantes foram suspensas e com a retomada/conclusão será feita exposição de fotos dos materiais produzidos entre os residenciais. Espera-se que este projeto possa transmitir a sensibilidade por meio das fotos sob olhar de vários ângulos de um mesmo meio social fortalecendo os laços afetivos comunitários e o respeito a diversidade cultural.

Palavras-Chave: Trabalho Social, Programa Minha Casa Minha Vida, Fotografia, Política Cultural

Mecanismos de bloqueio na regulamentação da mídia brasileira: a quem interessa essa agenda mal agendada?

MATOS, E. P. A. (UFPR - Universidade Federal do Paraná - Curitiba);

O caso de não-decisão a respeito da regulamentação da mídia brasileira merece um olhar mais atento. A própria mídia é considerada - tanto pela literatura da Ciência Política, quanto pelo campo da Comunicação - como mecanismo indispensável no ciclo de políticas públicas. Assim, é curioso que a imprensa seja incapaz ou omissa em seu papel político e social de inserir o tema da regulamentação dos meios de comunicação de massa na agenda de discussões públicas e, conseqüentemente, desfavoreça o avanço dessa pauta na agenda governamental. Ao visitar teorias fundamentais da análise de políticas públicas, o trabalho problematiza em forma de ensaio as possíveis razões e implicações no não-agendamento da regulamentação da mídia na própria pauta midiática e na agenda governamental. O trabalho recorre à literatura interseccional, desenhando como hipótese de caráter provisório a noção de que a imprensa atua como parte de um mecanismo de bloqueio de sua própria regulamentação.

Palavras-Chave: Regulamentação da Mídia. Agendamento. Políticas Públicas. Não-decisão. Mecanismos de bloqueio.

A educação das relações étnico raciais nas diretrizes curriculares do município de Campinas-SP

ALVES, J. S. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); DOS SANTOS, J. R. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O objetivo do artigo é analisar as Diretrizes Curriculares Municipais visando compreender o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nesta rede pública. A partir de uma perspectiva da pedagogia decolonial, do conceito de Colonialidade do poder, do saber e do ser, faz-se uma proposta de rompermos com a concepção racista, sexista, patriarcal que se mantém, mesmo diante da incorporação da legislação sobre a inclusão da diversidade etnicorracial e da história e da cultura afro-brasileira e Africana. A coleta de dados ocorreu a partir da análise documental disponibilizada por meios eletrônicos. A partir desta pesquisa, concluiu-se que é necessária a discussão curricular para melhor aplicação desta política pública educacional antirracista nesta Rede Municipal de Ensino.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03; Étnico-Raciais; Diretrizes Curriculares; Decolonial.

Patrimônio Cultural Brasileiro: uma discussão sobre os efeitos da pandemia na preservação do patrimônio cultural

MAMÉDIO, J. B. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); MENDES, A. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O presente artigo objetiva discutir os efeitos do isolamento social consequente da Covid-19 sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural. Ao olharmos no alargamento do conceito de Patrimônio Cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988 vemos que este deixou de ser caracterizado apenas como uma coleção de monumentos arquitetônicos de “pedra e cal”, remanescentes de períodos históricos e consagrados pelas políticas preservacionistas. Desde então tem sido uma prática nas políticas de preservação, abrigar os bens imateriais; portadores de referências culturais de classes sociais distintas. Este estudo qualitativo (revisão bibliográfica e documental) discute e reflete sobre as consequências da pandemia sobre as práticas de preservação patrimonial observando possíveis defasagens nas ações que já estavam em andamento ou sendo realizadas por diferentes instituições que lidam com a preservação e conservação dos patrimônios culturais.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural, preservação, proposta de discussão, pandemia.

Entre-lugares, subalternidade e descontinuidade na teoria pós-colonial

MOITA, J. F. G. S. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal);

O texto discute as concepções de sujeito a partir da teoria pós-colonial. Utilizo dois teóricos indianos cuja preocupação são os invisíveis - que não são considerados para a ampliação de direitos porque o pensamento eurocêntrico não consegue concebê-los. A primeira autora, Gayatri Spivakí, discute a subalternidade a partir de diálogos com três clássicos: Marx, Foucault e Deleuze. O segundo autor, Homi Bhabha, propõe um debate com a teoria ocidental a partir do liberalismo de John-Stuart Mill, cuja concepção de sujeito também é um pilar do entendimento acerca da subjetividade. Trata-se de trazer à existência aqueles que estão nos entre-lugares: os camponeses iletrados, as sociedades tribais e o subproletariado urbano. Para isso, será usado o método proposto por Foucault no livro *A Arqueologia do Saber*, sugerindo que se faça uma arqueologia dos documentos históricos e que a descontinuidade seja considerada para compreender as rupturas escondidas e os sujeitos apagados.

Palavras-Chave: Estudos pós-coloniais; Novas subjetividades; Descontinuidade histórica

Monoparentalidade feminina e políticas públicas: como as políticas públicas podem atenuar os efeitos do fenômeno social do abandono paterno

MOLLICA, J. K. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); CANAVEZ, L. L. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Atualmente no Brasil, 12 milhões de famílias são monoparentais femininas. Essas mulheres chefiam suas famílias exercendo o trabalho reprodutivo (a maternidade e os cuidados domésticos) e ainda, buscando a renda familiar. O fenômeno do abandono paterno é fruto da desigualdade de gênero intrínseca da construção histórico patriarcal da sociedade. No entanto, apesar de ser um problema estrutural e por isso, necessitar de grandes mudanças sócio-culturais, é dever do Estado, por meio de políticas públicas efetivas, assistir essas mães a fim de atenuar as dificuldades por elas vividas. Nesse contexto, é o objetivo deste artigo analisar e discutir os aspectos histórico-sociais que circundam a monoparentalidade feminina. A pesquisa foi realizada sob o método materialista histórico dialético e dedutivo bibliográfico. Os resultados iniciais da pesquisa demonstram quais e de que forma as políticas públicas podem mitigar os danos desse fenômeno, por exemplo, ações assistenciais voltadas às mães.

Palavras-Chave: Monoparentalidade Gênero Políticas-Públicas

O contexto de influência da política antirracista no Brasil: para além de movimentos sociais

MARTINS, M. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho");

O artigo versa sobre a construção da política antirracista no Brasil. Neste contexto, discorre-se sobre a relevância das universidades na geração do Projeto de Lei n. 259 de 1999, que em 2003 foi instituído como Lei Federal 10.639. Para tanto, recorreremos à metodologia do ciclo de políticas (Stephen Ball). As discussões indicam a influência da produção acadêmica sobre racismo em livros didáticos, desde 1950, nas atividades legislativas, desde 1980, para alteração curricular do ensino de africanidades. Observando-se (a) trabalho publicado de estado da arte e (b) registros oficiais do site da Câmara dos Deputados, conclui-se que os conceitos e princípios sobre as questões racial e educacional brasileiras priorizados e veiculados pelos textos legislativos, nomeadamente pelo PL n. 259/99, constituem-se na recontextualização das discussões emergentes no âmbito do trabalho acadêmico, posicionando os parlamentares na condição de agentes recontextualizadores.

Palavras-Chave: Política antirracista, PL n. 259/99, universidades.

A importância das mãos que escrevem as políticas públicas na busca por igualdade de gênero no Brasil

PINCA, M. H. P. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); FERREIRA, G. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Diante da problemática da desigualdade de gênero enfrentada pela sociedade e pelo Estado brasileiro, as políticas públicas cumprem importante papel de reconhecimento e legitimação daquela ante as agendas governamentais. Fundado na análise de dados sobre representatividade feminina em diferentes esferas de governo, somado a pesquisa bibliográfica, este artigo objetiva compreender como -as mãos' que escrevem as políticas públicas, mesmo estas destinadas especificamente às mulheres, condicionam os processos de criação à execução ao entendimento patriarcal, repetindo padrões de misoginia, sexismo e machismo. Através da dedução, apoiado pelas metodologias feministas, buscou-se demonstrar que a falta de representatividade de mulheres como autoras políticas e sociais dificulta a efetivação da transversalidade da pauta gênero em políticas públicas uma vez que, suas elaborações são feitas, sobretudo, a partir da percepção masculina dos problemas da sociedade.

Palavras-Chave: políticas públicas igualdade representatividade gênero

Movimentos sociais e litígio estratégico: mobilização jurídica na luta por políticas públicas para garantia de direitos reprodutivos às mulheres

SILVA, M. C. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); BARBOSA, A. S. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

O conceito sociojurídico de litígio estratégico vem sendo utilizado como possibilidade de garantir ou estender direitos a grupos sociais distintos, a partir de uma demanda específica. Neste sentido, este estudo objetiva discutir a mobilização jurídica por parte de movimentos sociais que, na última década, debruçam-se em lutas pela garantia dos direitos das mulheres, indagando quais causas e/ou ações estimulam essas mobilizações através da operação do direito que o litígio estratégico enseja. Metodologia - levantamento quantitativo e qualitativo das principais entidades que ingressaram com ações judiciais com o fim de assegurar direitos reprodutivos às mulheres. Os resultados iniciais mostram que pouco se avançou em relação ao direito reprodutivo das mulheres e que importantes direitos, como a lei maria da penha só foram conquistados através da mobilização do direito e com apoio de entidades que ingressaram na ação.

Palavras-Chave: Litígio Estratégico, Mobilização do Direito, Mulheres, Políticas Públicas

Tempo de mudanças, mas não de boas novas: o retrocesso nas políticas públicas para as mulheres no Brasil

ARAÚJO, N. J. C. (UFPI - Universidade Federal do Piauí); FERREIRA DO NASCIMEN, E. F. N. (UFPI - Universidade Federal do Piauí).

O presente texto tem como objetivo levantar reflexões sobre as políticas públicas para as mulheres no Governo Bolsonaro. Para isso, cumpre destacar que a metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva e explicativa, a partir das alterações legislativas de 2019 a 2020, principalmente na Lei Maria da Penha, bem como das ações adotadas (ou não adotadas), que envolvem desinvestimentos em atendimento, acolhimento, campanhas publicitárias e discursos conservadores, como a exclusão da palavra gênero das diretrizes de direitos humanos. Compreende-se que este é um processo que ocorre por escolha política, consciente, que se apoia dentre outras questões, na invisibilidade de alguns problemas que envolvem às mulheres, principalmente no tocante às diversidades de gênero. Nesse sentido, entende-se que as mudanças sofridas na legislação, embora positivas, são dissonantes das medidas adotadas pelo governo, e refletem um quadro de retrocessos de direitos.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Gênero Invisibilidade Retrocesso

A colaboração do assistente social na conscientização dos direitos dos idosos do projeto reviver em Ituiutaba

PACÓ, P. R. D. S. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal); MARTINIANO, P. D. L. A. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia campus Pontal).

O presente resumo partiu do pressuposto que Idosos são enganados e maltratados pela falta de informações e acesso sobre seus direitos, objetivo geral foi identificar qual a visão dos idosos em relação aos seus direitos a partir da participação no Projeto Reviver do CRAS Natal, no SCFV. Optou-se pela pesquisa Exploratória, como procedimentos as pesquisas bibliográfica e de campo. O Cenário da pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Natal) em Ituiutaba, Os participantes da pesquisa foram 6 Idosos que participam do Projeto Reviver, que responderam à entrevista que utilizou como instrumental o formulário semi-estruturado, as análises foram a partir das narrativas dos idosos, parte do pressuposto se confirmou pois verificou-se que pouco sabem dos seus direitos. Os Idosos estão amparados por diversos direitos constitucionais propostos na Constituição Federal (1988), Política Nacional do Idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003).

Palavras-Chave: Direitos Idosos participação

Implicações da ação pontos de cultura no município de São Bernardo do Campo: possibilidades e oportunidades para a política pública cultural municipal

GARCIA, R. O. G. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca);

Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, que tem como objetivo compreender as implicações da ação Pontos de Cultura em cinco organizações e coletivos contemplados no município de São Bernardo do Campo durante o período de 2014 até 2017. Para atender esse objetivo, esta pesquisa pretende compreender a perspectiva antropológica da cultura através da bibliografia especializada de autores do campo, em complemento a leitura de documentos governamentais, teses e artigos sobre avaliações do programa, recortando o período de 2010 até 2014. Será analisado de forma comparativa o relatório final de resultados entregue por cada uma das organizações e coletivos. Também será aplicada uma entrevista semiestruturada com cinco gestores e profissionais das organizações. Até o momento, a pesquisa tem evidenciado a complexidade de gestão de ações envolvendo diversas esferas governamentais e a importância de uma política pública de promoção e reconhecimento da cultura popular.

Palavras-Chave: Cultura Viva, Pontos de Cultura, Política Pública, São Bernardo do Campo

Avaliação da implementação do ODS de igualdade de gênero nos municípios brasileiros

LAISNER, R. C. (FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca); FREIRES ROSSO, P. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são transversais, interconectados e dependem da atuação de vários atores para serem alcançados até 2030, em especial dos municípios. Tendo em vista avaliar este alcance nos municípios brasileiros o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPs realizou pesquisa, a partir de oito eixos relacionados às previsões legais acerca do direito à cidade na Constituição, a partir de Alfonsin et al. (2017) e dos relatórios GOLD que trazem alguns elementos complementares da agenda internacional. Um destes eixos é a Igualdade de Gênero, que referiu-se principalmente aos dados sobre a implementação do ODS 05 e será tema desta comunicação. Os resultados apontam que este tema necessita de mais atenção dos gestores, pois diversas localidades sequer o trabalham. Já dentre as que trabalham, a diversidade sexual e de gênero tem sido pouco considerada. Apesar disso, há municípios que possuem boas práticas na área, como Teresina.

Palavras-Chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Igualdade de Gênero, ODS 05, Municípios.

A paisagem museal e a descolonização dos museus

LOPES, R. T. D. (ULHT - UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS);

As paisagens culturais materializam a formação das identidades ao assimilarem a vontade dos dominantes, marcadas pelo signo do projeto colonial. Ao musealizar a paisagem, os museus absorvem parte dessa visão sobre cultura, história, identidade e estética. Postas no tempo, essas paisagens contam-nos uma história. Se tomarmos os museus de uma certa região, percebemos que formam uma paisagem museal sobre uma paisagem cultural dada. Objetivamos demonstrar, por meio da descrição densa dos museus da região metropolitana de Ribeirão Preto (SP) que, assim como a paisagem cultural é a interpretação do conjunto da expressão cultural produzida num recorte territorial, materializado como uma expressão de poder, uma paisagem museal pode ser entendida como a interpretação da expressão dos museus de um recorte territorial, também manifestado como expressão de poder. Propomos aqui interpretações descolonizantes na museologia contemporânea, que perceba ausências, silêncios e mutilações nos discursos museológicos.

Palavras-Chave: paisagem museal, descolonização dos museus, museologia contemporânea

A influência da interação humana na formação educacional superior

BELGA, R. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); FONSECA, G. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

A presente pesquisa em andamento, compreende o fator interação humana como fundamental para o desenvolvimento de educação superior democrática, criativa e saudável. Trata-se de compreender como o desenho das relações entre os segmentos de alunos, professores, funcionários e gestores na graduação, influenciam o processo de formação acadêmica. O escopo epistemológico fundamenta-se na perspectiva teórica fenomenológica com metodologia de pesquisa qualitativa aplicada na modalidade de pesquisa-ação. Propõe-se desenvolver um grupo representativo do contexto selecionado sob a metodologia do Psicodrama em uma abordagem transdisciplinar, para experimentação de formatos criativos de aprendizagem significativa e convivência mais saudáveis. Experiências semelhantes foram anteriormente realizadas em contextos do ensino fundamental e médio com resultados animadores, motivando novas possibilidades que se traduzam em uma possível colaboração com as políticas públicas de educação superior.

Palavras-Chave: Interação educação superior Psicodrama.

Contribuições do psicodrama na supervisão de profissionais do foco socioeducacional

BELGA, R. A. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); SAMPAIO, M. E. C. (USC - Universidade São Caetano).

O presente artigo propõe descrever a contribuição do Psicodrama como abordagem teórica e prática no processo de Supervisão socioeducacional para o desenvolvimento do papel de educador social do Projeto Social Navegando na Madeira. Discrimina fatores da supervisão deste foco que podem favorecer a prática do papel de educador social em equipe conectando seu entendimento com a teoria da complexidade. A metodologia foi qualitativa utilizando o sociodrama, um método ativo e de vivência que se baseia na investigação pela interação grupal e dialógica dos sujeitos. Foram 4 encontros com a equipe de educadores sociais, em que o diretor-pesquisador considerando a dinâmica e demanda do grupo facilitou o desenvolvimento do papel profissional. Como resultados da intervenção destaca-se a apropriação do papel de educador social com adolescentes na promoção do protagonismo, e a transformação da atuação individualizada dos participantes para uma ação em equipe mais espontânea e criativa

Palavras-Chave: Supervisão socioeducacional educador social
Psicodrama equipe

Desafios da educação antirracista em sua implementação

SANTOS, S. G. D. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"); GUITARRARA, L. B. (IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capital).

A obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio público e privado são essenciais para uma educação verdadeiramente antirracista. O objetivo geral dessa pesquisa é realizar reflexões sobre a inefetividade prática da regra impositiva dessa obrigatoriedade e os impactos negativos causados, dentre os quais a perpetuação de racismo estrutural, institucional e do epistemicídio negro. Utilizar-se-á de metodologia dedutiva e método crítico dialético, mediante pesquisa bibliográfica e análise documental. Até o momento a pesquisa demonstra a existência de obstáculos à implementação de uma educação antirracista efetiva, como a falta de capacitação continuada dos profissionais que atuam no sistema de educação tanto nas redes públicas, quanto nas privadas. Espera-se, ao final dessa pesquisa, contribuir para os debates a respeito da inefetividade da atual política pública de educação antirracista.

Palavras-Chave: Educação antirracista, racismo estrutural, racismo institucional, epistemicídio

Gênero e sexualidade: a igualdade e a identidade feminina da dicotomia à fragmentação

MONTEIRO, S. A. S. (IFSP - IFSP); RIBEIRO, P. R. M. (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Buscamos pensar sobre aspectos importantes da implementação de políticas públicas, tendo em vista a emergência deste novo sujeito: as mulheres. É inegável que o pós-modernismo trouxe consigo uma significativa mudança de paradigmas sociais, culturais e históricos. O presente artigo busca discutir sobre a igualdade feminina à luz dos conceitos de performatividade e gênero. A opção metodológica foi de uma revisão bibliográfica sistematizada, seguindo os critérios de inclusão e exclusão previamente determinados. Foram utilizadas publicações de artigos científicos dos últimos cinco anos (2015-2020). Nas seguintes bases de dados: SCIELO e Google Acadêmico, artigos que discorreram sobre o tema: gênero e sexualidade. Resultados foram encontradas referências que preenchem os critérios previamente determinados pelo estudo, que descreveram de forma objetiva e atualizada sobre o tema.

Palavras-Chave: Gênero, Igualdade, Identidade Feminina, Feminismo, Sexualidade, Cultura.

Empoderamento das mulheres universitárias: um estudo com as discentes do curso de serviço social

DIAS, V. O. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia); CINTRA, S. V. (UFU - Universidade Federal de Uberlândia).

O presente resumo apresenta resultados da pesquisa realizada na Universidade Federal de Uberlândia (MG) intitulada Empoderamento das mulheres universitárias: um estudo com as discentes do curso de Serviço Social, cujo objetivo foi entender e identificar as dificuldades encontradas por elas em se manter estudantes, esposas, donas de casa e indivíduos sociais, uma vez que, ainda são atribuídas às mulheres tarefas específicas como cuidados com o lar e a família. As participantes da pesquisa responderam um roteiro de questões sobre as rotinas e a conciliação da vida universitária, familiar e social. Por meio das respostas concluiu-se que, as mulheres encontram adversidades e desafios para conciliar todas as atividades que se esperam delas. Faltam políticas públicas. Mas elas criam estratégias e contam com outras mulheres (mães e filhas) para dividir os cuidados e as tarefas do lar, mostrando através deste movimento a exploração de gênero e a sobrecarga de funções femininas.

Palavras-Chave: Mulheres multiplicidade de tarefas sobrecarga

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org